

Luisa Silva Guimarães

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM MINAS GERAIS: uma análise
sobre a formação de agenda e influência dos atores sociais (2007 - 2016)**

Belo Horizonte

2017

Luisa Silva Guimarães

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM MINAS GERAIS: uma análise
sobre a formação de agenda e influência dos atores sociais (2007 - 2016)**

Monografia apresentada no Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Área de Concentração: Políticas Públicas de Gênero

Orientadora: Professora. Dr^a. Flávia de Paula Duque Brasil

Belo Horizonte

2017

G963p Guimarães, Luisa Silva.
Políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais [manuscrito]
:uma análise sobre a formação de agenda e influência dosatores sociais
(2007 - 2016) / Luisa Silva Guimarães. – 2017.
[9], 141 f. : il.

Monografia de conclusão de curso (Graduação em Administração
Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo
Neves de Carvalho, 2017.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil
Bibliografia: f. 96-103

1. Políticas públicas – Minas Gerais. 2. Feminismo – Minas Gerais. 3.
Mulheres – Minas Gerais. 4. I. Brasil, Flávia de Paula Duque. II. Título.

CDU 396(815.1)

Autora: Luisa Silva Guimarães

Título e Subtítulo: Políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais: uma análise sobre a formação de agenda e influência dos atores sociais (2007 - 2016)

Natureza: Monografia

Objetivo: Graduação no Curso de Administração Pública (CSAP)

Nome da instituição: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro

Área de concentração: Políticas Públicas de Gênero

Aprovada na Banca Examinadora

Professora Dr^a Flávia de Paula Duque Brasil, orientadora, Fundação João Pinheiro

Professora Mestre Nícia Raies Moreira de Souza, avaliadora, Fundação João Pinheiro

Professora Dr^a Rosânia Rodrigues de Sousa, avaliadora, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 29 de junho de 2017

AGRADECIMENTOS

Escrever esta monografia foi muito importante pra mim. Foi o resultado de um processo importante e intenso de reconhecimento e compreensão da nossa condição enquanto mulher na sociedade. Sei que não teria chegado até aqui sozinha e por isso sou muito grata: neste caminho tive a sorte de encontrar pessoas incríveis, que me ensinaram e ajudaram também a ser uma pessoa um pouco melhor.

Agradeço imensamente à todos os colegas e professores da Fundação João Pinheiro que me aconselharam e incentivaram em todos os momentos que precisei. Aqui não faltaram palavras de apoio e coragem, mesmo em momento aflitivos.

À equipe da SPM-MG, onde tive o privilégio de realizar o estágio obrigatório, registro aqui minha sincera gratidão pela receptividade, paciência, escuta, aprendizado e luta.

Meu muito obrigada às mulheres incríveis do Coletivo de Mulheres Subversivas, que foram também fonte de força e inspiração para construção deste trabalho.

À Flávia Brasil, que muito gentilmente me recebeu e contribui tanto, com sua orientação impecável e sensível. Sem você, não seria possível. Muito obrigada!

E por fim, à minha base: mãe, pai, Ju e Tatá, por serem não somente meu chão, mas meu teto e as paredes também.

Muito feliz e satisfeita em fechar este ciclo.

Obrigada!

RESUMO

Até meados da década de 1980 não havia no Brasil perspectivas claras de atuação do Estado no projeto de transformação feminista. A partir do contexto de redemocratização, propostas de mudanças do Estado brasileiro tiveram como referência uma agenda de reforma, que passou a considerar a possibilidade de participação de diversos atores sociais. Neste sentido destacaram-se os movimentos feministas e de mulheres que passaram a reivindicar do poder público a construção de uma agenda governamental que abarcasse as questões de gênero. Após alguns avanços nos anos 1980 e 1990, foi a partir de 2003 que a pauta das mulheres entrou decisivamente na agenda de governo nacional e passou, portanto, a influenciar a construção da política para as mulheres nos estados subnacionais. No bojo destas constatações, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de construção da agenda de gênero no governo do Estado de Minas Gerais, a partir da implantação dos órgãos de políticas para as mulheres, mediante a influência dos atores sociais, considerando-se ainda, a trajetória nacional dessas políticas. Trata-se de um estudo eminentemente qualitativo que se utiliza da pesquisa bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com atores chave. Este trabalho é composto por cinco capítulos, além da introdução. O capítulo 1 apresenta o referencial teórico que embasa o trabalho, o qual versa sobre as principais concepções acerca de políticas públicas e seu ciclo de vida, enfatizando o processo de formação de agenda, além da noção de atores políticos e sua possibilidade de influência na formação de agenda. O capítulo 2 abarca noções de gênero e suas implicações, versa sobre políticas de gênero e a influência dos movimentos feministas na formação da agenda de gênero. O capítulo 3 apresenta a trajetória da política nacional para as mulheres, tendo em vista o contexto da política estadual. O capítulo 4 descreve a pesquisa realizada, logo, versa sobre a análise da formação da agenda de gênero em Minas Gerais, onde se observa a importância dos movimentos feministas na construção da agenda de gênero de Minas Gerais, além da influência do contexto nacional. São apresentadas ainda as principais ações executadas pelos órgãos estudados a fim de contemplar os resultados da análise realizada. O trabalho finaliza com as considerações finais, sobre o processo de formação de agenda, além de serem apontadas as implicações deste estudo, suas limitações, e as possibilidades de pesquisas posteriores.

Palavras-Chave: Formação de agenda, gênero, feminismo, movimentos sociais

ABSTRACT

Until the mid-1980s, there were no clear perspectives on the state's role in the feminist transformation project. From the context of redemocratization proposals of changes of the Brazilian State had as reference a reform agenda, which began to consider the possibility of participation of various social actors. In this sense, the feminist and women's movements came to the fore and demanded from the public authorities the construction of a governmental agenda that would cover gender issues. After some progress in the 1980s and 1990s, it was from 2003 onwards that the women's agenda entered the national government agenda decisively and therefore influenced the construction of the policy for women in the subnational states. In the context of these findings, the general objective of this study is to analyze the process of the gender's agenda setting in the Minas Gerais state government, based on the construction of the policy organs for women, through the influence of social actors and national trajectory. This is an eminently qualitative study that uses bibliographical research, documentary analysis and semi-structured interview with key actors. This work is composed of five chapters, besides the Introduction. Chapter 1 presents the theoretical framework that bases the work, which deals with the main conceptions about public policies and their policy cycle, emphasizing the process of agenda setting and the model used as the basis for the analysis, besides the notion of political actors and their possibility of influence in the agenda setting. Chapter 2 covers notions of gender and its implications, it deals with gender policies and the influence of feminist movements in shaping the agenda setting. Chapter 3 presents the policy trajectory for women in the national context. Chapter 4 describes the research carried out, then, about the analysis of the formation of the gender agenda in Minas Gerais, given the use of the data collected and the analytical framework presented, where the importance of the feminist movements in the construction of the gender's agenda setting in Minas Gerais. The main actions performed by the studied organs are also presented in order to contemplate the results of the analysis performed. The study concludes with the final considerations, where the conclusions about the agenda setting are described, in addition to being pointed out the implications of this study, its limitations, and the possibility of research.

Key words: Agenda setting, gender, feminism, social movements

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CEM-MG	Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais
CEPAM	Coordenaria Especial de Política para as Mulheres de Minas Gerais
CEPM	Conferência Estadual de Política para as Mulheres
CERNA	Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNPM	Conferência Nacional de Política para as Mulheres
CNDM	Conselho Nacional de Direitos da Mulher
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPN	Centro de Parto Normal
EPPGG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
FJP	Fundação João Pinheiro
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNEVM	Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SAE	Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômicas das Mulheres
SAIAT	Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEDESE	Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais

SEDIM	Secretaria de Direitos da Mulher
SEDPAC	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEV	Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SPM-MG	Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais
SPM-PR	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUAT Institucional	Superintendência de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional
SUBDH	Subsecretaria de Direitos Humanos
SUPEM	Superintendência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO DE AGENDA E ATORES SOCIAIS	17
1.1 Concepções sobre políticas públicas e seu ciclo de vida.....	17
1.2 A construção de agenda e formação de políticas públicas	21
1.3 Atores sociais e sua influência na formação de agenda	25
2 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	31
2.1 Concepções de gênero e de desigualdade de gênero.....	31
2.2 Políticas públicas de gênero.....	35
2.3 A influência dos movimentos feministas na construção das políticas de gênero	39
2.3.1 O feminismo enquanto motivação de ação dos movimentos.....	39
2.3.2 Movimentos de mulheres, movimentos feministas e sua atuação	41
3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PARA AS MULHERES NO CONTEXTO NACIONAL	45
3.1 Década de 1980: redemocratização e diálogo junto aos movimentos de mulheres	45
3.2 Década de 1990: mudanças e reformulação de agenda.....	50
3.3 A Agenda de Gênero no Século XXI.....	53
4 POLÍTICA PARA AS MULHERES EM MINAS GERAIS (2007-2016):	62
4.1 Criação e estruturação dos órgãos de políticas para as mulheres	62
4.2 Construção de agenda e formação de políticas públicas	65
4.3 Ações e formação de políticas públicas	84

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
APÊNDICES	105
APÊNDICE A – RELAÇÃO DE ENTREVISTADAS	105
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EX-COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (CEPAM)	107
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EX-SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (SPM-MG)	108
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (SPM-MG)	109
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUPERINTENDENTE DE AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SUAT)	111
APÊNDICE F – AÇÕES EXECUTADAS PELA CEPAM (2017/2014)	112
APÊNDICE G – AÇÕES EXECUTADAS PELA SPM-MG (2015)	138
APÊNDICE H – AÇÕES EXECUTADAS PELA SPM-MG (2016)	147

INTRODUÇÃO

A mobilização do Estado com o objetivo de implementar políticas com um componente de gênero é uma estratégia importante para a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres em uma sociedade (BOHN, 2010). Apesar disso, observa-se que pauta das mulheres nem sempre esteve presente na agenda governamental, sendo esta uma construção recente (FARAH, 2004).

Até meados da década de 1980 não havia no Brasil perspectivas claras de atuação do Estado no projeto de transformação feminista (CAMPOS, 2107). A questão da desigualdade de gênero, tais quais suas consequências na vida das mulheres, não figurava, até este momento, como um problema político e, portanto, não se traduzia na atuação governamental para construção de políticas públicas para as mulheres.

Foi a partir do final dos anos 1970, quando se estabeleceram importantes mudanças na relação entre Estado e sociedade, que esta realidade passou a vislumbrar avanços. Em um cenário de redemocratização, propostas de mudanças do Estado brasileiro tiveram como referência uma agenda de reforma, que passou a considerar a possibilidade de participação de diversos atores sociais. Neste momento ocorrem esforços do Estado para dialogar junto à sociedade civil e aos movimentos sociais a fim de compreender suas demandas e incorporá-las à reforma constitucional (FARAH, 2004).

Assim, os movimentos sociais encontraram espaço de participação na construção dessa nova agenda e passaram a reivindicar por políticas públicas inclusivas e pela ampliação dos direitos sociais, participação política e transformações institucionais. Enquanto atores atuantes do processo de formação de agenda, os movimentos sociais vislumbraram, neste momento, a possibilidade de alcançar os espaços de decisão do governo e incluir suas pautas para discussão. Nesta perspectiva, os movimentos de mulheres passaram a atuar no sentido de reivindicar a inserção da sua pauta na agenda governamental exigindo, assim, ações do Estado que buscassem desconstruir a histórica desigualdade das relações de poder entre homens e mulheres (FARAH, 2004; CAMPOS, 2017).

Como resultado do diálogo destes movimentos junto ao governo federal, foi criado, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), primeiro órgão do

Estado brasileiro voltado especificamente para as mulheres. Durante a década de 1990 houve amadurecimento da relação entre os movimentos de mulheres e o Estado. Neste contexto fortaleceu-se a tendência de formulação de propostas e construção de espaços de discussão, que pôde ser observada através de encontros e conferências mundiais, que, construídos junto dos atores sociais, pressionaram ainda mais os governos nacionais para um posicionamento acerca do tema. Sob esta perspectiva, a Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, teve grande influência na construção da pauta de gênero no Brasil. Foi a partir da plataforma de ação estabelecida neste encontro que se iniciou uma agenda nacional atual relacionada ao tema.

Em 2003 a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-PR) representou uma vitória para os movimentos feministas e para as mulheres brasileiras. O órgão foi dotado de *status* ministerial, o que levou a Secretaria ao epicentro do poder no regime presidencial - o gabinete - e se traduziu em maior autonomia de articulação e administração para as políticas para as mulheres. A instituição da SPM-PR representou, enfim, a inserção da pauta das mulheres na agenda de governo nacional e deu base, portanto, para o processo de formulação de alternativas e instituição de políticas para as mulheres.

A partir de então se iniciou o processo de construção da Política Nacional para as Mulheres, que contou com importantes canais de participação social vocalizados, preponderantemente, pelas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM). O principal resultado destas Conferências foi a elaboração dos I, II e III Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), além dos I e II Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contras as Mulheres (PNEVM).

Tais instrumentos tiveram o objetivo de traçar as diretrizes da política para as mulheres no Brasil e, conseqüentemente, dar base para que estas ações fossem reproduzidas nas esferas estaduais. Assim, a pauta de gênero atingiu, primeiramente, a agenda governamental nacional tendo sido, posteriormente, incorporada pelas unidades subnacionais.

No caso de Minas Gerais, a pauta das mulheres atingiu a agenda governamental em 2007, a partir da criação da Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres (CEPAM), vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), na gestão de 2007-2010. Em 2015, com as eleições estaduais e mudança de governo, a Coordenadoria foi extinta, tendo sido criada a Subsecretaria de Política para as

Mulheres (SPM-MG), sob o contexto de criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC).

Tendo em vista esta configuração e considerando os processos políticos e de construção nacional da política para as mulheres, este trabalho se propõe, então, a responder a seguinte pergunta: como se deu o processo de formação de agenda de gênero em Minas Gerais?

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de construção da agenda de gênero no governo do Estado de Minas Gerais, a partir da construção dos órgãos de políticas para as mulheres, considerando a influência dos atores sociais neste processo, considerando ainda a trajetória nacional das políticas para as mulheres.

Para tal fim buscou-se atingir objetivos específicos, tais como: realizar pesquisa bibliográfica referente ao conteúdo teórico abordado neste trabalho; realizar levantamento do *corpus documental* referente aos órgãos abordados; estudar os documentos à luz da justificativa e objetivo deste trabalho; identificar e entrevistar principais atores deste processo de construção de agenda; compreender o processo de inserção da pauta de gênero na agenda governamental do estado de Minas Gerais; realizar a análise proposta; contribuir com o debate acerca da questão da mulher na sociedade civil, bem como da sua relação com o estado enquanto garantidor de direitos; apresentar a análise proposta no formato de um texto monográfico.

Logo, esse trabalho se justifica por, pelo menos, duas razões. A primeira diz respeito à necessidade de se abordar e compreender como foi e tem sido o reconhecimento da pauta das mulheres enquanto um problema político pelo Estado de Minas Gerais. Para tanto é essencial que se saiba como se deu o tratamento e priorização do tema pelas gestões estaduais. Ademais, cumpre ressaltar da relevância de se entender as formas de participação social na construção desta agenda, o que leva a melhor compreensão sobre a importância dos atores sociais na formação deste processo. A segunda razão se refere ao fato de que nenhum dos dois órgãos conta com algum registro analítico sobre seu processo de criação ou de formação de pautas. Ou seja, embora existam registros oficiais, como os planejamentos estratégicos, por exemplo, ainda não foi realizado nenhum trabalho que organize de forma sistemática tudo o que já foi feito contemplando o empírico esse trabalho propõe.

A metodologia desta monografia é eminentemente qualitativa e compõe-se pela pesquisa bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa bibliográfica foi realizada com vistas a compor o arcabouço teórico e analítico deste trabalho, tendo abarcado áreas de estudos de políticas públicas, concepções de gênero e de políticas públicas de gênero, além de estudos referentes à política nacional para as mulheres. Cumpre ressaltar que a análise dos dados empíricos baseou-se substancialmente nos princípios de Kingdon (1990), evidenciados no Modelo de Fluxos Múltiplos de formação de agenda. Para tanto, a análise documental se deu mediante estudo dos documentos oficiais dos órgãos estudados, bem como de normativas, legislações e Planos, à luz do objetivo e justificativa deste estudo. As entrevistas foram realizadas com gestoras consideradas peça chave do processo de formação de agenda. Todas participaram do processo instituição dos órgãos e, portanto, da construção das políticas para as mulheres, em Minas Gerais. Neste contexto as entrevistas têm o objetivo de complementar o estudo, além de completar possíveis lacunas de informação. Entrevistou-se¹, portanto: (i) a ex-Coordenadora da CEPAM, Eliana Piola, que esteve à frente do órgão durante toda a sua existência, ou seja, no período entre 2007 e 2014; (ii) a ex-Subsecretária da SPM-MG, Áurea Carolina², que esteve à frente do órgão no primeiro semestre de 2015; (iii) a atual Subsecretária da SPM-MG, Larissa Borges, que responde pela Subsecretaria desde então; (iv) a atual Superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional (SUAT), da SPM-MG, Renata Rosa. Ademais, cumpre evidenciar que um dos órgãos estudados, a SPM-MG, foi também o local de cumprimento de estágio obrigatório para conclusão do Curso de Administração Pública a que se refere este trabalho. Portanto, é válido considerar que a análise contenha também traços da própria impressão da autora.

Esta monografia é composta por cinco capítulos, além dessa introdução. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico que embasa o trabalho, o qual versa sobre as principais concepções acerca de políticas públicas e seu ciclo de vida, enfatizando o processo de formação de agenda e o modelo utilizado como base para a análise. É ainda discutida a noção de atores políticos e sua possibilidade de influência na formação de agenda. O segundo capítulo abarca noções de gênero e suas implicações, além de versar sobre políticas de gênero

¹ Todas as entrevistadas assinaram a Carta de Cessão de Entrevista, que concede o uso dos direitos autorais dos depoimentos feitos. Tal documento também autoriza a identificação nominal das entrevistadas que será utilizada na análise deste trabalho. Tal identificação é realizada também para facilitar a leitura e identificação das falas citadas.

² Áurea Carolina foi eleita, em 2016, vereadora de Belo Horizonte, pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

e a influência dos movimentos feministas, enquanto atores sociais, na formação da agenda de gênero. Em sequência, o terceiro capítulo apresenta a trajetória da política para as mulheres, no contexto nacional, a partir da construção do panorama da construção desta agenda, desde os anos 1980 até o período recente. O quinto capítulo descreve a pesquisa realizada, logo, versa sobre a análise da formação da agenda de gênero em Minas Gerais, dada a utilização dos dados levantados e do arcabouço analítico apresentado. São apresentadas ainda as principais ações executadas pelos órgãos estudados a fim de contemplar os resultados da análise realizada. O trabalho finaliza com as considerações finais, onde são descritas as conclusões sobre o processo de formação de agenda, além de ser apontadas as implicações deste estudo, suas limitações e as possibilidades de pesquisa.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO DE AGENDA E ATORES SOCIAIS

Ao realizar um estudo no campo da análise de políticas, é essencial que se compreenda a noção de política pública em sua concepção. Esta é uma questão relevante, principalmente porque parte-se do pressuposto de que o processo de formação de uma política envolve escolhas não sendo, portanto, algo casual nem uma resposta às necessidades inelutáveis dos governos (MENICUCCI e BRASIL, 2010). Dessa forma, o fato de algumas questões tornarem-se objeto de ações governamentais e outras não merece atenção, uma vez que se busca entender o processo de incorporação das políticas para as mulheres na agenda governamental mineira.

Neste capítulo pretende-se desenvolver o arcabouço conceitual que fundamenta a análise do processo de formação das políticas para as mulheres, em Minas Gerais (2007-2016). Para tanto serão explorados na primeira seção os conceitos de políticas públicas, o seu ciclo de vida e, mais especificamente, na segunda seção, o processo de formação de agenda. Em seguida, será discutida a influência dos atores neste processo decisório, bem como suas interações a formas de atuação.

1.1 Concepções sobre políticas públicas e seu ciclo de vida

O caráter complexo das sociedades modernas, bem como seu elevado grau de diferenciação de ideias, valores e aspirações tornam propícios os cenários de conflitos de interesses, de forma que cabe ao Estado administrá-los, dentro da sua capacidade de atuação, para que os direitos sejam garantidos aos cidadãos e a sociedade desenvolva-se da melhor maneira possível. Ruz (1997) aponta que para tanto, os governos podem utilizar de dois mecanismos de ação: a coerção e a política. O uso da coerção, contudo, tem o seu impacto reduzido e o custo elevado, quanto mais é utilizada, de maneira que se dá vez ao uso da política – que também envolve coerção, principalmente como possibilidade, mas não se limita a ela.

Assim, faz-se necessária uma primeira distinção entre política e política pública, que se imbricam na formação da segunda. A política (*politics*) surge como um conjunto de relações de poder, que se expressa por meio de procedimentos formais e informais, e se destina à resolver, de maneira pacífica, os conflitos referentes aos bens públicos (SCHMITTER apud RUA, 1997). Isto é, a atividade política é o movimento do estado, que envolve atores governamentais e não governamentais, capaz de produzir decisões que irão impactar a sociedade, por meio também das políticas públicas.

Por sua vez, as políticas públicas (*policies*) envolvem a atividade política e referem-se ao processo político que objetiva desenvolver tais decisões através da formulação de propostas e implementação de ações que afetam a coletividade (RUA, 1997). Corroborando com esta conceituação, Frey (2000) aponta a importância de se diferenciar estas duas dimensões do estudo da política, de maneira que *politics* refere-se ao conceito que abarca o processo político, de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos e decisões; e *policy* refere-se aos conteúdos concretos, que se traduzem em programas políticos, problemas técnicos e ao próprio conteúdo material das decisões políticas.

Fica claro, assim, que os conceitos de *politics* e *policy* relacionam-se intimamente, uma vez que “as políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*)” (RUA; 1997, p. 1). Mais além, RUA (1997) afirma que as políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Em outros termos, é importante também destacar que as políticas públicas envolvem atores e processos políticos em todo o seu ciclo.

Cabe aqui também ressaltar a diferença existente entre as noções de decisão política e política pública. Uma decisão política consiste na escolha de uma alternativa dentre uma gama de possibilidades, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando, portanto, certo grau de adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Já uma política pública, além de envolver mais do que uma decisão, requer a tomada de diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Apesar de uma política pública implicar uma decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 1997). Além do mais, RUA (1997) aponta para o importante fato de que políticas públicas são “públicas”, e não privadas ou coletivas – o que justifica umas das características centrais destas ações, que é o fato de tratar-se de decisões revestidas de autoridade soberana de poder público.

Um importante recurso de análise de políticas públicas é o ciclo de política (*policy cycle*). Consiste em um modelo de sistematização do processo de construção de uma política pública, que considera as fases, interativas e iterativas, de percepção e definição de problemas, formação de agenda (*agenda-setting*), elaboração de programas e decisão, implementação e avaliação³. Frey (2000) aponta que ao subdividir o “agir público” em fases parciais do processo de resolução de problemas, o ciclo de vida torna-se um modelo heurístico interessante para a análise de uma política pública. O autor ainda considera que fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e, por isso, podem ser observadas sob os primas das relações de poder, das redes políticas e sociais e das práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase.

A fase inicial, de percepção e definição de problemas, refere-se ao momento em que um determinado problema “em um número infinito de possíveis campos de ação política” (RUA; 1997, p. 5) recebe um tratamento político e passar a tomar atenção do Estado. Segundo Rua (1997), neste contexto, os atores deixam de lidar com um cenário de “estado de coisas” - situação em que, embora exista um problema social que afete um determinado grupo de pessoas da sociedade, este ainda não constitua um item da agenda governamental - para diagnosticar um “problema político”. No cenário de construção de uma política pública, quando o “estado de coisas” ocupa a atenção das autoridades e se torna um “problema político”, crescem as possibilidades de que ele passe a fazer parte da agenda de governo e seja, assim, contemplado com uma política pública.

Frey (2000), citando Windhoff-Héritier (1987), salienta que, do ponto de vista analítico, problemas sociais só são construídos como um “problema político” a partir do momento em que adquirirem relevância de ação do ponto de vista político e administrativo. Ou seja, se tornam um possível objeto de impacto do poder público por meio de intervenção ou políticas públicas.

A fase de construção de agenda é o momento em que, a partir de um problema, passa-se a realizar as discussões sobre o tema, além das interações entre os atores políticos e as autoridades. É o momento em que “se decide se um tema efetivamente vem sendo inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior, e

³ Foram utilizadas as noções de Frey (2000) para esta definição de ciclo de política (*polycycle*). O autor aponta que “as tradicionais divisões do ciclo político nas várias propostas na bibliografia se diferenciam apenas gradualmente. Comum a todas as propostas são as fases de formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas.” (FREY; 2000, p. 229).

isso não obstante a sua relevância de ação” (FREY; 2000, p. 227). Esta abordagem será retomada à frente, visto ser um dos enfoques da análise deste trabalho.

Sobre esta etapa Secchi (2010) discute para a priorização dos problemas políticos pelos governos. O autor aponta que tais problemas podem entrar e sair da agenda, conforme ganham ou perdem notoriedade. Assim, destaca que alguns fatores limitantes, tais quais de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, falta de vontade política ou de pressão popular, podem fazer com que alguns problemas não entrem na agenda ou permaneçam nela por pouco tempo.

Subsequentemente dá-se a fase de elaboração de programas e de decisão, que envolve o processo de escolha dentre as alternativas mais apropriadas dentre todas as possibilidades de ação dos atores (FREY, 2000; RUA, 1997). Este é um estágio crucial para a construção da política pública, já que representa o momento em que são consideradas as preferências dos atores para que se inicie o diálogo sobre a problemática. Rua (1997) aponta que, neste processo, cada ator possui um recurso de poder, bem como uma preferência, como influência ou capacidade de afetar o funcionamento do sistema, por exemplo. Assim, conforme a sua posição, os atores tendem a ter preferências diversas quanto à melhor solução para um problema político.

Secchi (2010) aponta para a importância desta etapa, em face da anterior, indicando que, uma vez inscrito agenda, a definição das alternativas para solução de um problema político representa um instrumento de poder. Isto porque a definição de alternativas figura na escolha dos conflitos e a escolha destes conflitos aloca poder.

A implementação de políticas corresponde à etapa em que são tomadas as decisões referentes à operacionalização da política, bem como à alocação de recursos e à formação das rotinas que irão intervir na realidade da sociedade afetada. Rua (1997) aponta que, tradicionalmente é neste estágio em que ocorrem os procedimentos de monitoramento cujo objetivo é o de avaliar os resultados intermediários das ações para averiguar as características do ambiente em que elas acontecem. Esta etapa sucede a tomada de decisão e antecede os esforços avaliativos. Portanto, é nesse arco temporal que são produzidos os resultados completos da política pública (SECCHI, 2010).

Enfim, a fase de monitoramento e avaliação diz respeito ao momento em que são realizados os julgamentos de resultados, a partir de critérios valorativos estabelecidos na

fase de tomada de decisão, a fim de gerar informações para manutenciar a política a subsidiar decisões futuras sobre o ajuste das atividades da política, de maneira a potencializar o alcance dos objetivos esperados (RUA, 1997). É o momento de apreciação dos programas já implementados no tocante aos seus impactos efetivos (FREY, 2000), sendo um estágio crucial para o desenvolvimento e adaptação contínua da política pública, levando ao que Prttwitz (1994, apud FREY, 2000) denominou como “aprendizagem política”.

É importante considerar que embora o modelo de ciclo de vida preveja uma sequência de fases, estes momentos dificilmente acontecem cronologicamente nesta ordem. Isso porque, dada a complexidades das variáveis envolvidas no processo de construção de uma política – considerando principalmente a atuação dos atores e das instituições – é preciso compreender que os processos são interativos e com uma dinâmica de atuação “alimentada por reações mútuas dos atores envolvidos” (FREY; 2000, p. 229).

Cabe ressaltar que o modelo heurístico do *policy cycle* é um “tipo puro” idealizador do processo político, dificilmente executado de maneira integral, na prática. Isso não significa, contudo, que o modelo teórico seja inadequado para a explicação desses processos - pelo contrário, sublinhao seu caráter enquanto instrumento de análise (FREY, 2000; SECCHI, 2010).

De posse destas concepções e da visão holística do processo de construção de uma política pública parte-se, na próxima seção, para a compreensão mais aprofundada do processo de formação de agenda, com o objetivo de entender sobre as características desta etapa de discussão e incorporação de uma política à pauta governamental.

1.2 A construção de agenda e formação de políticas públicas

A agenda governamental constitui um conjunto de problemas sociais que compõem o debate político e, por isso, exigem a intervenção das autoridades públicas (PADIOLEAU, 1982 apud MENICUCCI e BRASIL, 2010).

O conceito de agenda – ou pauta – governamental, agenda política, agenda de decisões ou agenda de políticas públicas configura a lista de prioridades, inicialmente

estabelecida pelos governos, às quais eles devem dedicar suas energias e atenções (RUA e ROMANINI; 2012). Conforme já mencionado, quando um “estado de coisas” torna-se um “problema político”, o conflito em questão passa a tomar atenção dos agentes políticos e, assim, torna-se uma pauta da agenda.

Na literatura sobre processos de políticas públicas (SABATIER, 2007 apud GOMIDE, 2008) destaca-se o Modelo de Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams Framework*) de Kingdon (1990) na definição de agenda governamental, bem como no seu processo de construção. Tal abordagem considera que uma política pública não surge de um processo sequencial e ordenado - no qual as soluções sucedem os problemas – e, portanto, entende que o reconhecimento de um problema, por si só, não garante a ação do governo por meio de uma política pública. É necessário que exista um contexto favorável. Por isso, a junção entre problema, solução e decisão para o encaminhamento de uma política seguem uma lógica sistêmica e contingente (GOMIDE; 2008).

Segundo este modelo, é a convergência de três processos ou fluxos relativamente independentes que explica os motivos pelos quais certos problemas vão para a agenda de decisão, enquanto outros, não. Estes processos são: o de reconhecimento do problema, o da formulação de soluções e o da política. Zahariadis (1998 apud GOMIDE, 2008), aponta que o Modelo de Fluxos Múltiplos é o mais indicado para explicar como as agendas são definidas e decididas pelos governos sob condições de ambiguidade de objetivos, como preferências não definidas claramente, por exemplo, e ambientes instáveis, nos quais as escolhas são dependentes do contexto.

Sob esta perspectiva, Kingdon (1990) diferencia três tipos de agenda à luz do escopo e dos atores envolvidos do processo de decisão, sendo estas:

a) Agenda Sistêmica ou Não Governamental ou Agenda de Estado: é a lista de problemas políticos que preocupam diversos atores políticos e sociais, não se restringindo ao governo. É anterior, externa e mais ampla do que qualquer Agenda de Governo. Essa lista de temas pode preocupar a sociedade, o Estado e, até mesmo, o sistema internacional.

b) Agenda de Governo ou Governamental: é aquela que reúne os problemas políticos sobre os quais um governo específico – suas autoridades, seus assessores e indivíduos fora do governo, contudo são estreitamente associadas às autoridades formais – decide se debater. A composição dessa Agenda depende da ideologia e dos projetos políticos e partidários daquele governo, da mobilização social, das crises conjunturais e das oportunidades políticas. Como será retratado adiante, nem todas as questões da agenda Governamental chegam à Agenda de Decisão.

c) Agenda de Decisão: é a lista dos problemas políticos encaminhados à tomada de decisão pelo sistema político (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) no curto e médio prazo. Esses assuntos podem estar previamente na Agenda Governamental, ou não. (RUA e ROMANINI; 2012, p.6)

Nesse sentido, Rua (1997) aponta que para que uma situação de “estágio de coisas” passe para o estágio de “problema político” e se torne, portanto, um item prioritário da agenda governamental é necessário que este apresente algumas características, tais quais: (i) mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados; (ii) constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo; (iii) constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema. Em outros termos, as três situações favorecem a entrada de um determinado problema tematizado por atores sociais (e, assim, inscritos na agenda política) na agenda governamental.

Apesar disso, segundo aponta o modelo de Kingdon (1990), para que problema entre na agenda é essencial considerar o processo político que, por sua vez, apresenta uma dinâmica própria.

Uma conjuntura política favorável para um problema entrar na agenda pode vir tanto de uma mudança de governo, que traz novos atores ao poder, como da atuação das forças organizadas da sociedade, que têm sucesso em levar suas demandas ao governo, como ainda das mudanças no “clima nacional” (nationalmood), ou seja, de uma situação onde as pessoas, por um determinado período de tempo, compartilham das mesmas questões. (GOMIDE; 2008, p. 5)

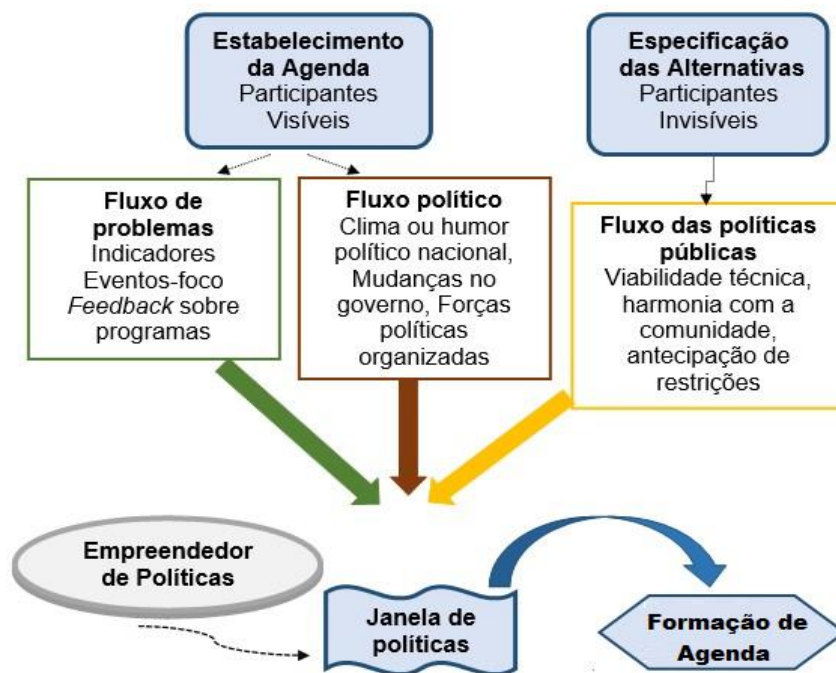
Dessa forma, não é o problema social em si ou a existência de uma solução que faz com que um problema seja inserido na agenda, transformando-se numa política: é necessário também um contexto favorável no qual o problema seja reconhecido e que apresente soluções viáveis e aceitáveis (GOMIDE, 2008; RUA, 1997; KINGDON, 1990).

Kingdon (1990) traz ainda o conceito de “*policy windows*” – “janelas de oportunidade de políticas públicas” - que configuram circunstâncias que possibilitam a

convergência dos fluxos. Essas janelas podem advir de vários fatores como, por exemplo, a mudança de governo devido a eleições, levando à reavaliação de programas e à eventual inclusão ou exclusão de ações ou mudanças de lideranças no Congresso. Consistem, portanto, como circunstâncias favoráveis capazes de influenciar a convergência dos fluxos que, por sua vez, são capazes de dar condição para que uma pauta atinja a agenda governamental.

Isso depende em grande parte da atuação de agentes, que Kingdon (1990) entende como “empreendedores da política” (*policy entrepreneur*), que são atores sociais que investem seus recursos para as políticas que defendem, tendo como motivação razões diversas (MENICUCCI e BRASIL; 2010). A capacidade de ação dos empreendedores é crucial, uma vez que quando as janelas se abrem eles apresentam suas concepções sobre os problemas ou as propostas. O Modelo de Fluxos Múltiplos pode ser graficamente representado, conforme mostra a Figura 01:

Figura 01 – Modelo de Fluxos Múltiplos (Kingdon, 1990)



Fonte: Elaboração própria, com base em Kingdon (1990)

A formação da agenda de políticas públicas é, portanto, o processo pelo qual determinados problemas políticos tornam-se alvo de atenção e ação do Estado. Constitui um mecanismo altamente seletivo que envolve a concorrência entre problemas e prioridades

diferentes entre os atores participantes do debate (CALMON e COSTA, 2007; MENICUCCI e BRASIL, 2010). Por isso constitui um momento privilegiado, já que representa o estágio de ação onde são defrontadas divergências de opinião, normas, interesses, percepções e juízos de valor que permeiam a formação da política pública e os atores que atuam neste processo.

Tais abordagens são de grande valia e serão utilizadas como pontos de referência para a análise e discussão do objeto deste trabalho. É importante ressaltar que ao utilizar o modelo de Kingdon (1990) como base teórica não se pretende esgotar o tema, mas empregar o aparato conceitual que estes princípios oferecem.

1.3 Atores sociais e sua influência na formação de agenda

É importante considerar que a construção da agenda depende intimamente da ação dos atores sociais. No campo de estudo das políticas públicas, Rua (1997) considera que os atores são todas as partes que afetam ou podem ser afetadas pela política e, por isso, interagem a todo instante com os mecanismos decisórios. São todos aqueles envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão.

A partir dos desenvolvimentos teóricos de Habermas (1989, 1997, apudMENICUCCI E BRASIL; 2010) pode-se considerar a análise da formação de agenda sob a perspectiva das possibilidades de influência dos atores sociais na seara das instituições governamentais. As autoras consideram os atores sociais a partir da tríade baseada no arcabouço habermasiano: atores do sistema institucional, do mercado e da sociedade civil.

Rua (1997) aponta para uma categorização dicotômica dentre os atores políticos, que podem ser públicos ou privados. Os atores públicos são aqueles que exercem funções públicas e, portanto, mobilizam os recursos associados a estas funções. Dentre os atores públicos, podem-se diferenciar os políticos e os burocratas, sendo os primeiros aqueles cuja atuação é condicionada, principalmente, pelo cálculo eleitoral e vínculos partidários e os segundos, sujeitos que detêm conhecimento especializado sobre a máquina pública, uma vez

que ocupam cargos da carreira pública - e por isso, são capazes de controlar recursos de autoridade e informação⁴.

No caso dos atores privados destacam-se os empresários⁵ - que, por serem capazes de afetar diretamente a economia, apresentam grande influência na condução das políticas públicas. Entram nessa categorização também as organizações institucionais, como as igrejas e as ONGs (organizações não governamentais). A autora aponta para ainda para a atuação dos trabalhadores, enquanto movimento articulado que pode se materializar diante da atuação dos sindicatos, por exemplo; dos agentes internacionais, que abarcam a atuação dos agentes financeiros, das organizações ou governos com as quais se estabelece relações e mesmo os chamados atores transnacionalizados – “que atuam em escala global, concentrando atomizadamente vastas parcelas de poder, notadamente no mercado financeiro e nas telecomunicações, mas também no mercado de armas e no crime organizado.” (RUA; 1997, p. 5).

Rua (1997) considera ainda o papel das mídias enquanto meios de comunicação e de formação de opinião. Enquanto atores, estes canais têm grande poder para influenciar a formação de agenda uma vez que são capazes de utilizar de mecanismos para chamar atenção do público para uma determinada questão ou mobilizar a indignação popular. A autora assinala que a mídia impressa e/ou eletrônica pode exercer o papel, ao mesmo tempo, de um ator, um recurso de poder e um canal de expressão de interesses.

Os atores não atuam de maneira isolada, pelo contrário, buscam estabelecer relações para atingir seus objetivos na formulação das políticas. Neste sentido, o conceito de *policy networks*, referindo-se às políticas públicas (HECLO, 1978 apud FREY, 2000), busca dar conta desta multiplicidade de atores sociais abarcando, portanto, as interações das diferentes instituições e grupos em todas as esferas de poder e da sociedade civil. É possível entender, a partir desta ótica, que no processo de construção da agenda os atores buscam compartilhar interesses, controlar recursos materiais e imateriais sob a perspectiva de políticas de interesse comum a fim de atingir seus objetivos.

⁴ “Embora não possuam mandato, os burocratas geralmente possuem clientelas setoriais. Além disso, eles têm projetos políticos, que podem ser pessoais ou organizacionais (como a fidelidade à instituição, o crescimento da organização à qual pertencem, etc). Por isso, é comum haver disputas não apenas entre políticos e burocratas, mas também conflitos entre burocracias de diferentes setores do governo.” (RUA; 1997, p. 5)

⁵ Geralmente mobilizam suas demandas por meio da prática do *lobby*.

Nessa perspectiva, o resultado das interações entre os atores sociais é a formação das arenas (*policy arena*), cuja concepção foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi (1972). As arenas⁶ configuram padrões de interação entre os atores envolvidos na formulação de uma política, e ocorrem através da combinação das suas preferências e expectativas relativas aos ganhos e perdas neste processo. “Constituem uma certa disposição das forças políticas e das relações entre atores políticos em torno de um tema de política pública que pode existir” (RUA e ROMANINI; 2012, p. 6). Neste sentido, cabe esclarecer algumas questões sobre tais configurações de comportamento, tais como as noções de demandas e preferências dos atores que, por sua vez giram em torno da concepção de “*issues*”.

É importante considerar que todos os indivíduos e grupos em uma sociedade e, portanto, todos os atores apresentam demandas (LOWI, apud RUA e ROMANINI, 2012). As demandas consistem em quaisquer necessidades existentes na sociedade (EASTON, 1970). Podem ser expressas diretamente, quando são os próprios atores que reivindicam algum bem público ou ser expressas indiretamente, quando os que manifestam a necessidade em questão são terceiros, tais quais ativistas políticos, representantes ou autoridades governamentais. Podem ser necessidades concretas, ou básicas, como alimentação ou casa para morar; ou reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc. Podem também ser necessidades abstratas, como direitos humanos, participação política – como o reconhecimento do direito de voto dos analfabetos –, controle da corrupção, informação política, etc.

Easton (1970) aponta para a existência de, basicamente, três tipos de demandas⁷: as demandas novas, as demandas recorrentes e as demandas reprimidas, como seguem:

⁶ Apesar de remontar à locais de embate de ideias, as “arenas políticas” não constituem, na perspectiva de Lowi (1964), um espaço físico ou institucional. Trata-se de um conceito teórico utilizado para embasar os estudos de políticas públicas e compreender, como já foi mencionado, os padrões de interações entre os atores envolvidos nestes processos.

⁷ “Quando se acumulam as demandas e o sistema não consegue encaminhar soluções aceitáveis, ocorre o que se denomina “sobrecarga de demandas”: uma crise que ameaça a estabilidade do sistema. Dependendo da sua gravidade e da sua duração, pode levar até mesmo à ruptura institucional. Mesmo que isto não ocorra, o sistema passa a lidar com crises de governabilidade: pressões resultantes da combinação do excesso ou complexidade de demandas novas ou recorrentes com *withinputs* contraditórios e redução do apoio ou suporte.” (RUA; 1997, p. 6)

(i) Demandas novas resultam do surgimento de novos conflitos ou de novo atores – que são aqueles que já existiam antes, mas não havia se articulado diante da atuação junto ao Poder Público; quando passam a se organizar para pressionar o sistema política, figuram como novos atores políticos. Os novos problemas são aqueles que ou não existiam antes – como a AIDS, por exemplo – ou que, apesar de já existirem, configuravam anteriormente um “estado de coisas”, já que não ainda não haviam alcançado o sistema a se apresentado como um conflito demandante de solução;

(ii) Demandas recorrentes são aqueles que representam problemas não resolvidos ou mal resolvidos e, por isso, sempre voltam à tona no debate político e na agenda governamental;

(iii) Demandas reprimidas são aquelas que ainda não apresentam-se de forma consistente diante das ações do Estado, de modo que são constituídas pelo “estado de coisas” ou por não decisões, que poderão ser discutidas adiante.

Mediante a detenção de demandas, os atores sociais apresentam suas próprias preferências para a resolução de um conflito e, portanto, de construção de uma política. Assim, dependendo do lugar de atuação, os atores apresentam preferências diversas no tocante a melhor maneira de tratar as demandas, ou seja, nas formas de intervir na realidade social. Estas preferências se formam em torno de “*issues*”⁸ – que configuram aspectos de uma determinada decisão que podem afetar os interesses dos atores envolvidos em torno do conflito e, por isso, mobiliza suas expectativas quanto à possibilidades da política. Podem catalisar os conflitos entre os atores tendo em vista o leque de divergências existentes entre eles.

É importante compreender que cada política pública supõe diversos *issues* que devem ser considerados, observando que a depender da decisão tomada, alguns atores podem ter suas exigências atendidas ao passo que outros não (RUA e ROMANINI; 2012). Fica claro, portanto, que as expectativas dos atores afetam diretamente o padrão de suas interações – que configuram as arenas⁹ - abrangendo, assim, seu alinhamento político, a formação de coalizões, o estabelecimento, a competição, o conflito, por exemplo.

⁸ “Às vezes é difícil entender esse conceito devido às limitações da língua portuguesa. A língua inglesa dispõe de termos alternativos: “*problem*”, “*question*”, “*issue*”. O mesmo não ocorre em português – têm-se apenas as palavras “problema” e “questão” (RUA e ROMANINI; 2012, p. 7)

⁹Lowi (apud RUA e ROMANINI, 2012) sistematizou, a princípio, as arenas conforme três características: arena distributiva, arena redistributiva e arena regulatória. Mais tarde incluiu o conceito de arena constitucional ou constitutiva. Entendido que as arenas são formadas em torno de políticas públicas e que resultam das características e *issues* destas políticas, explica-se que as *arenas distributivas* representam as interações configuradas em tornos das políticas públicas redistributivas e que, portanto, alocam bens e serviços, caracterizando-se por emanar expectativas concentradas em uma única área, como educação ou saúde, por

Rua (1997) estabelece que as relações entre os atores pode obedecer a três padrões, tais quais as lutas, os jogos e os debates¹⁰. As lutas configuram situações mais acirradas de disputa; nos jogos prevalecem as relações de negociação, a partir da lógica de vencer o ator adversário, sem eliminá-lo totalmente do processo; e os debates funcionam conforme a lógica da persuasão, onde o objetivo dos atores é convencer uns aos outros da adequação das suas propostas a fim de torná-los seus aliados. Há uma outra forma de atuação é a pressão pública, que pode ser realizada por atores individuais ou coletivos e inclui desde manifestações pela imprensa, até atitudes radicais como greves de fome, por exemplo, além de manifestações coletivas - pacíficas ou violentas, capazes de causar constrangimento, de mobilizar a opinião pública e de chamar a atenção da imprensa para o problema.

Não se pretende aqui esgotar o assunto, mas contemplar a existência de várias formas de interação entre os atores, sendo estas conflituais ou cooperativas. Numa perspectiva deliberativa, na linha habermasiana, consideram-se problemas comunicativos e dialógicos endereçados a alcançar consensos ou acordos temporários. Mais além, ainda nessa perspectiva, pode-se considerar o papel de instâncias institucionais de participação para canalizar e processar demandas sociais na agenda governamental.

Fica evidente, que a atuação dos atores sociais é crucial para o processo de levantamento de demandas e inserção de determinados *issues* na agenda governamental e seu possível processamento por meio de políticas. Visto serem os atores as peças de ação do processo político, é essencial entender quem são os atores articuladores das políticas para as

exemplo; as *arenas redistributivas* referem-se majoritariamente às políticas redistributivas e, por isso, representam interações que traduzem a busca pela transferência de bens, detendo, assim, benefícios concentrados; as *arenas regulatórias* envolvem ações voltadas para o estabelecimento de imperativos, proibições e condições sob a forma de regras e normas que limitam o poder discricionário dos indivíduos; as *arenas constitucionais* representam, enfim, as situações de formulação ou modificação de regras do jogo político estabelecendo ou alterando regras para outras decisões. Por isso criam condições gerais sob as quais serão negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias.

¹⁰ Há outras dinâmicas das relações conhecidas entre os atores, sendo também conhecidas as práticas de persuasão, quando os atores recorrem ao chamado "intercâmbio", "que significa a troca de favores, de apoios e até mesmo de benefícios, como dinheiro, cargos, bens, etc.". (RUA; 1997, p.7) A autora aponta que há situações em que nem a persuasão nem o intercâmbio funcionam, e então há atores que se utilizam de ameaças, que podem se referir à imposição de danos ou prejuízos ou à suspensão de favores ou benefícios. Rua aponta ser possível, ainda, o exercício da autoridade, que significa, de fato, a exigência da obediência e, finalmente, a utilização da negociação e do compromisso como "tentativa de encontrar soluções negociadas nas quais todas as partes sintam-se mais ou menos satisfeitas com o que obtiveram, de tal maneira que todos saiam do processo acreditando que ganharam alguma coisa e ninguém saia com a convicção de ter perdido tudo.". A autora aborda ainda o uso de recursos de poder utilizado para confundir os tomadores de decisão de tal maneira que o custo de determinadas alternativas se torna tão elevado que os atores acabam por se desgastar e por abandonar, ao menos temporariamente, a luta em torno de uma demanda ou de uma alternativa. Trata-se de um mecanismo de obstrução da demanda. "Neste caso, trata-se de uma situação de paralisia decisória onde a decisão emperra de tal forma que todos os atores ficam impossibilitados de obter qualquer solução admissível para aquele problema". (RUA; 1997, p.7).

mulheres, em Minas Gerais. Este assunto será abordado no próximo capítulo, onde serão apresentados os movimentos sociais como figuras-chave para este processo.

2 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender as noções que balizam as políticas para as mulheres e que, portanto, estão presentes nas reivindicações referentes à formação desta agenda faz-se necessário compreender sobre algumas conceituações. Por isso este capítulo tem o objetivo de discutir acerca destes princípios.

Para tanto, na primeira seção serão expostas algumas concepções de gênero, desigualdade de gênero e suas implicações. Posteriormente, fala-se sobre o que são, então, as políticas de gênero, no sentido de compreender como tais noções se traduzem mediante as ações do poder público. Finalmente, considerando os movimentos sociais como atores importantes desta construção, é discutida a influência dos movimentos feministas e de mulheres na construção da pauta de gênero.

2.1 Concepções de gênero e de desigualdade de gênero

Entender a desigualdade de gênero que sustenta a assimetria das relações de poder na sociedade, discriminando as mulheres, implica obrigatoriamente em entender sobre a conceituação de gênero.

O conceito de gênero foi desenvolvido no seio do pensamento feminista disseminando-se, fortemente, a partir da década de 1980. Inicialmente, o principal objetivo dessa formulação conceitual foi distinguir e separar definitivamente sexo e gênero, no sentido de evidenciar o *sexo* como uma marca biológica (“natural”), e o *gênero*, como uma dimensão marcada pela construção social. Tal dimensão buscou enfatizar os traços da construção histórica estabelecida entre mulheres e homens e sobre suas diferenças sexuais – o que demandou, obviamente, uma análise sócio-política frente à estas relações. Matos (2015) aponta que hoje o termo apresenta uma acepção restrita e uma intencionalidade explicativa que não existia quando da sua instituição – antes mesmo dos anos 1980.

Rubin (1979) foi quem trouxe uma das definições clássicas sobre gênero a partir da problematização do conceito de sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos

pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana, e no qual essas necessidades sexuais são satisfeitas. Atualmente, o conceito de gênero em sua maneira mais difundida, enquanto proposta de sistema de classificação, é abordado de forma dicotômica, utilizando homens e mulheres para referir-se à lógica das diferenças entre feminino e masculino e homo e heterossexualidade, para orientação sexual. (MATOS, 2015).

Falar em gênero significa, portanto, entender que a maneira como mulheres e homens se comportam diante de diferentes contextos sociais corresponde ao resultado de um processo de aprendizagem cultural (MATOS, 2015). A compreensão de gênero tem a ver com a forma como os indivíduos são criados e educados na sociedade, tendo essa forma uma dimensão histórica, social e política, que influencia fortemente na identificação de gênero por um sujeito do sexo feminino ou masculino¹¹. Assim, busca-se tornar evidente que o sexo biológico não é o elemento definidor dos sentidos e das ações humanas e que são as culturas humanas em suas relações políticas que criam padrões de comportamento que, por sua vez, terminam por associar corpos sexuais. É entendido, assim, que as noções de sexo, sexualidade e gênero podem até se cruzar, mas não são necessariamente decorrentes, podendo ser experimentadas de modo autônomo (MATOS, 2015).

Desde sua formulação, a concepção de gênero foi considerada um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher” (PISCITELLI, 2002). O conceito, inovador, ofereceu um novo olhar sobre a realidade, e abriu espaço para novas reflexões e questionamentos sobre as dimensões de feminilidades e masculinidades, sendo, portanto, combustível para um processo de desconstrução e de novos questionamentos.

O conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre as “mulheres”, apresentando-se como produto da inquietação feminista em relação ao patriarcado e sua consequente opressão ao sexo feminino, conforme aponta a autora:

¹¹ Dentre as pensadoras clássicas que contribuíram para o construto gênero destaca-se a antropóloga Gayle Rubin, que em 1975 definiu o sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. A autora do célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), Joan Scott, também influenciada por Michel Foucault, propõe a conceituação de gênero mediante uma categoria de análise, entendendo-o como uma percepção sobre as diferenças sexuais. Havendo uma relação inseparável entre saber e poder, a historiadora feminista entende que o gênero estaria imbricado às relações de poder, sendo, nas suas palavras, uma primeira forma de dar sentido a estas relações (SENKEVICS, 2012).

A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar [a] preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. (PISCITELLI; 2002, p. 10)

Dessa forma importa entender que, se o gênero é produto da construção social e a sociedade remonta suas bases no patriarcado e no machismo, então as posições ocupadas por homens e mulheres, nesse contexto, apresentam-se moldadas em torno desta configuração. O conceito de patriarcado é empregado pela ciência política e pela sociologia, de forma tipificada, para se referir a uma forma originária de exercício de poder por um chefe de família sobre os demais membros ou sobre a comunidade circundante (AGUIAR, 2015). Segundo esta configuração, o homem apresenta-se como figura centralizadora das decisões - nas esferas econômicas, jurídicas, políticas e familiares - e, portanto, do poder.

A teoria feminista¹² tomou o conceito para identificar e especificar como o poder é exercido por homens em relação às mulheres, levando-se em consideração a esfera familiar e, em sua extensão, a coletiva e social. A literatura feminista é persuasiva no que se refere à influência das configurações patriarcais na sociedade, alegando que o poder exercido pelos homens na vida contemporânea é uma reprodução destas relações. (AGUIAR, 2015).

Neste contexto, o machismo surge como um conjunto de representações simbólicas, comportamentos e práticas aprendidos socialmente, reforçando relações de exploração, dominação e sujeição das mulheres em relação aos homens, em prol da manutenção desta ordem social sexista (BORGES, 2015). Borges (2015) aponta que, enquanto sistema ideológico, o machismo oferece modelos de identidade para o masculino e o feminino que justificam a inferioridade das mulheres e a dominação masculina justificando, portanto, lugares sociais de maior privilégio e reconhecimento dos homens.

¹²Pateman (1988, apud AGUIAR, 2015) aponta que houve, inicialmente, um debate sobre a aplicação de um conceito tão antigo às situações contemporâneas. “Temia-se que falar em um patriarcado nas sociedades capitalistas contemporâneas significasse referir-se a situações imutáveis, pouco afetadas por amplas transformações sociais, econômicas e políticas.” (AGUIAR; 2015, p. 156). No entanto, autora argumenta que análises mais recentes indicam que sistemas políticos liberais que se mostraram críticos da analogia entre o poder monárquico e as relações familiares, por exemplo, deixaram a desejar quando deixaram de fora a análise sobre as relações entre homens e mulheres no que diz respeito à sexualidade, evidenciando, portanto, traços que remontam ainda às bases patriarcais.

Assim, adotar a categoria de gênero como perspectiva de análise e, portanto, considerar a construção dos papéis exercidos por homens e mulheres como resultado de uma aprendizagem baseada nos padrões sociais patriarcais e machistas, é considerar que tais relações são desiguais e, portanto, capazes de atingir os direitos das mulheres.

Joan Scott (1995), uma das primeiras autoras feministas a tratar sobre o conceito de gênero, entende que este se refere à organização social da diferença sexual sendo, portanto, uma categoria de análise histórica. A autora entende que o conceito, utilizado em diversas análises sobre as relações sociais de poder entre homens e mulheres figura, simultaneamente, um instrumento teórico e um instrumento de ação política. Isso porque, apesar de teoricamente relações de gênero não serem sinônimo de desigualdade, na realidade em todas as sociedades, tais relações são marcadas por hierarquias entre homens e mulheres (ROMANINI, 2015).

As consequências desta desigualdade atingem as mulheres em suas mais diversas esferas, sendo estas pessoais, profissionais ou sociais. A vigência das desigualdades de gênero e suas expressões nas relações hierárquicas tornam-se produtoras, por exemplo, dos altos níveis de violência e de discriminação contra o feminino (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). Vítimas dessa construção machista, as mulheres tornam-se marginalizadas e objetificadas, tendo seus direitos usurpados e, por vezes, desconsiderados. Mulheres recebem menores salários para os mesmo postos de trabalho dos homens, por exemplo, ocupam menos cargos de chefias, além de serem as maiores vítimas dos casos de violência sexual e doméstica.

É possível compreender a gravidade relativa à existência e manutenção das relações de assimetria de gênero na sociedade e, portanto, da dominação sofrida pelas mulheres. Partindo-se do pressuposto de que tal desigualdade estrutura outras desigualdades sociais e afeta, portanto, a vida das mulheres de forma direta, entende-se a necessidade da incorporação da perspectiva de gênero pela agenda governamental e criação de políticas que sejam capazes de dar conta deste problema. Esta abordagem será tratada na próxima seção.

2.2 Políticas públicas de gênero

A mobilização do estado com o objetivo de implementar políticas com um componente de gênero é uma estratégia importante para a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres em uma sociedade (BOHN, 2010). Partindo-se da discussão apresentada na seção anterior, entende-se que, diante de tal condição de assimetria, as mulheres tornam-se alvo de discriminação e violência, o que resulta no comprometimento de seus direitos enquanto seres humanos e cidadãs.

Segundo Mapa da Violência 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), houve um aumento de 54% em dez anos no número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. O estudo, cuja ênfase é a violência de gênero, revela que, no Brasil, 55,3% desses crimes foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde. Tais dados tornam evidentes os efeitos da desigualdade de gênero, que tem a violência contra mulher como grave consequência. Ademais, fica evidente a naturalização desta violência, tendo em vista a autoria, comumente doméstica, dos agressores.

Em “*Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*”, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), junto com o Ministério do Trabalho e a Previdência Social, constatou-se que o perfil histórico de ocupação ainda mantém diferenças entre homens e mulheres. Os homens, negros ou brancos, continuam sendo a maioria no mercado de trabalho, com uma taxa de 80% de presença, enquanto as mulheres dos dois grupos raciais não chegam a 60% de ocupação em postos de trabalho.

A presença massiva de mulheres no emprego doméstico, a porcentagem maior de mulheres trabalhando tempo parcial e o número menor de horas dedicado pelos homens ao lar e cuidados com os filhos indicam (...) a permanência do padrão da domesticidade ainda atrelado ao feminino e seu reflexo no trabalho. O fato de que pelo mesmo trabalho as mulheres ainda recebem cerca de 70% do que ganham os homens é também revelador da permanência de padrões de assimetria na valorização desigual do masculino e do feminino na força de trabalho. (ROMANI; 2015, p. 43)

Pensar nas formas de atuação do Estado é, portanto, pensar na construção de políticas públicas. Nessa seara de atuação, cabe aqui fazer uma importante diferenciação entre as políticas públicas de gênero e as políticas públicas para as mulheres. As políticas de gênero consideram a natureza dos conflitos produzidos nas relações que se estabelecem entre homens e mulheres e buscam, assim, abarcar a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e masculino (BANDEIRA, 2005). Parte-se do pressuposto de que as instituições estatais são participantes do processo de construção política e social dos gêneros e, por isso, devem combater a desigualdade entre mulheres e homens. São, portanto, ações que levam em consideração a conjuntura social e consideram as mulheres como cidadãs situadas historicamente e portadoras de direitos não homogêneos, justamente por constituírem uma minoria (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002 apud BANDEIRA e ALMEIDA, 2015).

As políticas para as mulheres, em contrapartida, apresentam sua capacidade de ação exclusivamente no feminino, enquanto parte da reprodução social. Concentram-se na figura da mulher-família, reafirmando sua responsabilidade para com as tarefas domésticas e voltadas para a família e, por isso, segundo Bandeira (2005), acabam por não priorizar a importância que se estabelece no relacionamento entre os sexos.

Bandeira (2005) aborda esta temática ressaltando que esta diferenciação é relevante. Entende-se que a partir do momento que os agentes públicos não têm clareza sobre estes pressupostos tendem a tratar questões, como violência e condições de saúde, por exemplo, de forma centralizada na mulher, ignorando suas causas – o que dificulta o tratamento do conflito de uma maneira holística. A autora aponta que as políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora apresentem perspectivas restritas e de menor abrangência. Assim, são políticas que atendem as demandas das mulheres de forma pontual, sem, portanto, instaurar uma possibilidade de rupturas com a própria cultura machista.

Ambas as políticas têm sua importância, na medida em que buscam solucionar o conflito relacionado ao suporte dado às mulheres, enquanto cidadãs. Bandeira (2005) aponta que, a longo prazo, o ideal é que as políticas para as mulheres transformem-se em políticas de gênero, incorporando uma perspectiva relacional e crítica que deve vir a fundamentar sua elaboração. A política para as mulheres pode ser, afinal, uma estratégia para promover a igualdade de gênero (ALMEIDA e BANDEIRA, 2013).

Pode-se citar como exemplode política de gênero o Programa Nacional Pró-Equidade de Gênero, desenvolvido pelo governo federal em 2005, por meio da SPM-PR. A ação é realizada junto à empresas e organizações públicas e busca incentivar a implementação de práticas organizacionais de equidade entre homens e mulheres a fim de garantir uma condição igualitária de trabalho (BRASIL, 2016). Quanto às políticas para as mulheres, Bandeira (2005) aponta como exemplo, sem especificar nenhuma, àquelas que se remetem exclusivamente à educação dos filhos, como a demanda por creches, por saúde da mulher “ou outras que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente (...) o empoderamento e autonomia [da mulher].“ (BANDEIRA; 2005, p. 276).

Apesar da compreensão de que o Estado dever incorporar a noção de gênero nas suas políticas, e não executar apenas políticas para as mulheres observa-se que a nomenclatura dos órgãos ainda indica “Política para as Mulheres”, como é o caso da SPM-PR e da SPM-MG. Diante disso aponta-se que embora estes órgãos se objetivem, portanto, a formular e implementar políticas que tenham as mulheres como beneficiárias, e isto justifica o nome, é necessário que o Estado identifique a concepção de feminino que norteie estas ações, incorporando, assim, noções de desigualdade de gênero e empoderamento da mulher.

Um avanço sobre esta discussão pode ser identificado no conceito de transversalidade de gênero – também reconhecido, a nível mundial, como *gendermainstreaming*. A concepção, que resultou do esforço internacional dos movimentos de mulheres na reivindicação por políticas públicas de gênero¹³, traduz a necessidade de uma abordagem sistêmica sobre o tratamento para com a questão das mulheres. A política de promoção das mulheres através da transversalidade de gênero exige dos governos não somente a incorporação dessa perspectiva em um órgão específico, mas uma atuação que contemple todas as ações do Estado (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013). De forma complementar, as ações políticas com especificidade de gênero devem, segundo esta perspectiva, vincular-se e relacionar-se com todas as áreas das ações governamentais. “Devem questionar a ideia de que existem nas políticas públicas as quais estariam desvinculadas – ou se considerem neutras – em relação à condição de gênero” (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013).

¹³ Almeida e Bandeira (2013) apontam que a expressão “transversalidade de gênero” tem origem histórica e tendo emergiu no contexto internacional dos movimentos feministas e de mulheres. As autoras discutem sobre o contexto internacional de criação deste termo, abarcando de forma detalhada os encontros mundiais.

Foi na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995) e com a participação de movimentos sociais e atores organizados, que a estratégia designada como *gendermainstreaming* foi reconhecida como transversalidade de gênero. A partir deste encontro foi estabelecida uma plataforma de ação que consolidou a transversalidade de gênero como uma estratégia de promoção da equidade. Foi acordado entre os países que todos os Estados membros, entres eles o Brasil, se comprometeriam em se empenhar para a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas (BANDEIRA e ALMEIDA, 2013).

A incorporação de perspectiva de gênero é recente, no Brasil e no mundo e deve-se em grande parte à atuação dos movimentos sociais e movimentos feministas. No Brasil, o campo de estudos de gênero consolidou-se no final dos anos 1970, quando também da atuação dos movimentos de mulheres (FARAH, 2004). Bandeira e Almeida (2015) apontam que historicamente a políticas públicas foram desenhadas e aplicadas pelos atores que dominavam a sociedade e, portanto, o jogo político – a elite masculina, branca, heteronormativa, dotada de alto grau educacional, de contração de renda e de inserção social. Neste contexto, as mulheres não estavam presentes na política, nem no processo de tomada de decisão e, por isso, não existia a possibilidade de que suas demandas fossem consideradas ou levadas para o processamento do sistema político. “As vozes e experiências originadas fora da esfera do poder hegemônico não eram consideradas legítimas, e o Estado não as incluía [as mulheres] em seu horizonte de atuação”. (BANDEIRA e ALMEIDA; 2015, p. 278).

Os movimentos de mulheres tiveram importante participação na mudança desta concepção (BANDEIRA e ALMEIDA, 2015). Foi somente após a crítica feminista que as políticas públicas passaram a ser elaboradas de modo sensível às questões de gênero, sendo compreendidas também a partir de um processo dinâmico que evocou a participação de demais atores sociais e setores da sociedade. É importante pensar sobre como se deu este processo no nosso país e no estado de Minas Gerais, para que se compreenda como surgiram as políticas públicas para as mulheres nessas esferas.

A próxima seção apresentará esta trajetória, a luz da caminhada dos movimentos de mulheres, que figuraram como importantes peças de dinamização da questão das mulheres junto ao Estado, no esforço de tornar esta uma pauta de discussão das ações governamentais.

2.3 A influência dos movimentos feministas na construção das políticas de gênero

A formação da agenda de políticas para as mulheres teve forte influência do feminismo, tanto a nível nacional, quanto estadual. Os movimentos sociais de mulheres e feministas constituíram-se como atores chave no processo de mudança de paradigmas sociais, questionamentos e reivindicação pelos direitos das mulheres diante do poder público.

Dessa forma, importa compreender o que é o feminismo, como ele se traduz mediante a atuação dos movimentos sociais e como estes movimentos sociais surgiram e se articularam enquanto sujeitos atuantes na construção desta política pública.

2.3.1 O feminismo enquanto motivação de ação dos movimentos

Para melhor compreender a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas é preciso antes entender o porquê da mobilização de mulheres em torno de um ideal em comum. Isto é, entender quais são as principais questões levantadas pelo feminismo e seus significados, bem como as motivações que embasaram a ação coletiva dos movimentos frente ao Estado.

As ideias centrais e mais gerais do feminismo abarcam as noções de liberdade e igualdade, partindo-se do pressuposto da condição de desvantagem na qual vivem as mulheres na sociedade e considerando que esta desvantagem, portanto, pode e deve ser abolida. Por isso, questiona e critica os padrões hierárquicos de poder estabelecidos nas relações sociais entre homens e mulheres e suas conseqüentes repercussões nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e culturais já mencionados. (HEYWOOD, 2010; SARDENBERG; COSTA, 1994 apud CAMPOS, 2017).

A melhor compreensão sobre a mobilização dos movimentos feministas em oposição aos padrões socioculturais e aos arranjos institucionais existentes na sociedade passa pelo entendimento sobre a crítica deste movimento à separação entre as esferas do público e do privado. Esta distinção é crucial para o pensamento feminista. Pressupõe de maneira geral

o questionamento da noção de que apolítica é uma atividade da arena da vida pública, em distinção à vida familiar e derelações pessoais, consideradas parte do âmbito privado (HEYWOOD, 2010 apud CAMPOS, 2017). Neste sentido, os homens são vistos, sobretudo, ligados às ocupações da “esfera da vidaeconômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução” (OKIN; 2008, p. 42), vistas como “naturalmente” inadequadas ao âmbito público (CAMPOS, 2017). Mais a frente será apresentado justamente o momento em que esta lógica começou a ser quebrada – quando os movimentos feministas passam a se organizar para reivindicar suas demandas frente ao poder público contribuindo, portanto, para a construção da mulher como sujeito político.

Silva e Camurça (2013) apontam para a compreensão do feminismo enquanto uma teoria de análise crítica do mundo e da situação das mulheres e também enquanto um movimento social de luta para transformação da situação de opressão vivida pelas mulheres. Sendo assim, entendem que o feminismo pode ser entendido como uma linha de pensamento, que procura explicar a situação das mulheres e elabora continuamente a crítica e a denúncia da injustiça da sociedade patriarcal, apresentando-se como uma teoria aberta e em permanente construção; como atitude, ou seja, uma postura cotidiana assumida pelas mulheres diante da sua própria vida ao não aceitar ser o ‘tipo de mulher’ que a sociedade impõe que ela seja; sob a perspectiva organizativa, onde o feminismo se traduz na movimentação das mulheres em torno da luta por direitos, mudanças e igualdade; e enfim, como movimento social, onde o feminismo congrega muitas experiências de auto-organização das mulheres, como secretarias de mulheres de centrais sindicais e sindicatos, centros de estudos e pesquisas, núcleos de educação e formação feminista, ONGs, fóruns, redes, articulações e movimentos.

O feminismo figura, em suas diversas formas de atuação, como ferramenta de resistência da luta das e pelas mulheres. Deve-se considerar que dentro do próprio feminismo existem ainda diferenciações, sendo este um movimento plural. Convivem em conflito e, muitas vezes, em aliança, diferentes ‘expressões’, entre outras, o feminismo negro; o feminismo lésbico; o feminismo sindical; o feminismo indígena; o feminismo popular, o feminismo acadêmico. Algumas destas expressões se constituem como um modo de pensar o feminismo e outras configuram apenas um espaço de atuação, sendo todas elas, portanto, perpassadas por correntes políticas, algumas de tendência liberal e outras que se inserem no campo de esquerda (SILVA e CAMURÇA, 2013).

É possível considerar, assim, que as ações políticas pautas pelo feminismo e, portanto, pelo movimento feminista, buscam romper com as formas de opressão e discriminação vivida pelas mulheres, além de “afirmar sua autonomia enquanto sujeitos políticos e alcançar a efetividade de seus direitos em todas as esferas da vida” (CAMPOS, 2017). Isto posto, podem-se compreender melhor os sentidos das ações do movimento feminista, como ele se comporta enquanto ator político e se relaciona com as demandas por transformação da realidade das mulheres, tal qual será exposto na próxima seção.

2.3.2 Movimentos de mulheres, movimentos feministas e sua atuação

Antes de iniciar tal discussão, é importante estabelecer uma diferenciação dentro da atuação deste movimento social entre movimentos de mulheres e movimentos feministas. Embora possa parecer que estes representam o mesmo grupo social, é possível entender que há divergência de atuação.

A fim de lutar contra a desigualdade de gênero e opressão das mulheres, o movimento de mulheres mira nos princípios formulados a partir do feminismo. Ao se apropriam destes elementos, os movimentos de mulheres passam a usá-los criticamente e com isto constroem seu próprio movimento, contribuindo, assim, com novas reflexões e novas pautas de lutas, que são instituídas, enriquecendo o próprio feminismo. Por isto é comum que haja pouca clareza sobre a diferenciação entre os dois movimentos. Entretanto, deve-se considerar que nem todas as organizações do movimento de mulheres definem-se como parte do movimento feminista. Isto porque, há também mulheres em todos os movimentos sociais, mas nem todos os movimentos sociais enfrentam os problemas da situação das mulheres.

É importante considerar que há ainda muitas discordâncias sobre as pautas defendidas pelo feminismo, de modo que é perfeitamente possível que existam movimentos de mulheres – ou seja, aqueles que lutam pelas questões referentes às mulheres e seus conflitos – que não se consideram feministas. “Por isto, tende-se a considerar o feminismo como parte do movimento de mulheres, mas não como sendo a mesma coisa. São feministas aquelas mulheres e organizações que se definam assim”. (SILVA e CAMURÇA; 2013, p. 15)

Os movimentos feministas, dessa forma, são aqueles que incorporam as dimensões do feminismo, em todas as suas esferas – social, política e cultural. Silva e

Camurça (2013) afirmam que como movimento social, o feminismo pode congrega diversas experiências de auto-organização de mulheres, tais quais grupos de bairros, grupos setoriais de mulheres de partidos, secretarias de mulheres de centrais sindicais e sindicatos, centros de estudos e pesquisas, núcleos de educação e formação feminista, ONGs, fóruns, redes, articulações e movimentos. Dessa forma, tornam-se parte dos movimentos feministas todas as formas organizativas criadas pelas mulheres para serem instrumentos de sua luta contra a dominação, exploração e opressão.

Conforme já mencionado, o movimento feminista figura como um movimento social que busca inscrever suas demandas na agenda governamental contemporânea (ALONS, 2009 apud CAMPOS, 2017). Comporta-se, portanto, como um dos atores da arena política, que se organiza para conseguir levar ao poder público as demandas das mulheres na sociedade.

A atuação do movimento feminista é analiticamente dividida em fases ou “ondas” (CAMPOS, 2017). A primeira onda do feminismo se deu partir das últimas décadas do século XIX e traduziu-se, primeiramente, em iniciativas que partiam de uma maneira geral, de algumas mulheres de classes médias e altas, com o objetivo de estender os princípios igualitários de cidadania. Neste momento as manifestações públicas que começaram a surgir em busca da igualdade entre homens e mulheres, principalmente na Inglaterra, se referiam à conquista de direitos legais e políticos como o acesso à educação, ao mercado de trabalho e ao direito a votar. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou, principalmente através da luta pelo voto¹⁴ (PINTO, 2010 apud CAMPOS, 2017).

Embora a partir do período de 1930 estas primeiras iniciativas tenham perdido força na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil, na década de 1960, no contexto de emergência dos considerados novos movimentos sociais, o feminismo reapareceu frente a reflexões acerca do androcentrismo da sociedade capitalista e do papel da mulher nesta sociedade – o que contribuiu para que as desigualdades de gênero existentes nos diferentes âmbitos sociais passassem a ser explicitadas de forma mais enfática.

¹⁴ A conquista do direito ao voto no Brasil a conquista se deu em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve Bertha Lutz como uma de suas fundadoras, teve um papel fundamental de pressão frente ao Senado para aprovação de um projeto de lei que daria o direito de voto às mulheres (PINTO, 2010 apud CAMPOS, 2017), em uma demonstração de ação coletiva ofensiva que objetivou uma inclusão em termos igualitários na estrutura política e institucional da sociedade.

Tais desigualdades eram questionadas por grupos autodenominados como movimentos de libertação das mulheres, que posteriormente passaram a se denominar como feministas, constituindo de uma maneira geral a segunda onda do movimento, enquanto um dos novos movimentos sociais que se consolidaram desafiando as estruturas normatizadoras da sociedade (CAMPOS, 2017).

Este foi o momento em que as ideias de que a conquista de direitos políticos e legais não atenderia de forma completa as demandas das mulheres foi reconhecida. Chamou-se, portanto, atenção para diferentes aspectos pessoais, psicológicos e sexuais da opressão feminina na luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres – o que tornou possível o processo de politização do “pessoal” frente a uma concepção de liberdade e autonomia e enfatizou, diante da sociedade, a necessidade de um processo mais abrangente de mudanças sociais.

Segundo Campos (2017), a segunda onda do feminismo foi marcada, sob a perspectiva de ação pela busca por direitos civis e políticos em um repertório de ação que se ampliou em um discurso comunicativo político de identidade e influências, que visava desconstruir as desigualdades históricas e padrões enraizados de opressão e desvalorização do feminino, moldados por práticas culturais e sociais, naturalizados por diferentes valores e crenças.

Neste contexto, o cenário político foi propício para que surgissem, na Europa e nos Estados Unidos, movimentos libertários, o que favoreceu a atuação dos movimentos feministas. No Brasil, diferentemente, o momento ditatorial impôs limites para a expressão de reivindicações na arena pública deflagrando um cenário conservador de opressão, repressão e desvalorização da cidadania – o que comprometeu as primeiras manifestações feministas¹⁵ (PINTO, 2010 apud CAMPOS, 2017).

A terceira onda do feminismo começou no início da década de 1990, como uma resposta às supostas falhas da segunda onda, e também como uma retaliação a iniciativas e movimentos criados pela segunda onda, buscando desafiar ou evitar aquilo que foi interpretado como definições essencialistas da feminilidade feitas pela segunda onda, que deu

¹⁵ Campos (2017, p. 154) indica que, neste período, “no contexto mundial as propostas e recomendações para melhoria nas condições de vida das mulheres levou à realização da I Conferência Internacional da Mulher, realizada no México, em 1975 pelas Nações Unidas e de outras conferências e acordos firmados ao longo dos anos seguintes, possibilitando em nível internacional a repercussão de uma temática de gênero, tendo como pontos básicos a denúncia da discriminação das mulheres e a luta pela igualdade de direitos.”

mais ênfase às experiências das mulheres brancas de classe média-alta¹⁶. Configurou, portanto, um momento de desconstrução da categoria “mulher” como sujeito coletivo unificado que partilha das mesmas opressões e, por isso, ficou reconhecida a necessidade de reivindicar a diferença dentro da diferença (BEDIN, CITTADINO et al, 2015).

Dessa forma, a terceira onda deflagrou uma necessidade de reflexão e diferenciação dentro do movimento feminista. Os diferentes grupos de mulheres passaram a enfatizar a necessidade do reconhecimento da diferença ao expressarem suas reivindicações, assentados em um mesmo ideal de transformação, capaz de impulsionar a luta pela liberdade, igualdade e autonomia para todas as mulheres (SILVA; CAMURÇA, 2010 apud CAMPOS, 2017) - o que se constituiu como um elemento central para o aprofundamento da democracia, e que incluiu o combate à opressão e exploração das mulheres.

Foi neste momento que certos grupos dentro do movimento feminista, como os de mulheres negras, lésbicas ou trabalhadoras rurais passaram a ser reconhecidos e, portanto, a ganhar voz e autonomia na luta em favor dos seus segmentos de mulheres (BEDIN, CITTADINO et al, 2015) .

No Brasil, apenas com o processo de redemocratização nos anos 1980 as questões feministas passaram a ganhar espaço de reivindicação. Pinto (2003) aponta para a demarcação da terceira onda do feminismo brasileiro, configurado como um período difuso em diferentes arenas que enfatizou também a discussão das diferenças entre as mulheres e suas novas formas de organização.

Foi a partir deste cenário que os movimentos conseguiram, através de sua organização e articulação, interagir junto ao poder público. Em um contexto de ampla atuação dos movimentos sociais – a quem foi dado, pelo Estado, espaço de diálogo e escuta – as demandas das mulheres foram levantadas e postas junto ao governo. Este foi um momento de reivindicação e pressão dos movimentos pela incorporação das demandas das mulheres na agenda governamental. O percurso de atuação dos movimentos sociais, bem como o contexto da formação das demandas das mulheres será explanado no próximo capítulo.

¹⁶Beddin, Cittadino et al (2015) apontam que na primeira e na segunda ondas, mulheres como as bem-educadas de classe média e as donas de casa americanas dos anos 1970 e 1980 acabaram por monopolizar as demandas feministas, em prejuízo de questões enfrentadas por outras mulheres que, apesar de serem também mulheres, não estavam no mesmo patamar daquelas em relação a outros marcadores sociais.

3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PARA AS MULHERES NO CONTEXTO NACIONAL

Para compreender o processo de construção da política para as mulheres em Minas Gerais é necessário contemplar a trajetória nacional. Isso porque os primeiros passos referentes à incorporação de gênero pelo Estado foram dados no âmbito do governo federal tendo sido, posteriormente, reconhecidos e assimilados pelos governos estaduais. Como será discutido, tal configuração se explica, principalmente, pela organização política federativa no Brasil, onde a execução de algumas políticas públicas na esfera estadual depende intimamente da organização da esfera federal, como é o caso das políticas para as mulheres.

Apesar de ter havido ações anteriores, conforme já mencionado, no decorrer das “ondas” do feminismo, foi a partir da década de 1980 que as demandas das mulheres passaram a ganhar espaço de reivindicação no Brasil, em um contexto de efervescência de lutas sociais e participação popular. Por isso este será o ponto de partida da discussão.

Assim, este capítulo tem o intuito de apresentar o processo de construção da Política Nacional para as Mulheres no Brasil privilegiando, na perspectiva do ciclo da política pública, a etapa de construção de agenda e a influência dos principais atores deste processo. O capítulo foi estruturado de maneira cronológica, sendo a primeira seção referente à década de 1980; a segunda referente à década de 1990 e a terceira, ao século XXI, abrangendo até o período recente.

3.1 Década de 1980: redemocratização e diálogo junto aos movimentos de mulheres

A partir do final dos anos 1970 estabeleceram-se importantes mudanças na relação entre Estado e sociedade. Em um cenário de redemocratização, propostas de mudanças do Estado brasileiro tiveram como referência uma agenda de reforma, que passou a considerar a possibilidade de participação de diversos atores sociais. Em um primeiro momento, a evolução desta agenda enfatizou a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando a ampliação do leque de atores envolvidos nas

decisões e a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas (FARAH, 2004).

Isso quer dizer que, neste contexto, fizeram parte das diretrizes do Estado esforços para dialogar junto à sociedade civil e aos movimentos sociais a fim de compreender suas demandas e incorporá-las à reforma constitucional.

Diante disso, os movimentos sociais encontraram espaço de participação na construção dessa nova agenda e passaram a reivindicar por políticas públicas, participação política e transformações institucionais. Enquanto atores atuantes no processo de formação de agenda vislumbraram, neste momento, a possibilidade de alcançar os espaços de decisão do governo e incluir suas pautas para discussão.

Dentro desta lógica, os movimentos sociais de mulheres começaram a atuar considerando que “(...) no Brasil, até a década de 1980, não havia perspectivas claras de relação com o Estado no projeto de transformação feminista” (CAMPOS; 2017, p. 153). Sob a perspectiva analítica pode-se entender, assim, que questões relacionadas às mulheres figuravam, neste contexto, como demandas novas (EASTON, 1970), já que apesar de existirem anteriormente, ainda não haviam alcançado o sistema e se apresentado como um conflito demandante de solução. Configurava-se, portanto, como um “estado de coisas com problemas tematizados pelos movimentos, mas ainda não reconhecido pelo Estado” (RUA, 1997, p.4).

Esta atuação se deu inicialmente por meio da mobilização de mulheres nos movimentos sociais urbanos em torno de questões comuns entre homens e mulheres. Tais questões relacionavam-se majoritariamente à democratização do regime e aos problemas que atingiam os trabalhadores urbanos em seu conjunto, tais como baixos salários, elevado custo de vida, falta de água e saneamento nas periferias urbanas, dentre outras.

Segundo Farah (2004) este processo representou a construção das mulheres como sujeito político e, portanto, atoras uma vez que neste momento estas deixaram a esfera privada e passaram a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada. Mais à frente os movimentos de mulheres passaram a levantar temas específicos à condição da mulher, como direito à creche, saúde da mulher, dentre outros. Isso quer dizer que, embora tenha havido representatividade feminina em diversas pautas,

inicialmente estas demandas ainda apresentavam-se de forma difusa e concentrada em questões globais.

Ambas as frentes de atuação foram importantes no processo de sensibilização do Estado pela pauta de gênero (FARAH, 2004). As atuações destes movimentos, discriminadamente começaram a tomar forma de ação a partir da década de 1990, como veremos na próxima seção.

O movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero. (FARAH; 2004, p. 14)

Sob o impacto desses movimentos, foram implantadas, já no início da década de 1980, as primeiras ações do Estado com recorte de gênero. Em 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e, em 1985, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram pelo resto do país, como é o caso de Minas Gerais, onde foi criado, também em 1983, o Conselho Estadual da Mulher (CEM-MG). Neste ano ocorreu ainda a mobilização de mulheres, que levou à instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e, em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado do Ministério da Justiça (FARAH, 2004).

O CNDM foi o primeiro órgão do Estado brasileiro voltado especificamente para a pauta das mulheres¹⁷. Sua concepção foi resultado do diálogo dos movimentos de mulheres, junto ao então Presidente Tancredo Neves (ALVAREZ apud BOHN, 2010) e, por

¹⁷ O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) foi criado por meio da Lei nº 7.353/85, vinculado ao Ministério da Justiça, tendo seu desenho institucional alterado ao longo dos anos. Em 2003 passou a integrar a estrutura básica da criada Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Enquanto órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa tem como finalidade formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle das políticas de igualdade de gênero, tendo em sua composição representantes da sociedade civil, movimentos sociais e do governo (BRASIL, 2016).

isso, constituiu-se como um marco histórico. Pela primeira vez o governo federal reconheceu a existência da desigualdade sexual e da importância da atuação das mulheres no Brasil (SARTI, 1988 apud CAMPOS, 2017). O principal objetivo do órgão, portanto, era servir como um canal institucional de participação da sociedade civil para formulação e monitoramento de políticas públicas. Suas ações se deram no campo jurídico, com o auxílio na elaboração de leis referentes à saúde da mulher, regulação de profissionais, violência contra a mulher, medidas contra o racismo e o estabelecimento de centros infantis (BONH, 2010).

A entrada de mulheres pautadas pelo ideário feminista no Estado, via CNDM, fez com que reivindicassem mudanças nas instituições, a criação de novos serviços e outros olhares para as novas demandas colocadas pela sociedade, permitindo uma interlocução mais efetiva no âmbito das políticas públicas (DINIZ, 2006) e a introdução da questão de gênero em áreas tradicionalmente desvinculadas desta questão. (CAMPOS; 2017, p. 134)

Com a criação do CNDM foi possível observar o avanço das pautas feministas e discussão junto ao Estado. Pitanguy (2002) aponta que no período entre 1985 e 1989 o CNDM foi o órgão de articulação nacional entre movimentos de mulheres, de ONGs e instâncias governamentais, representando a convivência democrática entre Estado e nação. Neste período cresceu relativamente o número de organizações de mulheres em diálogo com movimentos e agências internacionais, centro de estudos em universidades e organismos governamentais em alguns estados e municípios algo que permitiu que a consciência feminista continuasse adentrando na dimensão das relações sociais (BARSTED, 1994 apud CAMPOS, 2017).

A atuação do CNDM foi também um importante canal de mobilização das mulheres em torno do texto constitucional. Foi por iniciativa do órgão que os movimentos feministas, organizados em torno da bandeira “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, se reuniram para escrever e apresentar a Carta das Mulheres Brasileiras ao Congresso. O documento, que trazia em seu conjunto as principais demandas das brasileiras à época, foi entregue ao deputado Ulisses Guimarães, Presidente do Congresso Nacional, em março de 1987, quando da inauguração da Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo também simbólico de evidenciar o caráter nacional e articulado da atuação das mulheres naquele espaço de reinauguração do Estado brasileiro (BRASIL, 2016).

Várias propostas dos movimentos, incluindo questões relativas à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra, foram incorporadas à Constituição (FARAH, 2004). De maneira específica, incorporou o Artigo 5º, I: “*Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.*” e o Artigo 226, Parágrafo 5º: “*Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher*” (BRASIL, 1988). Esses dois itens deram luz à condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres, pela primeira vez na República Brasileira (BRASIL, 2016).

O período de democratização significou um avanço na luta das mulheres pela garantia de seus direitos. Foi o momento em que os movimentos sociais conseguiram vislumbrar o diálogo junto ao poder público federal e, assim, iniciar o processo de incorporação de demandas na agenda pública brasileira. Sob a ótica do Modelo de Fluxos Múltiplos, de Kingdon (1990), é possível compreender que dadas as condições favoráveis apresentadas e, portanto, ao encontro dos três fluxos, foi possível a abertura de uma janela de oportunidade, que criou condições para que estas demandas alcançassem a agenda de governo.

O fluxo de problemas consolidou-se a partir do reconhecimento das demandas das mulheres enquanto problemas sociais e foi apresentado ao governo por meio, principalmente, da atuação dos movimentos¹⁸. O fluxo das políticas públicas pode ser reconhecido através da capacidade que os atores envolvidos apresentaram ao oferecer soluções aos problemas das mulheres, comprovando, assim, ser possível alcançar a equidade de gênero por meio de políticas públicas¹⁹. Tal movimentação foi feita, principalmente, através do CNDM junto aos movimentos de mulheres. Enfim, o fluxo da política foi determinante para esta configuração, dado principalmente o contexto de redemocratização que propiciou uma conjuntura política favorável. Aqui vale destacar que, segundo Kingdon (1990), o “clima” ou humor nacional são os fatores que o que mais influenciam a formação e

¹⁸Kingdon (1990) aponta que a forma como um problema é apresentado, definido e articulado é essencial para que este seja reconhecido pelo Estado. Por isso os mais variados atores, portanto, indivíduos, grupos e organizações com interesses em jogo, tentarão influir na agenda, usando recursos diversos, sobretudo a argumentação e a persuasão. Sob esta perspectiva, a atuação dos atores influencia diretamente na construção deste Fluxo (RUA e ROMANINI, 2012)

¹⁹ Segundo Rua e Romanini (2012) o Fluxo das Políticas Públicas não exerce influência direta sobre a agenda, mas é capaz de oferecer alternativas para a resolução dos problemas percebidos pelas autoridades, o que viabiliza seu processamento pelo sistema político, por isso, é indispensável para que uma questão dessa pauta atravessasse para a agenda de decisões.

a alteração da agenda governamental. Neste contexto, a abertura do Estado ao diálogo junto à sociedade e a inclinação governamental à formulação de políticas democratizantes e mais inclusivas foi, portanto, fator essencial neste processo – o que auxiliou no fortalecimento de um espaço privilegiado na luta pela superação da desigualdade de gênero na sociedade brasileira (FARAH apud CAMPOS, 2017).

3.2 Década de 1990: mudanças e reformulação de agenda

O início da década de 1990 foi marcado pela percepção de crise do Estado brasileiro e redução da sua capacidade de investimento, o que contribuiu para a inflexão da agenda de reforma. Em um contexto de reestruturação produtiva, o governo incorporou as noções de eficiência, eficácia e efetividade à agenda democrática iniciada nos anos 1980. Passou a estruturar suas diretrizes em torno de ações focadas na descentralização, a fim de garantir também o uso mais eficiente de recursos públicos. Foram estabelecidas prioridades de ação e novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, que incluíram o diálogo junto ao setor privado, além de novas formas de gestão das políticas públicas, que buscaram garantir maior efetividade da ação estatal (FARAH, 2004).

A agenda de gênero chegou aos anos 1990 mais complexa e representada por um movimento pouco unitário. A partir do surgimento de canais institucionais de participação no processo de redemocratização, como a instituição do CNDM, houve dentro do movimento feminista diferentes concepções sobre a melhor forma de se articular com o Estado, dada a oportunidade favorável de ação em busca de influenciar o âmbito das políticas públicas (CAMPOS, 2017). Parte do movimento entendia ser necessário atuar junto ao quadro político institucional do Estado, que se traduziria na ocupação dos espaços governamentais. Outra parte se manteve contrária à esta incorporação temendo uma eventual cooptação do movimento e descaracterização de suas reivindicações – o que colocaria em risco a unidade e autonomia feminista. (PITANGUY apud CAMPOS, 2017).

Os grupos que optaram pela não aproximação das esferas estatais se mantiveram fora da institucionalidade, agindo de maneira independente do Estado. Dessa forma foram realizadas ações de fortalecimento das organizações e movimentos de mulheres

no âmbito da sociedade civil que se propuseram a pressionar e dialogar com os governos a fim de manter na pauta as demandas de gênero. Em um contexto de resistência e garantia de espaço tais movimentos optaram pela estratégia de fiscalizar e influenciar o aparelho estatal para a definição das metas sociais e políticas associadas à busca pela equidade de gênero (FARAH, 2004 apud CAMPOS, 2017). Assim, no que se refere à forma de articulação junto ao Estado neste período foi dada, em um primeiro momento, ênfase na preservação da autonomia dos movimentos.

Progressivamente tal articulação foi se tornando mais próxima do poder público. “Apesar da resistência por parte de algumas militantes, não havia como deixar de reconhecer a capacidade do Estado em influenciar a sociedade como um todo” (CAMPOS; 2017, p. 54), isto é, não havia como os movimentos negarem o Estado como ator construtor e influenciador das políticas para as mulheres. Dessa forma, aos poucos, a ideia de rejeitar o Estado como interlocutor das demandas de gênero foi sendo substituída pelo diálogo e proposição de diretrizes de ação para políticas públicas. Farah (2014) aponta que, uma vez superada a resistência inicial à colaboração com o Estado, as propostas de políticas públicas para as mulheres emanadas dos movimentos feministas passaram a integrar a ideia de articulação de ações governamentais e não governamentais para a própria formulação das políticas.

O cenário internacional contribuiu fortemente para o fortalecimento dos debates acerca da concretização de políticas de igualdade para as mulheres. Encontros e conferências internacionais começaram a dar espaço à esta discussão, pressionando ainda mais os governos nacionais para um posicionamento acerca do tema. A Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing, em 1995, teve grande influência na construção da pauta de gênero no Brasil, uma vez que foi a partir da plataforma de ação estabelecida neste encontro que iniciou-se no Brasil uma agenda atual relacionada à questão de gênero. Ressaltando que a própria Conferência foi realizada com a participação de atores coletivos. Nessa agenda foram incluídas diretrizes para formulação de políticas públicas para as mulheres, abrangendo as áreas de violência, saúde, direitos de meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, transversalidade e acesso ao poder político (FARAH, 2004; CAMPOS, 2017). Foi possível observar, portanto, a influência de atores políticos internacionais na construção da

política para as mulheres no Brasil, destacando-se, contudo, que os próprios movimentos sociais influenciaram a Agenda da ONU Mulheres (FARAH, 2004).

Fortaleceu-se, já no fim dos anos 1990, a tendência de formulação de propostas e construção de espaços de discussão, que pôde ser vista através de ações, tais quais o Encontro sobre Gênero e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Polis, em São Paulo, em novembro de 2000; o Encontro Nacional Mulher e Poder Local, organizado pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), em 2000, no Rio de Janeiro; e o Encontro sobre Indicadores de Gênero, promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2001. Indicativo também dessa ênfase foi o projeto “Gênero nas administrações – desafios para prefeituras e governos estaduais”, organizado pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung em 1998/99. A Publicação para dirigentes municipais, elaborada pela AGENDE, entidade feminista, também faz parte desse mesmo movimento (FARAH, 2004).

Além disso, a incorporação da perspectiva de gênero pelas políticas públicas foi debatida em encontros e conferências mundiais, neste período, tais quais ECO-92, sobre Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995; e o Fórum Social Mundial, de 2001 a 2003 (FARAH, 2004).

A década de 1990 constituiu em um período de transformações nas relações entre os movimentos e o Estado e relativo avanço da luta das mulheres. Considerando o ponto de partida da participação dos movimentos feministas na agenda do governo, a partir da década de 1980, pode-se considerar que houve nos anos 1990 o amadurecimento de tais relações junto ao Estado e a disseminação desta discussão.

Apesar disso, Pitanguy (2002, apud CAMPOS, 2017) ressalta que, diante da influencia conservadora que influenciou conjuntura política da década de 1990, tais conquistas passaram por ameaças. Exemplo disso foi a perda da autonomia conquistada pelo CNDM, no ano de 1989. A atuação do órgão junto aos movimentos feministas gerou reações de grupos conservadores, fazendo com que em 1989, diante das diretrizes da conjuntura internacional de ajustes econômicos com efeitos recessivos no que se refere à alocação de

recursos em setores sociais, o CNDM sofresse alterações em sua estrutura técnica²⁰, administrativa e orçamentária, o que provocou seu esvaziamento e desarticulação. (BOHN, 2002; CAMPOS, 2017)

3.3 A Agenda de Gênero no Século XXI

As políticas para as mulheres vislumbraram avanço quando no governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), foi criada, em 2002, no âmbito federal, a Secretaria dos Direitos das Mulheres (SEDIM)²¹. Ligado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e vinculada ao Ministério da Justiça, o órgão foi instituído buscando a criação de redes com os outros ministérios, a fim de melhor definir o desenho das políticas públicas para as mulheres, sendo dotado, portanto, de poder para implementar medidas concretas. Sua instituição foi uma resposta às pressões de organizações de mulheres e, por isso, recebida como uma importante vitória (BOHN, 2010). Apesar disso, Bohn (2010) aponta que, na prática, a SEDIM desapontou a expectativa inicial, uma vez que sua permanência no interior do Ministério da Justiça limitou sua esfera de ação. Além disso, não houve à época uma legislação que definia claramente suas atribuições e estrutura administrativa.

A localização de um órgão de políticas para as mulheres dentro do Estado foi uma questão bastante discutida pelos movimentos de mulheres que, em consonância com as pautas da Conferência de Beijing, em 1995, passaram a advogar a favor da instituição de um órgão no interior do gabinete da Presidência de República (JUREMA, 2001; ARTICULANDO, 2002b; AMB, 2000 apud BOHN, 2010). Esta foi uma das propostas do candidato à presidência, Luís Inácio Lula da Silva que eleito, honrou o compromisso, criando a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-PR)²², subordinada diretamente à

²⁰Bohn (2010) aponta que a força institucional do CNDM foi reduzida em 1989 pelo então Ministro da Justiça, quando este nomeou à Executiva do Conselho membros sem quaisquer vínculos com o movimento de mulheres e reduziu a agência a um órgão consultivo. Em 1990, sob a Presidência Collor (1989-1991), o Conselho sofreu outras perdas nas áreas administrativa e financeira.

²¹Segundo Lei nº 10.539, de 23 de setembro de 2002. A Medida Provisória nº 37, de 8 de maio de 2002, que dispôs sobre a estruturação dos órgãos, criou no seu artigo primeiro, na estrutura do Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

²² Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, no seu artigo 1º, parágrafo 3º, incluiu a SPM-PR como órgão integrante da Presidência da República. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, entre outros a SPM-PR e o CNDM.

Presidência da República, com caráter ministerial²³. O CNDM não foi extinto, pelo contrário, permaneceu como parte ativa da SPM-PR, o que significou que “toda experiência acumulada por essa entidade foi incorporada pela nova agência de políticas para mulheres.”. (BOHN, 2010).

A SPM-PR surgiu com o objetivo de advogar pelas mulheres brasileiras a partir do governo federal, e desenvolver parcerias com as entidades governamentais, a fim de adicionar um componente de gênero às políticas públicas (BRASIL, 2016). Sua estrutura orgânica foi composta por três secretarias temáticas, tais quais a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômicas das Mulheres (SAE); a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (SAIAT) e a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SEV).

O fato de ter *status* de Ministério levou a SPM-PR ao epicentro do poder no regime presidencial, o gabinete (BOHN, 2010) – o que significou maior autonomia de articulação e administração para as políticas para as mulheres. Ao responder como Ministra Oficial de Estado, a chefia da Secretaria pôde ter acesso mais próximo à Presidência da República, além de maior capacidade de formular e implementar políticas públicas.

Tendo em vista a trajetória já apresentada é possível observar, neste contexto, uma sinalização positiva do governo federal brasileiro diante das reivindicações de incorporação das políticas de gênero na agenda de Estado. Apesar disso, é importante ressaltar que, desde o início das ações dos movimentos de mulheres, que data o final da década de 1970, foram necessários quase vinte anos para que órgãos específicos de gênero fossem instituídos pelo poder executivo.

Inicialmente, a atuação da SPM-PR baseou-se nas diretrizes do governo federal, de dialogar junto à sociedade civil e aos movimentos sociais em um contexto de gestão participativa. Por isso o órgão criou uma estratégia de consulta junto às organizações da sociedade civil articulada em torno da defesa dos interesses das mulheres brasileiras (BOHN, 2010), para compreender suas demandas e necessidades.

Quais são os interesses das mulheres brasileiras e como estes se traduzem – ou podem ser traduzidos – em propostas concretas de políticas públicas? Em

²³ Com a criação da SPM-PR a SEDIM foi automaticamente extinta.

seu esforço para criar um plano abrangente de ação, a SPM evitou assumir a postura de que os interesses das mulheres brasileiras são dados ou sabidos de antemão. Ao invés de se utilizar de ideias do senso comum sobre prioridades para políticas de gênero ou somente das opiniões de especialistas sobre o tema, a SPM criou um esquema elaborado de consulta juntos às mais diversas organizações da sociedade civil articuladas ao redor da defesa dos interesses das mulheres brasileiras. (BOHN; 2010, p. 23)

A autora é categórica ao afirmar que, ao adotar este escopo de atuação, a SPM-PR buscou compreender como a interseccionalidade entre gênero, raça e religião em uma sociedade com uma estrutura de classes altamente fragmentada moldam percepções e demandas concretas sobre políticas de equidade de gênero.

A SPM-PR estabeleceu o enfrentamento à violência contra a mulher como um eixo prioritário no campo das políticas para as mulheres. Este tema já estava presente dentre as principais reivindicações dos movimentos feministas e ganhou força dada a conjuntura normativa e internacional da época²⁴. Também contribuiu para esta decisão, e repercussão do caso de Maria da Penha Fernandes – que deu nome à Lei ° 11.340, Lei Maria da Penha²⁵. Após o Brasil ter sido condenado, em 2001, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por omissão e negligência do enfrentamento à violência doméstica e, ficou evidente que era necessário tratar da violência doméstica como prioridade no país. Por recomendações da comunidade internacional para que o Estado brasileiro buscasse tratar da tolerância estatal em relação à violência contra as mulheres, foi iniciado o processo de construção da Lei.

²⁴ Como já mencionado, tratados, convenções e conferências internacionais sobre a violência contra a mulher foram realizados durante a década de 1990. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994) resultou em um tratado entre os países participantes, que passou a vigorar em 1995, e se tornou referência mundial ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

²⁵A Lei Maria da Penha ganhou este nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu com a violência doméstica do seu marido, professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros, por quase vinte anos. Após ter sofrido duas tentativas de assassinato, Maria pôde sair de casa graças a uma ordem judicial e iniciou uma batalha para que o agressor fosse condenado. Isso só aconteceu em 1991, quando a defesa alegou irregularidades no procedimento do júri. O caso foi julgado novamente em 1996, com nova condenação. Mais uma vez, a defesa fez alegações de irregularidades e o processo continuou em aberto por mais alguns anos, enquanto o agressor de Maria continuava em liberdade. No ano de 2001, mais de dez anos após a primeira condenação, o Estado brasileiro foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. A acusação se deu perante o descumprimento de dois tratados dos quais o Brasil era signatário, sendo a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção do Pará. Foi assim que o governo brasileiro se viu obrigado a criar um novo dispositivo legal que trouxesse maior eficácia na prevenção e punição da violência doméstica no Brasil.

É importante ressaltar que o processo de construção da Lei Maria da Penha evidencia as diferentes formas de interação existentes entre movimentos de mulheres e feministas, enquanto atores políticos, com o Estado brasileiro, demonstrando “uma estratégia de ação (...) de interlocução, negociação e cooperação, no sentido de que pudessem alcançar os objetivos almejados no sistema político, como forma de influenciar normas e práticas do âmbito da sociedade civil.”. (CAMPOS; 2017, p. 155).

A Lei Maria Penha figurou como uma importante política de ação afirmativa (CAMPOS, 2017) na medida em que prevê dentre outros aspectos, maior agilidade na proteção a mulher através de medidas protetivas de urgência, redefine as noções de família e violência, cria serviços especializados, proíbe a aplicação de penas pecuniárias e provoca, no âmbito legislativo, executivo e judiciário, a contínua necessidade de intervenções, atendimento e enfrentamento dessa violência, a fim de decompor o cenário político-institucional necessário à proteção das mulheres (VIÇOSA, 2015 apud CAMPOS, 2017). A lei tipificou e definiu a violência doméstica e familiar contra a mulheres, sendo estas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A referida lei foi fruto do trabalho de diferentes atores, e o seu processo de formulação e aprovação refletem uma articulação estreita entre governo e movimentos feministas e de mulheres (SANTOS, 2010). Em 2002, as organizações não governamentais feministas reuniram-se sob a forma de consórcio para elaborar um anteprojeto de lei para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentado em 2004 à SPM-PR. O Projeto de Lei foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial por meio de debates e seminários com representantes da sociedade civil, operadores do direito, servidores da segurança pública, e encaminhado à Bancada Feminina do Congresso Nacional, onde foi alterado por meio de amplos debates e audiências públicas realizadas pelo país em que participaram militantes de movimentos e organizações feministas, até ser sancionado em 2006. Diante desse contexto, a SPM-PR estabeleceu o enfrentamento da violência contra as mulheres como um eixo prioritário no campo das políticas para as mulheres. (CAMPOS; 2017, p. 157)

Assim, a SPM-PR iniciou, portanto, o processo de construção da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que contou com canais de interlocução junto à sociedade e teve o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres como base (CAMPOS, 2017).

As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres foram os primeiros mecanismos de participação social institucionalizados pelo órgão. Aqui cumpre destacar que o 1º governo Lulu marcou-se pelo forte viés participacionista evidente, sobretudo, na criação de Conferências Nacionais sobre novos temas e políticas, como neste caso. As Conferências apresentam um desenho participativo ascendente, que parte da esfera local e estadual e desemboca na nacional. Assim, convocadas pela SPM-PR e pelo CNDM, as I, II, III e IV Conferências ocorreram nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2015²⁶. Apesar de cada uma ter sua especificidade de atuação, o objetivo geral dos encontros foi o de estabelecer um diálogo direto entre governo e sociedade civil a fim de levantar as demandas das mulheres (SPM, 2010).

É importante ressaltar a relevância das Conferências, enquanto instituições participativas, na elaboração dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e para a ampliação e o fortalecimento de iniciativas governamentais existentes voltadas para a efetivação dos direitos das mulheres (CAMPOS, 2017). Por constituírem espaços institucionais de participação e deliberação acerca das diretrizes gerais de uma política pública (FARIA, PETINELLI et al; 2012), as conferências configuram esforços, do Estado e da sociedade civil, para a construção da representação social e do diálogo em torno da definição de uma determinada política pública.

Neste caso, estes canais de expressão e participação abriram oportunidades para que a sociedade civil, em diferentes escalas organizacionais, participasse da proposição de estratégias de ação para a elaboração de políticas públicas e seu controle junto ao Estado. Com isso a Secretaria buscou sobre-representar a sociedade civil entendendo que, com esta estratégia, chegariam ao âmbito federal as principais demandas das mulheres, por ações do Estado.

Destaca-se que as conferências são importantes espaços institucionais para a tematização de questões sociais e difusão de ideias, se constituindo enquanto uma base para a formulação de políticas públicas em diálogo com representantes da sociedade civil organizada, incluindo-se aí os movimentos sociais. (CAMPOS; 2017, p. 167)

Além do número considerável de participantes, é também importante mencionar a decisão deliberada da SPM de sobre-representar a sociedade civil. A SPM determinou que 60% dos participantes da conferência nacional adviriam de organizações da sociedade civil, 30% seriam representantes de governos municipais e 10% de governos estaduais. Portanto, não só a SPM elaborou um mecanismo amplo de consulta, como também tentou evitar que

²⁶ Para análise das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres ver BRASIL; REIS (2015).

a contribuição de mulheres presentes na máquina do estado em diferentes níveis de governo (as femocratas municipais e estaduais) ofuscasse a colaboração das mulheres que se encontram fora do aparelho estatal (BOHN; 2010, p. 26).

Dos anais da I Conferência foi elaborado e lançado, em 2004, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres²⁷. O documento foi organizado em vista das demandas apresentadas pela sociedade de mulheres brasileiras e, por isso, buscou reafirmar o compromisso assegurado pelo Governo Federal para com o enfrentamento à desigualdade de gênero e raça. O Plano²⁸ buscou dar as diretrizes para a implementação das políticas para as mulheres, no Brasil, compreendendo, principalmente, sua capacidade de induzir tais ações nos estados subnacionais figurando, portanto, como instrumento de trabalho. O I PNPM foi pactuado com os Ministros das pastas diretamente envolvidas nas ações propostas e deveria também sê-lo com os Estados e Municípios.

O primeiro Plano Nacional, PNPM I, definiu quatro áreas de ação estratégica, a serem implementadas prioritariamente em 2006 e 2007 (uma vez que o planejamento orçamentário para 2005 já estava concluído quando o PNPM I foi posto em ação). As áreas são a) *autonomia, igualdade no mercado de trabalho e cidadania*; b) *educação inclusiva e não-sexista*; c) *saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos*; e d) *enfrentamento à violência contra as mulheres*. Essas quatro áreas foram traduzidas em 199 pontos de ação concreta. Além de uma definição clara da plataforma de ação, o PNPM I também criou mecanismos para monitorar o processo de implementação. Um Comitê de Articulação e Monitoramento foi criado para o estabelecimento de um conjunto de critérios uniformes para a avaliação do sucesso na implementação de cada um dos pontos de ação concreta. Uma outra importante demanda – manifesta durante a Conferência Nacional e incorporada no plano nacional – foi a necessidade de aumentar a capacitação do estado (*statecapacity*), nos âmbitos municipal e estadual, de estabelecer “uma rede de ações e serviços” públicos (SPM, 2004a, p. 74), de modo a

²⁷ O plano em si foi escrito por um grupo inter-ministerial coordenado pela SPM e composto por sete ministérios, representantes da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), uma agência estadual e outra municipal de políticas públicas para mulheres (SPM, 2004).

²⁸ Em 2006, a SPM publicizou um relatório oficial com os resultados preliminares do processo de implementação do PNPM I. No documento, a SPM enfatizou que o principais êxitos da execução do Plano, foram também seus maiores desafios. A tarefa de desenvolver “tentáculos” nas arenas decisórias foi extremamente onerosa e envolveu o processo de convencimento dos tomadores de decisão de outras partes do governo a respeito da legitimidade e da importância de incluir um componente de gênero em suas decisões. Em segundo, também oneroso foi o trabalho de convencer as autoridades de estados e municípios a respeito da importância de órgão de política para as mulheres nas suas localidades. Na metade do ano de 2006, quando o primeiro relatório oficial foi emitido, existiam 110 APMs (Agência de Política para as Mulheres) nos governos subnacionais brasileiros, sendo que em 2004, apenas 13 APMs estavam em funcionamento. Ademais, no relatório, a SPM, através do seu Comitê de Articulação e Monitoramento, também reconheceu dificuldades para quantificar o montante de recursos gastos na implementação de cada um dos pontos de ação, dada a complexidade inerente às políticas públicas e ao fato de algumas medidas terem sido executadas por ministérios cujas contas não permitem avaliar o gasto por ação temática.

criar condições para a efetiva implementação dos pontos de ação concreta. (BOHN; 2010, p. 32)

Em 2007, a sociedade civil foi chamada mais uma vez para participar da proposição de estratégias de ações de políticas para as mulheres, com a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Neste encontro, que ocorreu nos mesmos moldes da primeira edição, as mulheres brasileiras se reuniram em Brasília para avaliar a implementação I PNPM e para discutir sua participação nos espaços de poder. O principal resultado desta Conferência foi a elaboração do II PNPM, publicado no ano seguinte. O novo Plano adicionou seis novos eixos de ação aos quatro estabelecidos pelo I PNPM, apresentando, assim 94 objetivos, 56 prioridades e 388 pontos de ação concreta, referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010. Ampliado o escopo da Política Nacional, neste momento o grande desafio da SPM-PR foi o de garantir a continuidade das ações já em execução e a introdução nos novos eixos de atuação.

Nesta perspectiva de ação, foi elaborado também em 2007, pela SPM-PR, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Com o objetivo de prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, o documento figurou como uma iniciativa do governo federal de propor ações de prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência. Seus principais pilares de atuação giraram em torno da redução dos índices de violência contra as mulheres, na promoção de uma mudança cultural contra o machismo e na garantia e proteção dos direitos das mulheres em situação de violência (BRASIL, 2016).

Com vistas a consolidação da Política Nacional e detalhamento das suas ações e metas, o Pacto foi lançado tendo como instrumento legal a Lei Maria da Penha. Sua instituição buscou a implementação das políticas públicas para as mulheres de forma integrada no território nacional “enquanto uma estratégia de cooperação entre governo federal, governos estaduais, municipais e organismos de políticas para as mulheres” (CAMPOS, 2017). Por isso, a partir deste momento, o governo federal iniciou processo de pactuação das ações previstas com os estados, a fim de garantir seu cumprimento.

É importante considerar que o acordo federativo²⁹ configura, portanto, um ponto chave na política para as mulheres, uma vez que, apesar de toda a construção

²⁹ O arranjo federativo constitui uma forma de organização política em que “unidades autônomas racionalmente cedem parte de sua autonomia para obter um bem coletivo de interesse comum” (Arretche; 2004). Nesse tipo de arranjo, todavia, certo grau de autonomia regional continua preservado, ou seja, “apesar de um

institucional e legal da política ter sido conduzida pelo governo federal, foi necessária articulação junto aos entes federativos para que as ações passassem a ser executadas. Nesta perspectiva, foi através do Pacto que o governo federal buscou a adesão dos estados e, nestes termos, passou exercer a coordenação federativa, a fim de garantir a adesão à Política Nacional. Com isso conseguiu exercer a coordenação nacional dessa política baseada na indução dos governos subnacionais a assumirem encargos.

Neste sentido, a política para as mulheres, no âmbito estadual, passou a vigorar a partir da pactuação de cada ente federativo com a Política Nacional – que foi, portanto, induzida pelo governo federal. Em Minas Gerais, o Pacto foi acordado em 2008. Diante disso, foram criadas Câmaras Técnicas Estaduais de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional que deveriam articular a implementação das ações para as mulheres junto aos municípios, além de monitorar a implementação das ações e o cumprimento das metas estabelecidas.

A base do acordo federativo em relação à política para as mulheres baseou-se, assim, na noção de “intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática”, pautados na transversalidade de gênero (BRASIL, 2011a, p.17 apud CAMPOS, 2017), que orientou “uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos/as agentes públicos/as em relação à superação das assimetrias de gênero nas distintas esferas governamentais e entre elas” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, apud CAMPOS, 2017, p. 87).

certo grau de centralização caracterizar as formas existentes de federação, todas possuem mecanismos que impedem sua transformação em estado unitário” (Almeida; 2005, p. 32). Em um arranjo federalista, portanto, deve haver incentivos para a cooperação para se solucionar os problemas de ação coletiva. Entende-se, portanto, que o federalismo é um processo de distribuição e de redistribuição da autoridade e remete a um contrato, que por sua vez envolve cooperação e reciprocidade entre os entes federados (Rodden; 2005). Constitui-se como uma forma de organização política baseada na divisão de autoridade entre diferentes níveis de governo de tal modo que cada instância possua competências sobre as quais cabe a ela a decisão final (Riker, 1975). Caracteriza-se pela não-centralização, o que significa que a autoridade para participar no exercício do poder não pode ser retirada sem o consentimento mútuo (Elazar, 1994). O sucesso desse pacto federativo requer a cooperação entre os diversos atores envolvidos, o que, por sua vez, implica uma coordenação eficiente entre as diferentes instâncias governamentais, enfrentando o problema da coordenação das ações de níveis de governo autônomo. As relações intergovernamentais devem, assim, ser cooperativas e capazes de solucionar conflitos, em um contexto intrinsecamente conflitivo, que é o contexto do federalismo. Mecanismos de parceria aprovados pelos entes federativos, como regras legais que obriguem os atores a compartilhar decisões e tarefas, respeito mútuo e a negociação no plano intergovernamental, são essenciais para o equilíbrio das formas de cooperação e competição existentes. Nos arranjos federativos, “as esferas superiores de poder estabelecem relações hierárquicas frente às demais, seja em termos legais, seja em virtude do auxílio e do financiamento às outras unidades governamentais”, embora decisões e responsabilidades sejam compartilhadas (Abrucio, 2005). O governo federal pode ter um papel coordenador e/ou indutor da cooperação, embora sua atuação coordenadora não possa ferir a autonomia e os direitos dos governos subnacionais (Abrucio, 2005).

Nos anos de 2011 e 2015, respectivamente aconteceram a III e IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2011 foi lançado o II Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, na intenção de fortalecer a Política Nacional. Foi um esforço de revisão do que já havia feito e complementação das ações. Isto posto, foi realizada repactuação juntos aos estados a fim de dar continuidade ao que já havia sendo feito.

Em 2015 o governo federal realizou, por meio de reforma administrativa, a junção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), formando, assim, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos³⁰. Em 2016, com o impeachment da presidenta Dilma e posse do atual presidente, Michel Temer, foram realizadas mudanças na composição ministerial, mediante nova reforma administrativa³¹, que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. A então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), que perdeu seu status ministerial, passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania, condição existente até a conclusão deste trabalho.

Tendo em vista o conteúdo exposto, torna-se clara a evolução da discussão de gênero na esfera governamental e da sua incorporação pelas ações do Estado. É possível apontar, tal qual nos indica o arcabouço teórico abordado no segundo capítulo, que mediante um contexto de oportunidades políticas abriram-se possibilidades de canais de expressão e participação institucional - o que permitiu a canalização de demandas mediante diálogo junto à sociedade. Cabe ressaltar a importância dos movimentos feministas, cuja atuação se deu via contestação, pressão e interlocução junto ao Estado (CAMPOS, 2017), que figura também como ator chave neste processo.

De posse da trajetória de construção da agenda de políticas para as mulheres na esfera nacional e da sua evidente influência nas políticas subnacionais, cumpre então compreender como se deu este processo na esfera estadual, em Minas Gerais.

³⁰ Conforme Medida Provisória nº 696, de 2 de outubro de 2015.

³¹ Conforme Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

4 POLÍTICA PARA AS MULHERES EM MINAS GERAIS (2007-2016):

Este capítulo tem o objetivo realizar uma análise da formação da agenda de gênero, em Minas Gerais, apontando para a relevância dos atores políticos neste processo. Tal análise baseou-se, além da revisão bibliográfica, no levantamento e na análise documental junto aos órgãos estudados - CEPAM e SPM-MG - e na realização de entrevistas semiestruturadas, com as atoras-chave.

Foi verificado que a demanda das mulheres por políticas públicas de gênero só foi contemplada, no âmbito estadual mineiro, a partir do ano de 2007, que data a criação da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres (CEPAM). Posteriormente, esta demanda também foi incorporada pela criação da Subsecretaria de Política para as Mulheres (SPM-MG), em 2015. Por isto a instituição destes órgãos de políticas para as mulheres é enfatizada nesta análise.

Dessa forma, a primeira seção tem o objetivo de apresentar os dois órgãos de políticas para as mulheres estudados, apresentando as principais informações sobre o seu processo de criação. A segunda seção volta-se para a análise deste processo, enfatizando a formação de agenda e a atuação dos principais atores políticos. A fim de apresentar um panorama sobre os resultados desta incorporação na agenda, são apresentadas, na terceira seção, as principais ações executadas pelos órgãos estudados.

4.1 Criação e estruturação dos órgãos de políticas para as mulheres

Esta seção tem o intuito de apresentar os dois órgãos mineiros de políticas para as mulheres estudados, bem como suas condições de criação e aspectos legais. Conforme já mencionado, a incorporação da demanda de políticas públicas para as mulheres, pelo Estado de Minas Gerais, se traduziu na criação destas duas estruturas governamentais e por isso se justifica esta construção.

A CEPAM foi o primeiro órgão específico de políticas para as mulheres, no âmbito do poder executivo de Minas Gerais. Foi criada em 2007, por meio da Lei Delegada nº 120, de 25 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 44.459, de 12 de fevereiro de 2007³², com o objetivo de desenvolver e coordenar as políticas públicas para as mulheres do estado, por

³² Foi alterada pela Lei nº 17.357, de 18 de janeiro de 2008, e pelo Decreto nº 44.978, de 09 de dezembro de 2008, além do Decreto nº 45.536, de 27 de janeiro de 2011.

meio da transversalidade de gênero e a intersectorialidade dessas políticas (MINAS GERAIS, 2014).

Foi instituída como unidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais³³ (SEDESE), tendo sido diretamente vinculada ao gabinete do secretário no período entre 2007 e 2010, e passado à responder diretamente à Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH), da SEDESE, entre os anos de 2011 à 2015.

A Coordenadoria foi composta, inicialmente, por duas Superintendências, de Políticas para o Apoio e a Assistência à Mulher e de Planos e Projetos Específicos. Tal estrutura também sofreu modificações em 2011, quando o órgão passou a apresentar dois Núcleos, de Articulação com Movimentos Sociais e de Proposição de Acompanhamento de Políticas Setoriais.

Segundo consta no Relatório de Atividades da CEPAM (2007-2013), a criação da Coordenadoria representou a resposta do governo do estado à demanda da sociedade mineira pelo desenvolvimento de políticas públicas para mulheres, sobretudo pela necessidade de enfrentamento à violência de gênero e de construção de políticas afirmativas feministas para promoção da autonomia e empoderamento das mulheres.

Como já discutido no quarto capítulo, tal demanda esteve presente nas reivindicações das mulheres, vocalizadas, principalmente, pelos movimentos sociais, desde o final do século XX, quando ganhou espaço de inserção na agenda de governo. No estado de Minas, a campanha de reeleição e o Plano de Governo do então candidato, Aécio Neves (2007-2010), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), assumiu o compromisso para com o fomento das políticas afirmativas para as mulheres, que foi reafirmado, após a eleição, com a instituição da Coordenadoria.

É possível compreender que, neste momento, pela primeira vez em Minas Gerais, as políticas para as mulheres foram pautadas dentro da estrutura orgânica do estado tornando-se, portanto, parte do consolidado decisório do Estado - o que possibilitou que as demandas feministas passassem a concorrer com a possibilidade de serem tratadas a partir da lógica das políticas públicas.

³³ A SEDESE já existia, enquanto Secretaria, antes da criação da CEPAM. Esta informação justifica-se, tendo em visto que mais a diante verifica-se que a instituição da SPM-MG se deu mediante a criação de uma nova secretaria, a SEDPAC.

Já a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (SPM-MG) foi instituída no momento de criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), por meio da Lei nº 21.693, de 26 de março de 2015. Esta nova estrutura deu lugar à antiga SUBDH e à CEPAM, ambas unidades da SEDESE, que deixaram de existir com a modificação da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011.

A criação destes organismos fez parte da proposta da nova gestão estadual. Presente na campanha e no Plano de Governo do candidato eleito, Fernando Pimentel (2015-2018), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a instituição da SEDPAC e da SPM-MG representou uma resposta do Estado de Minas ao chamado dos atores sociais para maior ocupação e visibilidade das minorias frente ao poder público. Tal questão é respaldada na fala da atual Subsecretária do órgão, Larissa Borges.

[A SPM-MG] surge de uma demanda dos movimentos de mulheres da cidade, com um destaque pra incidência das mulheres ligadas ao Partido dos Trabalhadores, que no processo da campanha eleitoral, da construção da campanha do Pimentel, vieram pautando essa pauta das mulheres. (...) O interesse do movimento era que a SPM fosse uma Secretaria, mas na correlação de forças, na construção do desejo institucional dessa nova gestão, o que foi possível foi estabelecer uma Subsecretaria.

À SEDPAC foi dada a competência de planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado que visem ao fomento e ao desenvolvimento social da população, por meio das ações relativas à promoção de direitos humanos³⁴ (SEDPAC, 2015). Neste contexto, a SPM-MG foi incumbida do dever de construir no estado de Minas Gerais políticas de enfrentamento à violência e de promoção da autonomia econômica das mulheres, com base na articulação intersetorial, na transversalidade e na territorialização das políticas públicas, buscando o cumprimento das diretrizes da Política Nacional e da proposta do Governo Estadual, via SEDPAC.

A Subsecretaria foi composta por duas Superintendências, sendo a Superintendência de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional (SUAT) e a Superintendência de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SUPEM), com duas

³⁴ Para tanto, a Secretaria foi composta pelas Subsecretarias de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, de Juventude, de Participação Social, de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.

diretorias cada. O CEM-MG e o CERNA (Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais)³⁵, estruturas já existentes, também ficaram submetidos à coordenação da SPM-MG.

As ações da SPM-MG foram pensadas com base no alinhamento junto ao Pacto Nacional de Políticas para as Mulheres representando o esforço da Subsecretaria em responder ao compromisso de estruturar a Política para as Mulheres em Minas Gerais, através da promoção e garantia dos Direitos Humanos das mulheres e meninas nos 17 territórios de desenvolvimento do Estado (SEDPAC, 2015). Para a consolidação desta política, as atividades desenvolvidas pela Subsecretaria foram organizadas conforme a divisão das duas Superintendências, entendendo a importância das suas diferentes frentes de trabalho e atuação. A SPM-MG figura atualmente como órgão de políticas para as mulheres do Estado de Minas Gerais, uma vez que contempla a atual gestão do governo Pimentel (2015-2018).

A fim de facilitar a leitura e eventual consulta, foi elaborado o Quadro 01, que sintetiza as principais informações ora expostas, referentes aos órgãos estudados.

Quadro 01 – Quadro-síntese - CEPAM e SPM-MG

Órgão	Secretaria de Estado pertencente	Período de existência	Gestão	Lei de criação
CEPAM	SEDESE	2007-2015	2007-2010 e 2011-2015	Lei Delegada nº 120, de 25 de janeiro de 2007
SPM-MG	SEDPAC	2015 -	2015-2018	Lei nº 21.693, de 26 de março de 2015

Fonte: Elaboração própria

4.2 Construção de agenda e formação de políticas públicas

Antes de 2007 não havia, em Minas Gerais, nenhum órgão do Estado que fosse responsável, especificamente, pela formulação e implementação de políticas públicas para as

³⁵O CERNA, localizado em Belo Horizonte, é um serviço especializado que atende mulheres em situações de violência, oferecendo acolhimento, acompanhamento psicossocial e orientação jurídica, com vistas a proporcionar condições ao rompimento e superação da situação de violência vivenciada, além de encaminhamento à rede estadual de atendimento.

mulheres. Isso não significa que não fossem desenvolvidas ações para este público, no âmbito do poder estadual, mas que tais ações encontravam-se organizadas de forma dispersa pela estrutura administrativa do governo, sendo alocadas em diferentes secretarias.

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), por exemplo, instituiu o Centro de Parto Normal (CPN), por meio da Portaria nº 985, de 05 de agosto de 1999, no âmbito do Sistema Único de Saúde/ SUS, para atendimento às mulheres no período gravídico-puerperal e, em 2007, criou o Programa de Prevenção das DST/AIDS entre as vítimas de violência sexual (MINAS GERAIS, 2009). A Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG), em parceria com a SEDESE, lançou, em 2012, o Projeto Maria da Penha Vai às Escolas, cujas ações previstas foram a distribuição de material didático com abordagem lúdica sobre a questão da violência doméstica e intrafamiliar sofrida pelas mulheres, além de capacitações para os professores sobre estratégias metodológicas para utilização do material (MINAS GERAIS, 2012).

Entende-se, dessa forma, que embora a necessidade de desenvolver políticas públicas para as mulheres fosse reconhecida pelo Estado ainda se fazia ausente, até este momento, a discussão acerca da incorporação da perspectiva de gênero pelas políticas públicas. As demandas das mulheres, vocalizadas no feminismo e pautadas, portanto, na reivindicação por políticas capazes de promover a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, ainda não estavam contempladas na agenda de governo. Conforme abordado no segundo capítulo, é possível afirmar que até este momento predominava no Estado mineiro a execução de políticas para as mulheres - cuja capacidade de ação concentra-se exclusivamente no feminino, observando a mulher como parte da reprodução social - e não, de políticas de gênero.

Assim, pode-se dizer que a criação da CEPAM significou o reconhecimento, pelo governo de Minas Gerais, das demandas das mulheres a partir da perspectiva da construção social. Com a instituição deste órgão, o Estado sinalizou o seu compromisso em pensar não somente ações voltadas para as mulheres, mas ações voltadas para as mulheres enquanto indivíduos historicamente discriminados e, portanto, reféns da desigualdade diante dos homens. Por isso passou a ser reconhecida como necessária a intervenção governamental nesta realidade, por meio de políticas públicas. Esta atuação fica evidente no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (2011), quando se diz que:

“a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres – CEPAM, (...) [teve o] objetivo de desenvolver e coordenar as políticas

públicas para as mulheres em Minas Gerais, estabelecendo a transversalidade de gênero e a intersetorialidade dessas políticas, de modo a refirmar o papel do Estado.”. (MINAS GERAIS, 2014)

Cabe ressaltar que, neste contexto, a demanda por políticas públicas de gênero em Minas Gerais configurou-se como uma demanda nova. Isso porque, segundo Easton (1970), uma demanda nova não resulta necessariamente do surgimento de um novo conflito, mas de um conflito que ainda não havia alcançado o sistema político e se apresentou, então, como uma situação ainda demandante de solução. Isso se justifica pelo fato de não ter havido, em Minas Gerais até então um órgão específico de políticas para as mulheres que pensasse em políticas públicas sob a perspectiva de gênero.

Conforme já mencionado, a pauta das mulheres esteve presente no Plano de Governo do então candidato às eleições estaduais Aécio Neves (2007-2010) e se consolidou, na estrutura do Estado, com a instituição da CEPAM. Portanto, foi a partir deste momento que a questão das mulheres, aqui considerada como uma demanda nova deixou de ocupar a agenda governamental e passou a incorporar a agenda de decisão do governo (KINGDON, 1990). Isto é, deixou de ser um problema reconhecido pelo Estado e passou a figurar como um problema encaminhado ao processamento e à tomada de decisão pelo sistema político.

Sob esta perspectiva, deve-se ponderar que, conforme discutido no segundo capítulo, nem sempre as questões presentes na agenda governamental chegam à agenda de decisões - dado o volume e a complexidade das demandas dos processos governamentais existentes em uma sociedade (KINGDON, 1990). Para que isso ocorra é necessário que, dado um contexto favorável, haja convergência de três fluxos - fluxo dos problemas, o fluxo das políticas públicas e o fluxo da política, considerando ainda a noção de janela de oportunidade de políticas públicas que configuram circunstâncias positivas, capazes de possibilitar esta convergência. Assim, através da observação dos contextos apresentados, busca-se identificar as possíveis circunstâncias que viabilizaram a ascensão das pautas das mulheres à agenda de governo, em Minas Gerais.

Para iniciar esta identificação é importante considerar, inicialmente, a ampla influência das ações já desenvolvidas pelo governo federal sobre as iniciativas estaduais subsequentes. Como já mencionado, a Política Nacional para as Mulheres ganhou força em 2003, com a criação da SPM-PR, e representou a inserção definitiva da pauta das mulheres na agenda de decisão do governo nacional à época. A partir deste período o conjunto de ações desenvolvidas pelo órgão, junto aos movimentos sociais, como a convocação das

Conferências Nacionais e o lançamento dos Planos, constituiu incentivo para que os estados também formulassem suas agendas pautadas no combate à desigualdade de gênero. Esta foi uma realidade na criação da CEPAM, conforme afirma a ex-coordenadora especial de políticas para as mulheres, Eliana Piola:

[A estruturação da Política Nacional para as Mulheres] já vinha de um processo, desde 2002, quando se criou no Governo Federal a SPM, que na verdade se chamava SEDIM, a Secretaria de Direitos da Mulher. (...) Nós não tínhamos ainda [em Minas Gerais] um órgão e uma estrutura governamental [de políticas para as mulheres], como o Governo Federal. Então era o Conselho Nacional que participou junto com os movimentos, junto com SPM e tal. Aí em 2002, então, já criou no Governo Federal, né? Essa estrutura, e isso acabou inspirando nos estados que se criasse também isso tudo. Então no período de campanha, propriamente, em 2006 (...) isso já foi inserido no Plano de Governo do então candidato à eleição, Aécio Neves. Isso foi inserido no plano dele, se ele fosse eleito seria criado, então, esse órgão específico de política para mulheres. (...) Passada então a eleição, ele se elege, em 2006, e a gente sabia, então que esse órgão seria criado.

No que tange à presença dos atores políticos, mais especificamente dos movimentos sociais, no papel de reivindicação para inclusão da pauta das mulheres na agenda de governo, Eliana Piola aponta não ter havido participação direta dos movimentos feministas mineiros na construção do Plano de Governo (2007-2010).

A ex-coordenadora entende, contudo, que a reivindicação destes atores já ocorria, em Minas Gerais, desde 2002 – quando da criação da SEDIM, no governo federal – por meio da realização das conferências de políticas públicas para as mulheres. Como visto, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres foram convocadas e organizadas pela SPM-PR, junto com o CNDM, na intenção de instituir um canal de participação no ciclo de políticas públicas para as mulheres. Eliana Piola indica que como não havia, em 2004, um órgão institucionalizado de políticas para as mulheres no Estado de Minas Gerais, a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres foi organizada, em Belo Horizonte, pelos próprios movimentos, tendo recebido respaldo do CNDM para acontecer. A ex-coordenadora entende que esta organização figurou, à época, como uma forma de posicionamento e pressão dos movimentos feministas de Minas Gerais para com os governos municipal e estadual.

Cabe ressaltar que na esfera local, em Belo Horizonte e em outros municípios mineiros, também foram realizadas as Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, em 2004, sob coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), da

Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim) e das representantes locais das Regionais Administrativas (BRASIL e REIS; 2013, p. 18).

Ademais, a entrevistada entende que a trajetória atuante do Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais pode ter contribuído para que esta pauta atingisse a agenda governamental. Ela aponta, em especial, para a contribuição da então presidenta do CEM-MG, Luciana Lanna, que atuou enquanto atora política de forma a pressionar o governo no momento de elaboração do Plano de Governo, no contexto eleitoral de 2006.

Pode-se dizer, assim, que o contexto nacional favorável, com vistas à instituição da SPM-PR em 2003, figurou como uma janela de oportunidade para a ascensão das demandas feministas à agenda governamental mineira. Isto porque, a partir da criação do órgão foi possível que a questão das mulheres ganhasse maior visibilidade no contexto federativo. Além disso, a criação desta Secretaria pode ser considerada como o ponto de partida para a consolidação da política nacional para as mulheres e, conseqüentemente, para a formulação de alternativas de combate à desigualdade de gênero.

Cabe considerar que, no ano de 2007, estava prevista a realização da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e, para tanto, seria necessário que houvesse um órgão, no âmbito estadual, para executá-la. No mesmo ano seria lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo meio do qual deveriam ser acordadas metas de políticas públicas para as mulheres junto aos entes federativos. É possível dizer, portanto, que tanto a realização da II CEPM quanto à pactuação do PNEVM podem ser identificados como fatores que incentivaram também a criação da CEPAM, em Minas Gerais.

Tais fatores também podem ser compreendidos como parte do fluxo de soluções, dentro do Modelo de Kingdon (1990), uma vez que consistiram em um conjunto de propostas que visou solucionar o problema político em questão, ou seja, a desigualdade de gênero e suas conseqüências na vida das mulheres.

O contexto apresentado também deve ser considerado para a identificação do fluxo de problemas. Isto porque foi mediante atuação da SPM-PR e dos movimentos sociais feministas que a questão da mulher passou a ser melhor articulada e, cada vez mais, reconhecida como um problema político demandante de soluções, via políticas públicas. A concretização deste reconhecimento, no âmbito do Estado de Minas Gerais, pode ser, inicialmente, vislumbrada na inserção da pauta das mulheres no Plano de Governo (2007-2011) e, mais tarde, na criação da CEPAM.

Cabe ressaltar que, segundo Kingdon (1990), a forma como um problema político é apresentado influencia no seu processo de reconhecimento, pelos tomadores de decisão. Neste contexto, tal reconhecimento se associou à capacidade de articulação dos movimentos sociais, enquanto atores, de tornar a desigualdade de gênero algo cada vez mais real e eminente, diante da sociedade. Tal esforço pode ser identificado pela criação da Lei Maria da Penha, por exemplo, que consistiu no resultando de um longo processo de reconhecimento da violência contra a mulher como uma condição existente.

Sob a perspectiva do fluxo da política, é possível apontar para o processo eleitoral de 2006 como um fator favorável à formação de agenda de gênero no Estado. Apesar de não ter havido mudança de governo – uma vez que o candidato Aécio (2007-2011) foi reeleito – o contexto de início de um novo período de gestão pode ter dado margem para inserção de novas pautas governamentais à agenda.

Por isso cabe ressaltar a relação entre os atores políticos, Estado e movimentos sociais, nesta construção. Conforme já evidenciado, embora Eliana Piola não aponte para a participação dos movimentos sociais na construção do Plano de Governo (2007-2011) é possível afirmar que estes atores contribuíram para a inserção da questão das mulheres na agenda, via atuação nas Conferências municipais, estaduais e nacional, de 2004. Tal atuação certamente figurou como forma de reivindicação e pressão por uma nova postura do Estado.

Ademais, Kingdon (1990) aponta que, no fluxo da política, as mudanças do clima ou humor nacional também pode o que mais influencia a formação e a alteração da agenda governamental. Desta forma, é possível considerar novamente, a influência das decisões nacionais para a definição de um órgão de políticas para as mulheres no estado. Para tanto se deve ainda levar em consideração a relevância da SPM-PR dentro da estrutura administrativa do governo federal, apresentando status de ministério – o que demonstra o respaldo desta pauta para o governo nacional, à época.

Uma questão que pode ser considerada assenta-se sobre o relativo “atraso” de Minas Gerais na criação de um órgão de políticas para as mulheres, considerando o contexto nacional e a criação de uma Secretaria Especial de Política para as Mulheres a nível federal, em 2003. Porque o Estado de Minas Gerais teria demorado quase cinco anos para incluir a pauta de gênero na sua agenda de decisões?

Eliana Piola aponta para dois fatores principais. Primeiro, ela considera o tempo desde a criação até a consolidação da SPM-PR e mesmo da Política Nacional, entendendo que os estados subnacionais esperaram que o governo federal se organizasse para

depois, dar início às suas ações. A entrevistada considera, por exemplo, que o primeiro I PNPM foi lançado ao final de 2004, quase em 2005 e que o I Pacto Nacional foi lançado em 2007.

A segunda hipótese é a de que o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais sempre teve ampla atuação figurando, muitas vezes, como órgão de execução e não apenas de controle social. Assim, ela aponta para uma “acomodação administrativa”. Ou seja, como o Conselho trabalhava de forma atuante mediante as demandas existentes, é possível entender que o próprio governo tenha se “acomodado” na iniciativa de constituir um órgão executivo específico de política para as mulheres, conforme aponta a fala da ex-gestora:

O conselho estadual aqui era tão ativo que ele desenvolveu um papel que não era dele. Um papel quase de execução. Quase não, era de execução. Então talvez isso tenha até impedido para que não houvesse engajamento na criação de outro órgão. (...) Tanto é que o conselho chegou a criar um órgão de atendimento às mulheres vítimas de violência dentro da estrutura dele. O Centro Risoleta Neves de Atendimento tinha psicólogo, assistência apropriada dentro do conselho. Foi um equívoco. Eles empenharam de certa forma um papel de executivo. (...) Talvez se ele tivesse assimilado o papel efetivo de controle social ele teria se empenhado mais na criação do órgão.

Pode-se observar ainda, como um terceiro fator capaz de ter impulsionado a criação da CEPAM, a possibilidade que o Governo de Minas teria em firmar determinados convênios com a SPM-PR. A partir do Relatório de Atividades da CEPAM que indica, inclusive, o montante de recursos federais e estaduais captados e utilizados nesses anos, é possível considerar que o estado se adequou mais ao executado pelo governo federal em todo este período, em detrimento ao desenho de políticas estaduais específicas aos seus desafios internos.

Embora instituída legalmente em janeiro de 2007, a CEPAM começou a funcionar, de fato, em março do mesmo ano. Sendo um órgão completamente novo, foi necessário que as gestoras à época iniciassem o processo de trabalho partindo do zero: buscaram, inicialmente, um lugar físico para se instalar e, posteriormente, referências para constituir uma equipe. Considerando que até o ano 2010 os diferentes órgãos do Estado de Minas Gerais funcionavam fisicamente distribuídos pela cidade de Belo Horizonte, uma vez que ainda não estava construída a Cidade Administrativa, a CEPAM se instalou junto ao Conselho Estadual da Mulher. Com uma equipe pequena, de cinco pessoas, a Coordenadoria começou, a partir de então, a pensar sobre o seu escopo de atuação.

Eliana Piola aponta que, inicialmente, não foram dadas muitas diretrizes do governo de Minas Gerais para atuação do órgão. Destaca que foi dada muita liberdade à equipe para que ela trabalhasse como preferisse. O primeiro ano de trabalho constituiu-se, basicamente, em um período de conquista de espaço de atuação e articulação junto aos demais atores das políticas para as mulheres no estado. As ações concentraram-se na construção da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais e em apresentações de palestras e capacitações sobre os direitos das mulheres, pelo interior do estado. Em 2008, com a assinatura do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as ações da Coordenadoria começaram a se tornar mais robustas e que se fortaleceram com a assinatura de Convênios, junto ao governo federal.

Cabe destacar que em 2010 houve novamente eleições estaduais, quando foi eleito Antônio Anastasia (2011-2014), também pelo PSDB. Apesar de não ter havido mudança partidária, tal configuração política provocou mudanças na estrutura hierárquica da SEDESE: a Coordenadoria foi deslocada da posição de subordinação direta ao gabinete do Secretário, para a posição de subordinação à Subsecretaria de Direitos Humanos. A entrevistada aponta para o retrocesso vivido pela pauta das mulheres dentro do governo, neste contexto, uma vez que tal mudança reduziu a capacidade da Coordenadoria para articular junto aos demais atores das políticas de gênero, além de inviabilizar a possibilidade de orçamento próprio do órgão.

A ex-coordenadora ressalta que tal medida foi tomada a partir da lógica de enxugamento do Estado e que a resposta dada, pelo próprio governador à época, foi a de que “na medida do possível” os recursos requeridos poderiam ser liberados.

(...) [Houve] dificuldade (...) na transição de governo do Aécio pro Anastasia, que teve um reforma administrativa de novo, e nós saímos, descemos um degrau na estrutura. Nós fomos vinculados ao gabinete da Subsecretaria de Direitos Humanos. Mas mesmo assim quando o projeto tava pronto, logo que foi passado na Assembleia, eu tive a oportunidade de sentar com o Governador Anastasia. E falei com ele “*Governador, nós ficamos numa escala muito baixa e é complicado. Não tô dizendo nem que precisa ser uma Subsecretaria, mas essa liberdade de transitar libertamente com o Secretário, ela facilita*”. E ainda teve um complicador porque nós passamos a não ter orçamento próprio. Por quê? Fala assim: “*Aqui é um guarda chuva, todo mundo aqui no Direitos Humanos*”. Você não se identificava aí você já não era Ordenadora de Despesa, você digo nós, não éramos Ordenadores de Despesa, então você não se enxergava ali dentro. Ele falou “*Olha, Eliana, então vamos tomar*”, porque também já era mesmo pra

começar essa lógica de enxugamento, “*na medida do necessário nós vamos liberar*”.

Como solução para o desafio orçamentário, Eliana Piola conta que buscou a assinatura de convênios, junto ao governo federal e a celebração de parcerias junto às associações. Ela enfatiza que, neste contexto, o Estado garantiu todas as contrapartidas necessárias, cumprindo o que havia acordado.

Conforme já mencionado, a CEPAM existiu enquanto órgão do Estado de Minas Gerais até o ano de 2015, quando foi extinta pela mesma lei que instituiu a SPM-MG. A Subsecretaria foi criada sob o contexto de novas eleições estaduais e, portanto, de um novo governo.

As eleições estaduais de 2015 representaram significativas mudanças na relação do Estado mineiro junto à sociedade. Isto porque, com a vitória de Fernando Pimentel, pelo PT, o governo deu início a uma nova proposta de gestão participativa voltada para a descentralização e transparência (MINAS GERAIS, 2015). Tal proposta previu a diálogo junto aos diversos segmentos da sociedade civil como um dos principais norteadores da ação do governo, o que viabilizou a interface junto aos movimentos sociais.

No que tange à pauta das mulheres, é possível dizer que tal interlocução se deu no momento anterior às eleições, no momento de construção do Plano de Governo. Isso porque, segundo a entrevistada, atual Superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres, Igualdade no Mundo do Trabalho e Articulação Institucional, Renata Rosa, uma vez articulada a chapa que concorreria às eleições estaduais de Minas Gerais pelo PT, foram criadas comissões para discutir quais seriam as questões tematizadas nesta agenda governamental. Uma das comissões teve a pauta feminista como tema central e foi composta por mulheres dos partidos políticos formadores da chapa e de movimentos feministas de Minas Gerais, como aponta a gestora:

Quando foi articulada a questão do governo, da chapa pra concorrer ao governo de Minas, varias comissões foram criadas pra discutir o que seria esse plano de governo. Essa chapa encabeçada pelo atual governador Fernando Pimentel era formada principalmente por quatro partidos: o PT, o PCdoB, o PR e o PMDB. Várias comissões foram criadas para construir esse plano de governo e tinha uma pra discutir a questão das mulheres em Minas Gerais. Então cada um desses partidos indicou duas mulheres além de haver outros movimentos, tipo assim, o pessoal do movimento negro indicou uma representante, a questão das mulheres do campo tinha uma representante, então a gente tinha uma comissão bacana de mulheres representativas dos movimentos e dos partidos para preparar o que seria o plano de governo e

como que nós queríamos que as mulheres fossem vistas num governo progressista.

Assim, as reivindicações das mulheres foram reconhecidas no processo de construção do escopo de atuação deste governo, o que permite afirmar que esta pauta atingiu a agenda governamental. Dessa forma, ficou a cargo das representantes dos movimentos sociais auxiliarem no processo de construção dessas ações, apresentando suas demandas e, posteriormente, pressionar o Estado para que tais questões entrassem, de fato, para agenda decisional e fossem priorizadas.

Cumpre, portanto, ressaltar a influência que os movimentos sociais exerceram, enquanto atores políticos, no processo de formação da agenda de gênero do governo PT (2015-2018), em Minas Gerais, uma vez que, conforme exposto, estes atores vislumbraram uma forma de ação atuante e participativa.

A instituição de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres foi a principal demanda dos movimentos feministas. Segundo Renata Rosa, esta foi uma das condições primordiais posta pelos movimentos para que estes apoiassem a candidatura deste governo, o que pode ser compreendido como um mecanismo de interação dos movimentos feministas junto ao Estado a fim de garantir a efetivação das suas preferências.

Neste caso é possível identificar um dos fluxos de soluções, dado que a criação de um órgão de políticas de gênero foi proposto pelos movimentos como principal forma de solucionar a questão das mulheres. Deve-se considerar ainda que, dado o diálogo junto ao governo federal via SPM-PR, tal Secretaria obviamente teria sua atuação pautada na Política Nacional para as Mulheres e, portanto, vale-se das demais alternativas já existentes, como os I e II PNPM e o Pacto Nacional.

Conforme apontado no segundo capítulo, os atores políticos não atuam de maneira isolada, mas buscam estabelecer relações para atingir seus objetivos. Assim, o processo de construção de agenda leva os atores a compartilhar interesses e estabelecer negociações, através da combinação das suas preferências relativas aos ganhos e perdas neste processo. Nesta perspectiva, é possível identificar que o processo de construção da agenda de gênero em Minas Gerais contou, a partir de então, com a atuação dos movimentos feministas junto ao Estado, em um processo de constante interação. A combinação das preferências se deu consoante as negociações de expectativas do governo e dos movimentos.

Isto quer dizer que, para que o partido candidato atingisse seu principal objetivo, o de ser eleito, era necessário contar com apoio dos movimentos sociais de

mulheres³⁶. Por isso, tais movimentos foram convidados à compor, junto dos partidos coligados, as comissões de construção da agenda governamental.

Uma vez vencidas as eleições, foi instituída a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres enquanto órgão componente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais. A criação da SEDPAC figurou uma conquista para os movimentos sociais mineiros, uma vez que representou o compromisso do governo eleito para com as políticas públicas afirmativas voltadas para as minorias. A estruturação da Secretaria, com as Subsecretarias de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, de Juventude, de Participação Social, de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, comprovou esta intenção.

Renata Rosa aponta que o fato de a pauta das mulheres ter sido estruturada em uma Subsecretaria e não em uma Secretaria, como era a demanda inicial dos atores, não foi aceito com tranquilidade pelos movimentos feministas, o que é frisado, também, pela ex-Subsecretária do órgão, Áurea Carolina:

A criação da SPM foi algo resultado da campanha eleitoral do Governador Fernando Pimentel. Havia uma demanda dos movimentos feministas e de mulheres para a criação de uma Secretaria de Políticas pras Mulheres, mas na reforma administrativa o resultado foi a criação de uma Subsecretaria dentro da estrutura da SEDPAC. Então já foi uma realização parcial daquilo que era uma expectativa dos movimentos organizados que apoiaram, inclusive, a eleição do Governador.

Apesar disso, as mulheres participantes deste processo optaram, então, por pressionar o governo para que a lei de criação da Secretaria fosse publicada e, a partir disso, começassem a ser estruturadas as equipes, principalmente, por meio das nomeações. Isso porque, segundo a entrevistada Renata Rosa, um acordo feito internamente, entre os movimentos e o governo, estabeleceu que as chefias das Subsecretáriasseriam indicadas pelos próprios movimentos sociais o que representou, neste momento, a garantia da concretização de demandas.

Fica evidente, portanto, que o processo de transferência da pauta das mulheres da agenda governamental para a esfera decisional do governo contou com os esforços de negociação e, portanto, de intensa interação entre os atores envolvidos. É possível afirmar que neste contexto a alocação institucional da demanda das mulheres configurou um *issue*, uma

³⁶ Aqui cabe considerar a relevância dos movimentos sociais neste processo eleitoral dado o caráter progressista do Partido dos Trabalhadores e sua relação histórica junto aos movimentos sociais.

vez que consistiu em um aspecto da decisão sobre a política que mobilizou os interesses dos atores envolvidos e, portanto, suas expectativas.

A despeito da pressão dos movimentos para que a criação e nomeação das chefias fossem realizadas ainda em fevereiro, a SPM-MG iniciou suas atividades somente em março de 2015 – o que significou, neste momento, a primazia da preferência do governo em detrimento daquela dos movimentos. Tal contexto é evidenciado na fala de Renata Rosa:

Nós começamos a pressionar enquanto movimento porque a gente sabia que tinha o Oito de Março e que a gente tinha que estar desde então nomeada, preparando essa coisa e aí já tinha – estou sendo muito sincera com você – tinha uma articulação com todos os movimentos de que aquelas forças ocupariam esse espaço porque eram as forças que já estavam pensando Minas, que tinham um compromisso com aquela gestão e que estariam ali pra fazer acontecer de acordo com o que a gestão estava fazendo, foi essa a construção.

Tendo em vista o exposto, é possível dizer que, novamente, o contexto político favoreceu a pauta das mulheres mediante o processo de formação de agenda. Reconhecendo o a eleição estadual (2015-2018) como uma nova janela de oportunidades (KINGDON, 1990), pode-se afirmar que a ascensão de um governo progressista favoreceu a permanência e o fortalecimento da pauta das mulheres na agenda decisional do Estado. Ademais, a participação efetiva dos movimentos feministas mineiros na elaboração do Plano de Governo e, posteriormente, no transcurso de instituição da SPM-MG implicou maior garantia de consolidação da demanda das mulheres.

Sob a perspectiva do modelo de fluxos múltiplos (KINGDON, 1990) é possível afirmar que, novamente, a confluência das circunstâncias favoráveis contribuiu para a ascensão da pauta feminista à agenda governamental. O fluxo de problemas, neste caso, assemelha-se ao fluxo já apresentado na instituição da CEPAM. Ou seja, refere-se ao reconhecimento do governo, pela demanda das mulheres como um problema político passível de ser solucionado por ações do poder público. A construção deste problema contou também com o contexto nacional favorável, levando-se em consideração que, nesta data, a Política Nacional encontrava-se mais consolidada – o que certamente contribuiu para o reconhecimento mais apurado da demanda.

É possível dizer que a existência de um órgão nacional de políticas para as mulheres certamente exerceu grande influência na decisão da inclusão da pauta de gênero na agenda. Vale dizer que, sob a perspectiva política, este argumento torna-se mais consistente tendo em vista que o partido do governo federal e estadual era o mesmo – o que configurou

um fator de apoio. Dessa forma, fica clara a existência de um ambiente propício para sua a discussão da pauta das mulheres no âmbito governamental e, portanto, para sua inserção na agenda. Adiante a influência desta compatibilidade partidária, fica evidenciada na fala da entrevistada, Áurea Carolina:

(...) era uma perspectiva nossa ter uma atuação conectada com o Governo Federal, por afinidade programática. PT do Governo Federal, PT no Governo Estadual. E eu tenho muita concordância com o trabalho que tava sendo realizado lá, apesar de todos os problemas e dificuldades. Então eu achava que alí já tinha um caminho bem consistente pra gente abrir aqui no estado. Então tinha uma parceria, pra execução dos convênios, e eu acho que até havia uma disposição bem republicana da SPM do Governo Federal pra fortalecer os estados e os municípios.

Aqui cabe, contudo, um apontamento sobre o grau deste reconhecimento mediante a relevância dada ao tema, por cada governo. Embora a questão de gênero tenha sido reconhecida como um problema político em 2007, pelo governo Aécio, e em 2015, pelo governo Pimentel, é evidente que a alocação institucional das políticas foi diferente nas duas gestões, o que evidencia, à princípio, a priorização do tema pelo governo PT.

Conforme apresentado, o fluxo de políticas públicas teve grande influência dos movimentos feministas, que contribuíram para a consolidação e apresentação de propostas capazes de atender às demandas das mulheres.

Entendendo que este fluxo se constitui a partir das relações entre os atores e, portanto, da atividade política, vale dizer que a ascensão de governo progressista no Estado de Minas figurou como um fator favorável para a construção da agenda de gênero. Por isso, é possível afirmar que embora o processo eleitoral não tenha figurado como uma janela de oportunidade, em 2007, aqui este o novo contexto político representou uma circunstância favorável a ascensão desta pauta.

Uma vez instituída a SPM-MG, foi iniciada a estruturação institucional do órgão, em semelhança à da SPM-PR: a Subsecretaria foi organizada mediante duas frentes de atuação, de enfrentamento à violência contra a mulher e de promoção da autonomia econômica e articulação institucional, a partir de duas superintendências. Áurea Carolina foi nomeada Subsecretária de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais e, mediante articulação política junto aos partidos e movimentos, foram indicadas as superintendentes.

O restante da equipe, as diretoras e o corpo técnico, foi posteriormente selecionado pelas gestoras mediante indicações e entrevistas. A entrevistada aponta que parte da equipe remanescente da CEPAM foi incorporada à SPM-MG e que foi feito ainda um esforço para que recrutar EPPGGs (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental), na intenção de trazer ao grupo um corpo técnico especializado, conforme é evidenciado em sua fala:

(...) boa parte da equipe remanescente da CEPAM ficou pra SPM. (...) eu tive uma conversa muito franca com as duas Superintendentes e nós fizemos um arranjo que contemplasse as três, assim, de confiança, no trabalho pra trazer pessoas que nos deixariam seguras. Então as quatro diretoras vieram dessa nossa construção compartilhada, horizontal e depois um trabalho de recrutar EPPGG's. Nós fizemos um esforço grande de entrevistar EPPGG's, porque a gente queria muito ter essa força técnica especializada, sabe? Nós entrevistamos várias EPPGG's na época, fizemos uma mexida danada pra trazê-los.

A ex-gestora da SPM-MG ressalta que a estruturação do órgão consistiu, inicialmente, em um grande desafio. Isto porque, embora tenham sido dadas as diretrizes básicas para a construção da Subsecretaria, mediante exemplo do órgão nacional de políticas para as mulheres, este processo contou com uma equipe enxuta e, a princípio, pouco articulada. Tal desafio, que ainda persiste, dois anos depois da instituição da SPM-MG, é endossado na fala da atual Subsecretária, Larissa Borges:

[A SPM-MG CONTA COM] uma equipe muito pequena, e a gente ainda têm pessoas que vão se aposentar. Recentemente, com essa dinâmica do governo hoje, com essa situação econômica, é de não recontratar ou de não prover outras pessoas, então a pessoa saiu ou foi exonerada, acabou aquele cargo, então a gente tem essa limitação, assim, uma limitação real. Então pra cuidar de 853 municípios com 15 pessoas fico muito restrito, sem contar também com questão de formação, nem todo mundo da equipe tem uma formação em políticas públicas ou habilidade com computador ou disposição para o trabalho, então tem uma série de elementos que perpassam, né?

No sentido de construir as diretrizes da política estadual para as mulheres em Minas Gerais a equipe da SPM-MG iniciou, ao final de 2015, o processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Subsecretaria, que contou com o apoio metodológico da Fundação João Pinheiro. Concebido como referencial para execução das ações voltadas para a garantia dos direitos das mulheres pelo governo de Minas Gerais, este Planejamento buscou

evidenciar as ações a serem desenvolvidas no período de 2016 a 2018, bem como os responsáveis e a previsão de execução, em consonância à legislação nacional e estadual (SPM-MG, 2016). A construção deste documento buscou subsidiar as ações da Subsecretaria através da consolidação da sua estratégia de atuação, conforme evidenciado:

Reconhecemos as potencialidades e os limites das diversas correntes de planejamento governamental e a relevância de que ele seja construído de maneira participativa desde a análise da situação que deve ser enfrentada pelas políticas públicas até a proposição de diretrizes que devem embasá-las. Não se perderam de vista esses elementos durante o ciclo de planejamento que culminou neste documento. A diversidade da equipe da SPM-MG, composta por técnicas com experiência em gestão pública, nos movimentos sociais e na militância foi um dos ingredientes fundamentais para o planejamento contemplar as necessidades e demandas mais urgentes das mulheres mineiras. Todo esse acúmulo e sensibilidade com a pauta das mulheres orientou o desenho das etapas do processo de planejamento. O principal objetivo foi desenvolver ferramentas de planejamento claros, simples e objetivos que pudessem ser discutidos e preenchidos em oficinas de aprendizagem mediadas pela Fundação João Pinheiro. (SPM-MG, 2016)

A ex-gestora da SPM-MG, Áurea Carolina, afirma que a compreensão do planejamento como ferramenta condicionante da execução da política pública fomentou esta iniciativa que além de orientar as ações do órgão deveriam funcionar como mecanismo de discussão interna e nivelamento da equipe:

(...) a gente precisava [do planejamento], numa área nova, com um histórico anterior de muita desarticulação, de ações pontuais, embora tenham realizado importantes iniciativas não caracterizava ainda uma política estadual pras mulheres. E o que eu queria construir eram as diretrizes dessa política e referenciar as equipes pra fazer o trabalho. Então, dentro de cada Superintendência, como que a gente poderia se organizar. Até pras pessoas entenderem onde colocar energia, quais são as entregas, as metas, os prazos. (...) O planejamento, ele é condição mesmo. E como a gente estava numa secretaria muito nova também, que não tinha as diretrizes macro, era um movimento que a gente poderia fazer até pra induzir de baixo pra cima essa orientação. E eu também achava que a equipe precisava de um alinhamento, assim, sobre conceitos, sobre prioridades, então o Planejamento não era só traçar as linhas de atuação, era também algo formativo, de integração da equipe, de nivelamento. E eu acho que é um negócio que tem que acontecer sempre na política pública.

Tal concepção também é presente na fala da atual gestora do órgão, Larissa Borges:

(...) a nossa principal ferramenta, tanto pra consolidar a política, quanto pra enfrentar esses desafios, é o planejamento. Se a gente consegue ter uma memória das atividades, se a gente consegue visibilizar, planejar e seguir o que foi planejado, a gente cria uma cultura organizacional que nos ajuda a ser vistas dentro e fora do governo como um órgão organizado, como um órgão sério, como um órgão comprometido com as políticas pras mulheres, né? A gente precisa disso, a gente precisa amadurecer ao ponto de que as pessoas saibam que é a SPM que cuida da pauta de mulheres do governo.

Assim, o documento foi construído mediante as etapas de (i) mapeamento da agenda governamental de políticas para as mulheres³⁷, mediante consulta de documentos oficiais, tais quais o Plano de Governo do governador Fernando Pimentel, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2015-2030, as deliberações da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, os resultados dos Fóruns Regionais realizados nos 17 territórios de desenvolvimento do estado e o Plano Nacional de Políticas para Mulheres; (ii) realização de oficinas de planejamento aplicado, que consistiu na reflexão da FJP junto à equipe da SPM-MG sobre os compromissos institucionais do órgão, bem como suas perspectivas de atuação a fim de que fosse traçados eixos, programas e projetos de atuação; (iii) validação da estratégia traçada e elaboração do documento de planejamento, que serviria de base para as ações do órgão. O resultado deste processo foi a criação do documento de Planejamento Estratégico da SPM-MG que detalhou a estratégia de ação da Subsecretaria sob a forma de ações em eixos, que se desdobraram em programas e projetos.

O Planejamento passou a vigorar a partir do ano de 2016. Cada Superintendência ficou responsável pela organização de suas ações mediante a programação prevista. Conforme as atividades foram executadas, as equipes preencheram documentos de gestão a fim de gerar uma memória institucional. Ao final deste período a SPM-MG produziu, a partir destes registros, um Relatório de Atividades (2016) que foi apresentado à sociedade civil, em janeiro de 2017, no evento “SPM em Pauta”. O objetivo desta ação foi apresentar à comunidade mineira os resultados do trabalho desenvolvido pelo órgão no ano de 2016, para torná-las públicas e acessíveis, “favorecendo o controle social e inspirando a realização de muito mais pela vida e empoderamento das mulheres mineiras.” (SPM-MG, 2016)

Diante do exposto, é possível afirmar que a instituição da SPM-MG representou a consolidação da demanda das mulheres por políticas de gênero na agenda decisional do governo de Minas Gerais. Tal consolidação figura como uma vitória para os

³⁷ No Planejamento consta que, nesta etapa a equipe a SPM-MG buscou também “compreender as lacunas deixadas pelas poucas ações destinadas às mulheres nas gestões estaduais anteriores. Com todo esse arcabouço operativo em mãos, a equipe da subsecretaria elencou as *linhas de ação* prioritárias para os próximos anos.” (SPM-MG, 2015)

movimentos feministas que atuaram como atores políticos essenciais neste processo, em diálogo junto ao poder público mineiro, conforme é sinalizado na fala de Áurea Carolina:

[A instituição da SPM-MG] representa a possibilidade de efetivar as nossas demandas históricas e as emergentes. Não tem como a gente garantir direitos sem o Estado. E dentro do Estado, se não há áreas especializadas, que tem uma atenção dedicada, que compreende as pautas, é muito difícil a generalidade atuar. Então por isso a Subsecretaria, como um órgão especializado, ela é que tem condição de mirar todas as políticas e interceder.

É importante, contudo, indicar que o fato de esta pauta ter atingido o sistema político mineiro não significa, necessariamente, que as demandas das mulheres serão atendidas, em sua totalidade. Como discutido no segundo capítulo, as políticas públicas figuram como o resultado de ações políticas que dependem, portanto, de decisões emanadas dos atores públicos. Logo, diante do conteúdo apresentado, sob a perspectiva do ciclo de política é possível dizer que o novo desafio dos movimentos feministas, e das mulheres em geral, assenta-se sobre a garantia de que, uma vez inserida na pauta decisional do governo, as demandas das mulheres sejam solucionadas por meio de políticas públicas eficazes.

Este é um ponto delicado na fala da entrevistada Larissa Borges, uma vez que a gestora aponta que, uma vez inserida na pauta governamental, a questão das mulheres enfrenta desafios no que diz respeito à sua consolidação enquanto política estadual.

[Os maiores desafios enfrentados pelas SPM-MG, atualmente são] orçamento, equipe e patrocínio político. Porque eu acho que a gente conseguiu ter um certo reconhecimento do Movimento Social. Eu acho que a gente dialoga com muitas organizações e tudo e as pessoas já entenderam que essa equipe tá fazendo o máximo que pode com o recurso que tem. E que o recurso material e simbólico que a gente tem hoje ele é insuficiente pra demanda das mulheres. (...) A questão de orçamento e equipe, a gente tem um orçamento ridículo³⁸ e uma equipe muito pequena.

Eu acho que [a instituição da SPM-MG] é um avanço, é importante, mas ao mesmo tempo diz pra todas as mulheres do estado que: “*Olha, a pauta de vocês é importante, mas não tanto.* (...) A prioridade política ela pode fazer de um lugar institucional mais fragilizado um lugar onde o trabalho seja possível e que tenha a qualidade necessária. Então eu acho que é importante

³⁸ No ano da sua instituição a SPM-MG contou com recursos da execução do PPAG (2011-2015) revisado do ano anterior e dos Convênios, celebrados anteriormente pela CEPAM. Áurea Carolina aponta que a execução das ações do órgão contou, basicamente, com os recursos provenientes dos convênios, que estavam sendo renegociados. Em 2016 os recursos destinados à Subsecretaria foram inseridos no PPAG (2016-2019) via emendas, o que não garante disponibilidade certa de recurso, uma vez que conta com a disponibilidade financeira do Estado. No ano de 2016 foram redefinidos os planos de trabalho dos convênios, que ainda nesta data estão sendo concluídos (MINAS GERAIS, 2016).

ter uma Subsecretaria e acho que fazer uma Secretaria não resolveria tudo. Então acho que tanto sendo Sub ou sendo Secretaria a gente poderia se desenvolver de uma forma consistente e positiva, mas a priorização política é o que faz a diferença. Então no momento a gente ainda não é prioridade. Por exemplo, esse ano a gente é a segunda prioridade do Nilmário, a primeira é o Sistema Prisional, a segunda é mulheres. Mas ainda assim muitas coisas eu ainda preciso sensibilizar o meu chefe pra que elas aconteçam.

Aqui cabe apontar para outro desafio, que diz respeito à continuidade de política para as mulheres em Minas Gerais. Apesar de esta pauta ter permanecido na agenda governamental, a despeito da mudança de gestão, não houve comunicação entre o órgão extinto e o novo órgão criado, configurando-se, portanto, ausência de cogestão e qualquer transmissão do conhecimento. Segundo a Subsecretária Larissa Borges as ações pensadas pela SPM-MG não tiveram relação com aqueles que eram executadas pela CEPAM, de modo que os Convênios foram a única herança transmitida entre os órgãos. Ainda assim, a Subsecretária aponta para as dificuldades de executá-los dado a ausência de informações – o que, por fim, acaba por comprometer a execução da própria política pública.

Para além dos desafios estaduais, a agenda de gênero mineira também enfrenta dificuldades mediante o contexto federal. Embora a compatibilidade programática entre os governos estadual e federal tenha sido a princípio um fator positivo para a consolidação desta pauta, o processo de impeachment, ocorrido em 2016, provocou a inflexão desta pauta.

Como exposto no quarto capítulo, o novo contexto presidencial resultou na reforma administrativa que incluiu a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, criado em 2015 e a destituição do caráter ministerial da então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), que passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. Tal modificação afetou a capacidade de atuação do órgão, bem como sua relação com os entes federativos, conforme aponta a Subsecretária Larissa Borges:

[O] rebaixamento da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres ao status de Secretaria dentro do Ministério da Justiça, isso foi muito prejudicial para a política. Porque você perde autonomia, você perde visibilidade, você perde reconhecimento político, né, o próprio impeachment gerou isso tudo pra cada mulher, individualmente, e pro conjunto de mulheres como um todo. (...) Então mais ainda se torna necessário trabalhar políticas para as mulheres e consolidar essa política. E aí se a dificuldade de conseguir um reconhecimento, enquanto espaço de política pública, já era difícil, nessa conjuntura se torna ainda mais.

A Subsecretária afirma que, neste cenário, o diálogo junto ao atual governo federal acontece, porém de forma fragilizada, uma vez que a pauta de mulheres não configura uma prioridade dentro da perspectiva nacional:

Os estados que tem uma perspectiva democrática popular vinham nesse esforço de alinhar a política estadual à política nacional e agora o nosso papel é principalmente de tentar manter essa política no nível estadual, porque em nível federal ela praticamente não existe mais, ou o que restou dela está bem mais fragilizado do que no momento anterior.

Apesar desta configuração, o presente trabalho aponta que a pauta das mulheres avançou consideravelmente nos últimos dez anos, em Minas Gerais. Tal avanço se deve à inserção das demandas feministas na agenda governamental o que traduz o reconhecimento, pelo Estado, da desigualdade de gênero como um problema político. A partir disso, identifica-se a concretização da pauta de mulheres, no âmbito estadual, mediante a criação dos órgãos de políticas para as mulheres: a CEPAM, em 2007 e a SPM-MG, em 2015.

Neste sentido, foram apontados os principais atores políticos deste processo, evidenciando-se a ampla participação dos movimentos sociais cuja atuação se deu não apenas na linha do ativismo oposicional, mas também em formas de ação que envolvem diálogo e cooperação com o Estado. Tal cooperação ficou evidente no processo eleitoral de 2015 e no momento de construção da SPM-MG.

Assim, fica claro que o movimento feminista implicou avanços no que tange à democratização das relações de gênero no âmbito da sociedade, como também nas formas de intervenção do Estado, a partir da formulação de políticas públicas. Muitas destas conquistas foram garantidas através das Conferências Nacionais realizadas pela SPM-PR que abarcaram, a nível estadual, as Conferências Estaduais organizadas pelos órgãos trabalhados.

Entende-se que no Estado de Minas Gerais tal atuação foi mais incisiva no governo PT, tendo em vista a proposta de gestão participativa e o próprio histórico junto aos movimentos que o partido abarca. Sob esta perspectiva nota-se que a participação social pode afetar as políticas ao definir novos padrões de funcionamento, o que, por sua vez, pode favorecer o fortalecimento de demandas minoritárias, que antes não contemplavam ações governamentais ou contemplavam de forma pouco eficiente.

Evidencia-se, portanto, que a formação de agenda de gênero em Minas Gerais surgiu, inicialmente, sob ampla influência da política nacional e se fortaleceu, mais a frente, com a participação dos movimentos feministas, inclusive, na fase de construção e implementação da política.

4.3 Ações e formação de políticas públicas

Uma vez discutida a formação da agenda de gênero em Minas Gerais, busca-se apresentar os principais resultados deste processo. Tendo em vista o ciclo de políticas evidenciado no segundo capítulo, entende-se que posteriormente à etapa de formação de agenda configura-se a fase de elaboração dos programas e implementação das políticas públicas, que traduzem, em ações, a demanda incorporada pelo sistema político. Assim, esta seção tem o objetivo de dar um panorama sobre as ações realizadas pela CEPAM (2007 – 2014) e pela SPM-MG (2015-), entendendo que tais dados podem enriquecer a compreensão deste processo, bem como mensurar a importância destas políticas.

O levantamento destes dados resultou na sistematização das informações referentes à todas as ações. Tais informações foram organizadas em quadros, que se encontram ao final do trabalho, na seção APÊNDICE. Este material pode ser consultado para maior detalhamento sobre as políticas, uma vez que abarca ano de execução, título da ação, objetivo, público alvo e local de realização³⁹. Aqui será realizado um breve balanço das ações executadas a fim concluir o processo de análise deste trabalho.

No que diz respeito às ações da CEPAM, a ex-coordenadora, Eliana Piola, afirma que todas as atividades executadas foram norteadas pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2008 o governo de Minas Gerais assinou o I Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que passou a ser gerenciado pela Coordenadoria.

Antes disso, o órgão coordenou, junto ao CEM-MG e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a organização da II Conferência Estadual de Políticas para as

³⁹ O montante de recursos investidos, separadamente, em cada ação consta no Relatório de Atividades da CEPAM (MINAS GERIAS, 2015) e por isso foi discriminado. Não há, portanto, este registro dentre os documentos a que esteve acesso da SPM-MG.

Mulheres⁴⁰. Sobre o papel da CEPAM nesta ação e a conquista de espaço do órgão, a ex-coordenadora, Eliana Piola, ressalta que:

Foi uma Conferência muito boa, embora quem estivesse à frente dela não éramos nós que tínhamos essa legitimidade. Por quê? Porque a gente tavarecém criado e empossado e não tinha estrutura, então sempre havia um conflito, porque o Conselho às vezes assumia o protagonismo. A própria Assembleia, nessa Conferência se apoderou, porque ela era uma parceira, e a gente ficava lá na retaguarda. É a conquista de espaço, né? Então gradativamente nós fomos ocupando nosso espaço.

Apesar da tímida atuação da CEPAM na construção deste canal de participação, tendo em vista a conquista de espaço e influência mediante ação de outros atores no cenário da política estadual para as mulheres, deve-se apontar para a relevância desta ação. Institucionalmente foi a primeira vez que o Estado de Minas Gerais organizou e conduziu uma Conferência referente à esta pauta, que teve como principal resultado o levantamento de demandas das mulheres que foram levadas para a Conferência Nacional. Este foi um momento de diálogo do governo, sobre a questão das mulheres, junto às representantes de instituições, órgãos, entidades e movimentos sociais, além das representantes das prefeituras municipais de Minas Gerais. Contudo, cabe ressaltar o não atendimento à uma demanda já recorrente, desde 2004: a criação de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais.

A criação de um plano que desse base para as diretrizes da política estadual para as mulheres em Minas Gerais foi uma demanda recorrente dos movimentos feministas e da própria sociedade civil desde 2004, quando na I CEPAM. Mas foi apenas em 2014, após a III CEPAM, que a construção deste documento se deu a partir da análise das principais reivindicações levantadas neste evento. Seguindo os eixos estruturadores do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Estadual traçou objetivos e metas para implementação de políticas públicas prioritárias do governo de Minas Gerais.

Cabe ressaltar, contudo, que dada a mudança de governo no ano posterior e a eminente mudança programática dos partidos, o Plano não é utilizado como base de ação da

⁴⁰ Conforme dito anteriormente, segundo a ex Coordenadora, Eliana Piola, em 2004 foi realizada, pelos movimentos feministas a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais, sem o reconhecimento do Estado. Esta foi, portanto, a primeira Conferência organizada institucionalmente pelo governo de Minas Gerais.

SPM-MG. Aqui se indica uma problemática de descontinuidade da política pública e de gestão deficitária, que foi também apontada na seção anterior.

Em 2011 foi realizada a III Conferência Estadual de Política para as Mulheres de Minas Gerais, que funcionou nos mesmos moldes da Conferência anterior - foi convocada pela SEDESE e teve a CEPAM como órgão coordenador. Seu objetivo geral foi discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade entre mulheres e homens, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia das mulheres (MINAS GERAIS, 2011). Sobre os resultados desta Conferência pode-se falar, além da criação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais, publicado em 2014, da repactuação do Pacto pelos movimentos e demais representantes da sociedade civil, na III CEPM.

Em 2013 foi criado, pela CEPAM em parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)⁴¹ o Comitê Interestadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio Decreto nº 46.242, de 15 de maio de 2013. O objetivo deste Comitê foi o de promover a discussão sobre a violência contra a mulher, considerando os demais atores envolvidos nesta problemática, a considerar a atores da Polícia Civil, Polícia Militar, do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, além daqueles da SEDESE, da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública. Aqui cabe apontar uma primeira tentativa de transversalizar a política através do estabelecimento do diálogo junto aos outros órgãos.

Sob uma perspectiva geral, é possível afirmar que ações executadas pela Coordenadoria entre os anos de 2008 e 2013 foram voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, principalmente a partir de 2008, ano da assinatura do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por parte do estado de Minas. Tais ações traduziram-se basicamente na realização de capacitações e formações, na promoção de campanhas de divulgação com vistas, principalmente à divulgação da Lei Maria da Penha, na participação e promoção de palestras e seminários, no reaparelhamento do CERNA e na construção, instalação e manutenção de centros de referência e casa abrigo para mulheres.

Pode-se dizer que houve um esforço para o cumprimento dessas metas, apesar de se observar um conjunto de ações isoladas e descoordenadas entre si. Exemplo disso foi ainda a realização de algumas ações pontuais junto ao Sistema Prisional Feminino, sob a

⁴¹ A antiga Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais atualmente responde como Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP)

abordagem de promoção da autonomia econômica, porém não sem registros de uma sistematização de atividades.

A grande maioria das ações da CEPAM foi executada com recursos de convênios celebrados junto com governo federal (MINAS GERAIS, 2014). Eliana Piola aponta que o diálogo da CEPAM junto à SPM-PR sempre foi aberto e que o órgão nunca teve dificuldade ao buscar a apoio nacional. Ademais, a ex-coordenadora aponta que, ainda que com pouco recurso estadual, mediante liberação de contrapartida, a Coordenadoria buscou estabelecer parcerias junto às associações, o que viabilizou doação de recursos.

Assim como na criação da CEPAM, o primeiro ano da SPM-MG foi de organização de ações e de conquista de espaço. Logo, o ano de 2015 consistiu em um período de composição da estrutura orgânica interna, de reuniões para definição de ações e de articulação e sensibilização dos parceiros e outros atores sociais. Neste momento foram realizadas palestras, rodas de conversa e seminários. Dado o contexto de criação de um novo órgão a ampla participação em eventos relacionados ao tema foi uma diretriz de atuação da Secretaria, com o objetivo de divulgar a existência do órgão, bem como estabelecer canais de articulação junto aos demais atores da política para as mulheres, em Minas Gerais.

Os esforços de ação do ano de 2015 voltaram-se para a organização da IV Conferência Estadual de Política para as Mulheres. A partir do tema “Mais direitos, participação e poder das mulheres”, este espaço de diálogo junto à sociedade civil e aos movimentos buscou discutir as diretrizes de políticas para as mulheres no âmbito estadual a fim de compreender as principais demandas das mulheres e revisar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais. Este foi um momento trabalhoso para a equipe, dado o desafio de organizar um evento nestas proporções, em um contexto de estruturação interna.

Sob a perspectiva de atuação junto os municípios, a realização de videoconferências foi também um estratégia da SPM-MG para alcançar a população e os atores sociais da política para as mulheres no interior do Estado de Minas Gerais. Tal de atuação conversa com a lógica de territorialização proposta pelo governo estadual, que se traduz no conceito dos 17 Territórios de Desenvolvimento⁴².

Conforme já mencionado, foi iniciado também em 2015 o processo de construção do Planejamento Estratégico da SPM-MG, junto com a FJP. Tal ação consistiu no esforço do órgão em estruturar suas frentes de trabalho a fim de consolidar a política para as

⁴² Para mais informações sobre esta política ver em: <<http://www.forunsregionais.mg.gov.br/sobre>>

mulheres em Minas Gerais mediante a sistematização das suas ações. O planejamento foi realizado conforme alinhamento à Política Nacional para as Mulheres e evidenciou a pretensão da SPM-MG de construir políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e de promoção da sua autonomia econômica, para além de contribuir com o esforço de ampliação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Minas Gerais. Os resultados deste planejamento já podem ser identificados através da realização das ações de 2016.

Embora seja possível constatar que a SPM-MG executou atividades pontuais e de iniciativa própria, como a condução de cursos, capacitações, participação em oficinas e realização de campanhas de divulgação, observa-se que o escopo das principais políticas executadas correspondem às previstas pela Política Nacional, sendo estas a criação do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas de Minas Gerais, bem como a implementação da metodologia de utilização das Unidades Móveis; a reestruturação da Câmara Técnica de Gestão do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais; o lançamento do Programa Pró Equidade de Gênero e Raça e o Lançamento do Observatório de Gênero. Todas estas ações correspondem às políticas criadas pelo governo federal e, portanto, são executadas em parceria com a SPM-PR.

A criação do Fórum de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas consistiu em vitória para o movimento de mulheres do campo. Conforme aponta Campos (2017) a instituição do Fórum Estadual foi um ponto demandado ao governo de Minas Gerais por movimentos de mulheres do campo à gestão de 2010-2014, mas não foi atendida.

[Tal criação] continuou sendo um ponto de pauta dos movimentos de mulheres, estando dentre as reivindicações da Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais (AMC) apresentadas ao poder público no documento entregue em agosto de 2015, assinalando a necessidade de sua instituição, da indicação dos movimentos sociais e a participação de diferentes secretarias do governo. Em 2016 o Fórum Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher foi instituído.

O objetivo principal desta política é de acompanhar e viabilizar a implementação das diretrizes para o enfrentamento da violência contra as mulheres do Campo, da Floresta e das Águas e, portanto, sustentar a interiorização das ações do poder público.

Cabe ressaltar que, sob a perspectiva nacional, o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado em 2007, no sentido de ser um canal permanente de diálogo entre a sociedade civil e representantes governamentais, na tentativa de “ampliar o alcance das políticas públicas e adequá-las às realidades locais” (BRASIL, 2011, p.11 apud CAMPOS, 2017). A criação do Fórum também se deu a partir das reivindicações da Marcha das Margaridas. Dele, fazem parte as principais organizações e instituições de mulheres rurais de vários estados e de órgãos federais, sob a coordenação da SPM-PR. Tendoum caráter permanente, o Fórum tem o intuito de avaliar a aplicação de políticas públicas, em nível nacional, com o foco nas questões de gênero, assim como se constituiu como um espaço para a apresentação de propostas.

A instituição do Fórum Estadual é também atribuída às ações das Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo localizadas em Minas Gerais. Elas constituem como um eixo do Programa Mulher, Viver sem Violência, lançado pela SPM-PR em 2013 e foram criadas como forma de implementar as Diretrizes e Ações Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. A Unidade Móvel de Belo Horizonte, antes sob responsabilidade da CEPAM/SEDESE, chegou ao estado de Minas Gerais em 2013, e teve o seu efetivo funcionamento apenas no ano de 2015 já a cargo da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, tendo sua manutenção custeada pela SEDPAC (CAMPOS, 2017). Neste período a SPM-MG elaborou uma metodologia própria de utilização destas Unidades, que constitui a base de ação nesta política.

Como já mencionado, para o planejamento estadual das ações do Pacto, assim como para a sua execução e monitoramento, é prevista a instauração das Câmaras Técnicas de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional. Com a mudança de governo, esta instância, que já existia em Minas Gerais desde 2009 – foi criada pela CEPAM - teve que ser reorganizada, o que ocorreu no ano de 2015 e 2016. Em 2016 ela foi restaurada, tendo sido retomadas as reuniões, porém sem ainda publicação de lei de criação e nomeação dos membros. Aqui é possível observar um ponto de continuidade da política para as mulheres iniciada pela CEPAM, tendo a Política Nacional como elo de ligação, devido ao Pacto Nacional.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça destina-se a empresas e instituições de médio e grande porte dos setores públicos e privados e tem o objetivo de

contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho (BANDEIA e ALMEIDA; 2015, p. 288). Assim, as empresas que desejam fazer parte do Programa podem aderir voluntariamente. Uma vez inserida no Programa, a empresa realiza um diagnóstico e elabora um plano de ação em que explicita como serão desenvolvidas as ações em prol da equidade de gênero e etnicorracial ao longo de 18 meses. Ao executar o plano de maneira satisfatória, a empresa ganha o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Este Programa constitui uma política já consolidada pela Secretaria, desde 2005, e, por isso, apresenta diretrizes de atuação bem definidas – o que contribui para que esta seja também uma realidade na política estadual. Em 2016 o Programa foi firmado pela SPM-MG e começou a ser implementado nas empresas públicas BDMG, CEMIG, COPASA e TV Rede Minas. O período de duração do Programa nas empresas é de 18 meses, sendo que ao fim as empresas são contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, que as certifica como organizações comprometidas e capazes de reproduzir a equidade de gênero no âmbito do mercado de trabalho.

O Observatório de Gênero é um programa da SPM-PR, lançado em 2009, com o objetivo de promover o acesso à informação e produzir conteúdos sobre igualdade de gênero e políticas para as mulheres (SPM-PR). Em Minas Gerais foi lançado pela SPM-MG, em 2016, como Observatório Estadual de Igualdade de Gênero, com o propósito efetivar um processo permanente de análise e estudos sobre a situação das mulheres nos diferentes territórios do estado em consonância com núcleos de pesquisa e extensão de Universidades como a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), e FJP. As iniciativas do Observatório são voltadas para produção e organização de dados, informações, indicadores e análises sobre gênero e política para as mulheres e seu funcionamento se dá mediante reunião junto às instituições de ensino a fim de firmar forma de produção.

É possível indicar desta forma, que a inserção da pauta das mulheres na agenda de governo nos últimos 10 anos pode ser traduzida em um conjunto de ações tematizadas, principalmente, em torno das frentes de enfrentamento à violência contra as mulheres e de autonomia econômica. Esta primeira foi o foco das ações da CEPAM, tendo em vista a priorização do tema pelo governo federal à época - o que explicita, mais uma vez, a ampla

influência nacional na construção da política para as mulheres, em Minas Gerais. De forma semelhante, observou-se a influência da SPM-PR na própria construção da SPM-MG, tendo em vista ainda a compatibilidade política entre as esferas federal e estadual, que refletiu também na implementação de políticas.

A despeito dos avanços deve-se considerar, contudo, os desafios que ainda permeiam a execução destas políticas. Além do caráter pontual da sua implementação, tais ações ainda dialogam pouco com as demais políticas estaduais, o que acaba por ferir a própria noção da transversalidade e, por isso, cumpre parcialmente a função da política de gênero. Assim, tem-se que embora muito já tenha sido feito, ainda há um longo caminho a ser trilhado na busca pela garantia dos direitos das mulheres mineiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo serão retomadas as principais etapas de formulação deste trabalho e serão propostas algumas considerações, em um balanço final, resultado da análise apresentada. Cumpre lembrar que a pesquisa realizada buscou responder a seguinte pergunta: como se deu o processo de formação de agenda de gênero em Minas Gerais?

Seu objetivo geral foi analisar o processo de construção da agenda de gênero no governo do Estado de Minas Gerais, a partir da construção dos órgãos de políticas para as mulheres, considerando a influência dos atores sociais neste processo, considerando ainda a trajetória nacional das políticas para as mulheres.

Para tanto, foi realizada uma fundamentação teórica sobre as políticas públicas, abrangendo noções do ciclo de vida da política e, mais especificamente, da formação de agenda. Neste momento foi explicitado o modelo analítico utilizado para análise na pesquisa, evidenciando o Modelo de Fluxos Múltiplos, de Kingdon (1990). Foi também discutido o papel dos atores sociais e as formas de interação destes sujeitos quando em favor das suas preferências.

Em seguida, foram evidenciadas conceituações de gênero e de desigualdade de gênero, bem como as noções de políticas públicas de gênero e sua importância para a garantia dos direitos das mulheres. Sob a perspectiva da atuação de atores políticos no processo de construção da agenda de gênero, foi identificada a participação dos movimentos feministas como peças-chave. Por isso é feita definição sobre os propósitos de ação destes atores, além de uma sistematização das formas de atuação, segundo a literatura.

De posse destas concepções, foi discutida a trajetória da agenda de gênero, no Brasil, através de um panorama deste processo de construção, que evidenciou a influência dos movimentos sociais como importantes atores políticos. Enfim, foi apresentada a análise do processo de construção da agenda de gênero, em Minas Gerais, a partir do estudo documental e das entrevistas realizados, tendo como base o aporte teórico apresentado.

A metodologia deste trabalho teve caráter qualitativo e baseou-se na utilização de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com atores importantes no processo de instituição dos órgãos estudados.

A análise discutida apontou para a importância da trajetória nacional na construção da agenda de gênero no Estado de Minas, identificando o governo federal como ator influente neste processo. Neste sentido, em observância, principalmente à organização federativa brasileira, notou-se a existência de um movimento de estruturação da política no âmbito nacional e posterior indução às esferas subnacionais de incorporação das ações à agenda. Assim, a criação da SPM-PR pôde ser identificada como uma janela de oportunidade para a inserção da pauta das mulheres na agenda decisional mineira, uma vez que figurou como circunstância favorável ao reconhecimento da desigualdade de gênero como um problema político.

No que tange à atuação dos movimentos sociais, estes foram identificados como importantes atores nesta trajetória, entendendo que concentraram sua forma de atuação, principalmente, mediante reivindicação e pressão ao poder público. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que na gestão PT (2015-2018) os movimentos tiveram mais espaço de atuação e, portanto, mais espaço para construção e consolidação de demandas. Ademais, os movimentos sociais destacam-se enquanto espaços de fortalecimento das mulheres e internalização de perspectivas de mudanças, que mesmo desafiadoras, se assumem enquanto primordiais para superação e enfrentamento do problema.

A ascensão da pauta das mulheres à agenda governamental em Minas Gerais se deu, inicialmente, mediante influência do contexto nacional, como pôde se observar. Sob a perspectiva analítica, a criação da SPM-PR foi compreendida como a consolidação de uma janela de oportunidade que, contudo, só foi contemplada mediante contexto eleitoral, em 2007, com a criação da CEPAM, na gestão PSDB, 2007-2011. Até esta data, apontou-se para a inexistência de uma estrutura formal responsável pelas políticas para mulheres no governo, o que pode evidenciar a falta de priorização e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres de uma forma geral no estado, até então.

A análise do relatório oficial utilizado aponta que este órgão foi criado mediante demandas já vocalizadas pela sociedade civil pelo desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres para o enfrentamento da violência contra a mulher por meio de instâncias participativas como o Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres e a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Apesar disso, é possível apontar reduzida participação de atores sociais no processo de formação desta agenda, indicando que não houve uma construção conjunta entre Estado e movimentos sociais nos momentos de elaboração do Plano

de Governo ou instituição da Coordenadoria. Contudo, no processo de construção das políticas os movimentos de mulheres conseguiram atingir a esfera governamental por meio das Conferências Estaduais de Política para as Mulheres.

Mediante a mudança de governo, a pauta das mulheres permaneceu na agenda mineira. A proposta de gestão participativa da atual gestão PT (2015-2018), que previu o diálogo junto aos diversos segmentos da sociedade civil como um dos principais norteadores da ação do governo, viabilizou a interface junto aos movimentos sociais, que contribuiu para a construção de uma agenda decisional mais plural e próxima da realidade social.

Assim, para além do contexto nacional, pode-se afirmar que tal contexto eleitoral figurou como uma janela de oportunidade para inserção da pauta das mulheres na agenda deste governo. Observou-se que o ambiente federal favorável contribuiu para esta ascensão tendo em vista, principalmente a compatibilidade partidária e, portanto, programática dos dois governos, nacional e estadual. O caráter progressista e historicamente vinculado aos movimentos do PT, neste sentido, contribuiu para o fortalecimento desta pauta na esfera estadual.

O estudo apontou para importantes aspectos da interface entre a participação social, a formação de agenda e a elaboração de políticas. As etapas estaduais e nacionais das Conferências de Políticas Públicas, realizadas tanto pela CEPAM, quanto pela SPM-MG em resposta à estrutura nacional, figuram, neste sentido, como importantes canais de expressão capazes de evidenciar o poder público as demandas das mulheres.

No que tange à formação e implementação de políticas, pode-se apontar que a Coordenadoria voltou-se majoritariamente para a execução de políticas voltadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres que se deu em resposta, principalmente, ao Pacto Nacional. Evidencia-se, mais uma vez, a influência do governo federal sobre a política estadual. Ainda assim, nota-se que a execução de ações se deu de forma pontual e pouco sistematizada em torno de uma continuidade.

Sob esta mesma perspectiva, as observações sobre a SPM-MG devem ser feitas com cautela, uma vez que se trata de um órgão recentemente criado e, portanto, com menos tempo de implementação e apresentação de resultados. Mediante as políticas apresentadas observou-se atenção do órgão às duas principais frentes de atuação postas pelo governo federal sendo a execução das atividades, em sua maioria, alinhadas àquelas já existentes na SPM-PR, o que pode significar maior consistência e continuidade.

As questões apresentadas por esta pesquisa mostram-se relevantes para os estudos de gênero e de políticas públicas de gênero. Assim, contribui-se com o fortalecimento de pesquisas focadas nos desafios historicamente enfrentados pelas mulheres na sociedade, bem àqueles referentes à atuação do poder público mediante esta questão. Além disso, por meio da análise realizada, busca-se colaborar com a sistematização de informações referentes à pauta de gênero do Estado de Minas Gerais oferecendo à administração pública uma possibilidade de observação e compreensão das ações já realizadas até o presente momento.

No que diz respeito às limitações metodológicas deste estudo aponta-se para o horizonte temporal utilizado, considerando o recorte de dez anos, que abarca a ascensão da pauta feminista à agenda decisional mineira, traduzida com a criação da CEPAM. Assim, a análise não se aprofundou no período anterior à esta instituição. Ademais, pode-se ainda apontar para a interlocução junto aos atores, compreendendo-se que poderiam ter considerados outros, na medida em que foram realizadas quatro entrevistas. O acesso aos documentos oficiais também deve ser apontado, uma vez que, dada a extinção da CEPAM houve dificuldade de localizar todas as informações que dizem respeito à formação do órgão e à execução das políticas.

Assim, diante deste trabalho, que propõe analisar o processo de formação da agenda de gênero no Estado de Minas Gerais, é possível propor algumas possibilidades de pesquisa, tais quais uma análise mais que aprofunde a compreensão sobre as etapas de formulação e execução das políticas públicas, resultantes da criação dos órgãos estudados. Ademais, pode-se propor um estudo que busque contemplar ainda o processo de avaliação e monitoramento destas políticas a fim de identificar, enfim, a efetividade destas ações frente às suas beneficiárias, as mulheres mineiras.

A despeito da criação da SPM-MG, verificou-se, enfim, que a pauta das mulheres ainda não figura como uma prioridade do governo de Minas Gerais. Por isso a formulação e a execução das políticas para as mulheres ainda enfrente desafios em diversas ordens, principalmente no que tange ao orçamento e ao patrocínio político. Neste contexto, aponta-se para o eminente retrocesso vivido pela pauta feminista junto às desconstruções em relação aos direitos e conquistas populares, e assim, das possibilidades de ação diante deste contexto que estabelece um cenário não favorável de oportunidades políticas.

As medidas adotadas no país, sobretudo nos anos de 2016 e 2017, como a extinção de secretarias e ministérios, por exemplo, e a deslegitimação progressiva das mulheres enquanto sujeitos políticos, apresentam impacto substancial nas iniciativas e

propostas de intervenções que dizem respeito à promoção de direitos conquistados que possam garantir a cidadania das mulheres. Desta forma, fica claro que a despeito dos eminentes avanços já conquistados, a luta das mulheres é diária e deve ser vigilante, tendo em vista, principalmente, a estrutura institucionalmente patriarcal que ainda baliza as decisões políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, p. 41-67, 2005

AGUIAR, Neuma Figueiredo de. Patriarcado. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência.** Belo Horizonte: Editora Fiocruz. p. 170-172. 2015

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia.** São Paulo Perspec. 2004, vol.18, n.2, pp.17-26.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas.** In: SWAIN, Tânia N, MUNIZ, Diva do C. G. (Orgs). Mulheres em ação – práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; BH: PUC/MG, p. 169-193, 2005

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **A transversalidade de gênero nas políticas públicas.** Revista do CEAM, Brasília (DF), v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Políticas Públicas de Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência.** Belo Horizonte: Editora Fiocruz, p. 275-277, 2015.

BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito.** In: XXVI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2015, Belo Horizonte. **Artigo.** Belo Horizonte: Conpedi, 2015. p. 1 - 32.

BOHN, Simone. **Feminismo Estatal Sob a Presidência Lula: O Caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.81-106, jul. 2010.

BORGES, Cláudia Andréa Mayorga. Machismo. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e**

Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência. Belo Horizonte: Editora Fiocruz. p.213-214. 2015.

BRASIL, F. P., & REIS, G. G. (2015). Democracia, **participação e inclusão política: Um estudo sobre as conferências de políticas para mulheres em Belo Horizonte.** Revista do Serviço Público, 66 (1), 7-27.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Os 25 anos da Carta Magna brasileira.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **IPacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **II Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2004-2011.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Secretaria Especial de Política para as Mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.353**, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.539**, de 23 de setembro de 2002. Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.683**, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória nº 37**, de 8 de maio de 2002. Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória nº 103**, de 1 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória nº 696**, de 2 de outubro de 2015. Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726**, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

CALMON, Paulo Carlos Du Pin; COSTA, Marcelo Marchesini da. **Análise de Políticas Públicas no Brasil: Estudos Sobre a Formação da Agenda Governamental**. In: XXXI Encontro da ANPAD, 3., 2007, Rio de Janeiro. **Artigo**. Rio de Janeiro: Anpad. p. 1 – 16, 2007.

CAMPOS, Mariana de Lima. **Movimentos de mulheres do campo e políticas públicas: uma análise do papel dos movimentos sociais em relação às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres em Minas Gerais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017.

EASTON, David (Org.). **Modalidades de Análise Política**. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, Capítulo 7, 1970.

ELAZAR, Daniel J. (comp.). **Federal Systems of the World: A Handbook of Federal, Confederal and Autonomy Arrangements**. Harlow, UK, Longman Group, 1994.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47, jan. 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas Públicas e gênero**. In: Políticas públicas e igualdade de gênero/ Tatau Godinho (org). Maria Lúcia da Silveira (org). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

FARIA, C.F.; PETINELLI, V.; LINS, I.L. 2012. **Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?** Revista Brasileira de Ciência Política, 7, pp. 249-284.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 21, p. 211-259, 2000.

GOMIDE, A. A. Transporte **Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana**. Brasília: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1334).

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. IPEA, 2016. Disponível em

<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf>
Acesso em: 15out. 2016.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. New York: HarperCollins, 1990.

LOWI, Theodore J. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul/ago. 1972.

MATOS, Marlise. Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**. Belo Horizonte: Editora Fiocruz. p. 153-155. 2015

MENICUCCI, T. M. G.; BRASIL, F. D. **Construção de agendas e inovações institucionais: análise comparativa da reforma sanitária e da reforma urbana**. Estudos de Sociologia, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 369-396, 2010.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Plano de Governo**. Plano de Governo Aécio Neves (2007-2011). Secretaria de Estado de Governo. Belo Horizonte, 2011.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Plano de Governo**. Plano de Governo Fernando Pimentel(2015-2018). Secretaria de Estado de Governo. Belo Horizonte, 2015.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Plano Estadual de Políticas para Mulheres**. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Planejamento Estratégico**. Planejamento Estratégico da Subsecretaria de Políticas para Mulheres (2016-2018). Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Belo Horizonte, 2016.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Relatório**. Memória de Atividades executadas pela SPM-MG no ano de 2015. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Belo Horizonte, 2015.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Relatório**. Principais ações e resultados das políticas públicas para mulheres implementadas pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres – CEPAM, no período 2007-2014. Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Relatório**. Principais ações executadas pela SPM-MG no ano de 2016. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Belo Horizonte, 2016.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Relatório**. III Conferência de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Belo Horizonte, 2011.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Centro Parto Normal** Secretaria de Estado de Saúde, 2009. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/component/search/?all=mulheres%202009&exact=&any=&no ne=&created=&modified=&from=8&area=stories>>. Acesso em 16 out. 2016.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Projeto Maria da Penha Vai à Escola**. Secretaria de Estado de Educação, 2012. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/7777-gibi-incentiva-escolas-a-discussao-da-lei-maria-da-penha>>. Acesso em 16 out. 2016.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.459**, de 12 de fevereiro de 2007. Estabelece a estrutura orgânica das Secretarias de Estado e Órgãos Autônomos do Poder Executivo.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.978**, de 9 de dezembro de 2008. Estabelece a estrutura orgânica das Secretarias de Estado e Órgãos Autônomos do Poder Executivo. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.536**, de 27 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 46.242**, de 5 de maio de 2013. Dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o comitê estadual de gestão do atendimento humanizado às vítimas de violência sexual - CEAHVIS.

MINAS GERAIS. **Lei nº 17.357**, de 8 de janeiro de 2008. Altera as Leis Delegadas nº 120 e nº 123, de 25 de janeiro de 2007, as Leis Delegadas nº 174 e nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e a Lei nº 11.456, de 25 de abril de 1994.

MINAS GERAIS. **Lei nº 21.693**, de 26 de março de 2015. Altera a Lei Delegada nº179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 120**, de 25 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

OKIN, Susan M. **Gênero, o público e o privado**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2):305-332, mai-ago, 2008.

PINTO, Céli R. J. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. Fundação Perseu Abramo (Coleção Histórias do Povo Brasileiro). São Paulo, 2003. 119p.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?**. In: ALGRANTI, Leila (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

PITANGUY, Jacqueline. **Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil**. CEPAL, Governabilidad Democrática e Igualdad de Género en América Latina y el Caribe. Estudios Nacionales, noviembre de 2002. Disponível em: <
<http://www.cepal.org/mujer/proyectos/governabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>> Acesso em 01 mai. 2017.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. *O Estudo da Política*: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1997.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para Aprender Políticas Públicas**. Volume I: Conceitos e Teorias. Brasília: IGEPP, 2012.

RUBIN, G. **O tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política dos sexos** [1975]. Trad. Christiane Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 1979.

ROMANI, Jacqueline Pitanguy de. Assimetria de Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e**

Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência. Belo Horizonte: Editora Fiocruz. p.42-43. 2015.

RODDEN, Jonathan. **Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas.** Rev. Sociol. Polit. 2005, n.24, pp.9-27.

RIKER. Federalism. In: GREENSTEIN, F. and POLSBY, N. (ed.). **Handbook of Political Science.** Massachusetts, Addison Wesley Publishing Company, v.5, 1975.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99. 1995

SENKEVICS, Adriano. **O conceito de gênero por HeleiethSaffioti: dos limites da categoria gênero.** 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/14/o-conceito-de-genero-por-heleieth-saffioti-dos-limites-da-categoria-genero/>>. Acesso em: 4 out. 2016.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e Movimentos de Mulheres.** Recife: Sos Corpo, 2013. 72 p.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE ENTREVISTADAS

1. Nome: Eliana Ferreira da Glória e Silva
Cargo: Ex-Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (2007-2014)
Data da Entrevista: 19 de janeiro de 2017
Local da Entrevista: Rua Pernambuco, 753 – Funcionários. Belo Horizonte, MG.
Entrevistadora: Luisa Silva Guimarães
Transcrição: Luisa Silva Guimarães
Data da Transcrição: 03 de março de 2017

2. Nome: Áurea Carolina de Freitas e Silva
Cargo: Ex-Subsecretária da Política para as Mulheres de Minas Gerais (2015)
Data da Entrevista: 15 de fevereiro de 2017
Local da Entrevista: Câmara Municipal de Belo Horizonte - Av. dos Andradas, 3100 - Santa Efigênia, Belo Horizonte – MG.
Entrevistadora: Luisa Silva Guimarães
Transcrição: Luisa Silva Guimarães
Data da Transcrição: 22 de fevereiro de 2017

3. Nome: Larissa Amorim Borges
Cargo: Subsecretária da Política para as Mulheres de Minas Gerais (2015-2018)
Data da Entrevista: 02 de fevereiro de 2017
Local da Entrevista: Cidade Administrativa - Av. Prefeito Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde, Belo Horizonte - MG
Entrevistadora: Luisa Silva Guimarães
Transcrição: Luisa Silva Guimarães
Data da Transcrição: 22 de fevereiro de 2017

4. Nome: Renata Adriana Rosa

Cargo: Superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional (2015-2018)

Data da Entrevista: 19 de abril de 2017

Local da Entrevista: Cidade Administrativa - Av. Prefeito Américo Gianetti, 4143 - Serra Verde, Belo Horizonte - MG

Entrevistadora: Luisa Silva Guimarães

Transcrição: Luisa Silva Guimarães

Data da Transcrição: 5 de maio de 2017

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EX-COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (CEPAM)

1. Conte-me, por favor, sobre como foi o processo de criação e estruturação da CEPAM, o qual a senhora participou?
2. E sobre os processos de planejamento estratégico e da execução das políticas, conte-me como foi?
3. Quais foram os principais desafios desses processos?
4. Qual era, nessa época, o contexto (nacional e estadual) das políticas para as mulheres? E qual era a relação do Governo de Minas Gerais com o Governo Federal, neste aspecto?
5. Como a senhora avalia a atuação da CEPAM, no período de 2007 a 2015, enquanto órgão responsável pela elaboração, coordenação, apoio, execução e avaliação das políticas públicas voltadas para mulheres, no Estado de Minas Gerais?
6. E como a senhora avalia a importância da CEPAM neste aspecto?
7. Qual a sua avaliação sobre eficiência da execução das políticas públicas, propostas pela CEPAM, para as mulheres, e sobre seu impacto na vida das beneficiárias?
8. Existe alguma política, em especial, a qual a senhora gostaria de apontar?
9. Como a senhora entende o papel do Estado, enquanto ente garantidor de direitos para as mulheres?
10. Como entende os desdobramentos do contexto atual (político, social e econômico) para as mulheres e para as políticas para as mulheres?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EX-SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (SPM-MG)

1. Conte-me, por favor, sobre como foi o processo de criação e estruturação da SPM-MG, o qual a senhora participou? E sobre processos de planejamento estratégico e das políticas, como foram?
2. Quais foram, na sua opinião, os principais desafios desse processo?
3. Qual era, nessa época, o contexto (nacional e estadual) das políticas para as mulheres? E qual era a relação do Governo de Minas Gerais com o Governo Federal, neste aspecto?
4. Durante a sua gestão na SPM-MG, como a senhora avalia atuação da SPM-MG enquanto órgão estadual garantidor desses direitos?
5. Na sua concepção, o que a instituição da SPM-MG significa para a luta a favor da garantia de direitos para as mulheres?
6. A senhora enxergou, à época, continuidade das políticas, antes executadas pela Cepam, no âmbito da SPM-MG?
7. Existe alguma política, em especial, a qual a senhora gostaria de apontar?
8. Como entende os desdobramentos do contexto atual (político, social e econômico) para as mulheres e para as políticas para as mulheres?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES (SPM-MG)

1. Conte-me, por favor, sobre como foi o processo de criação e estruturação da SPM-MG, o qual a senhora participou?
2. A senhora, enquanto Subsecretária desse órgão participou dos processos de planejamento estratégico e das políticas? Conte-me como foi?
3. E quais foram os principais desafios desses processos?
4. Como a senhora avalia a importância desses processos para a Subsecretaria?
5. Qual era, nessa época, o contexto (nacional e estadual) das políticas para as mulheres? E qual era a relação do Governo de Minas Gerais com o Governo Federal, neste aspecto?
6. As políticas, ações e atividades executadas até então pela SPM-MG foram pensadas com base em algum outro Plano ou diretriz? Qual é o norte utilizado pela Secretaria, nesse sentido?
7. Na sua concepção, o que a instituição da SPM-MG significa para a luta a favor da garantia de direitos para as mulheres?
8. Nestes dois anos como a senhora avalia atuação da SPM-MG enquanto órgão estadual garantidor desses direitos?
9. Qual a sua avaliação sobre eficiência de execução das políticas públicas, propostas pela SPM-MG, para as mulheres? E sobre seu impacto na vida das beneficiárias, qual a sua avaliação?
10. A senhora entende que o Planejamento Estratégico feito corresponde à execução dessas políticas?
11. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados, hoje, pela SPM-MG?
12. E o que acha que o órgão ainda pode/poderia fazer para lidar com eles?
13. Existe alguma política, em especial, a qual a senhora gostaria de apontar?
14. A senhora enxerga continuidade das políticas, antes executadas pela CEPAM, no âmbito da SPM-MG?
15. A senhora participou (já como Subsecretária de Políticas para as Mulheres) da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, que serviu de base para o atual

Planejamento Estratégico da SPM-MG. Como avalia a importância deste evento para a Subsecretaria?

16. O Conselho Estadual da Mulher (CEM-MG) foi criado há mais de 30 anos, em 1983, e atua hoje sob coordenação da SPM-MG. Como a senhora avalia a atuação desse órgão, que perpassou tantas gestões e contextos?
17. E sobre o Cerna, como a senhora entende a atuação desse órgão?
18. Como entende os desdobramentos do contexto atual (político, social e econômico) para as mulheres e para as políticas para as mulheres?
19. E quais são as suas perspectivas de atuação da SPM-MG, para o futuro?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUPERINTENDENTE DE AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SUAT)

1. Como sabemos que a senhora esteve como Superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional desde a instituição da SPM-MG. Por isso eu gostaria que você falasse sobre este processo de criação do órgão, por favor: como foi feita a definição da estrutura orgânica da SPM-MG, como foram pensadas as primeiras ações da Subsecretaria.
2. Qual foi a relação estabelecida entre as ações da SPM-MG e a Política Nacional para as Mulheres?
3. Como a senhora compreende a importância da Superintendência de Autonomia Econômica das Mulheres e Articulação Institucional para as políticas para as mulheres?
4. A senhora pode nos falar um pouco sobre as principais ações desenvolvidas pela SUAT? (Cone(x)idades, Pró-Equidade, Observatório de Gênero, Comitê de Transversalidade)
5. Apesar de sabermos que o idealmente o Estado deveria abarcar a noção de gênero nas suas políticas, e não apenas políticas para as mulheres, sabe-se que a nomenclatura dos órgãos ainda indica “Política para as Mulheres”. Enquanto militante do movimento feminista, estudiosa do tema e, atualmente, gestora na SPM-MG, como você compreende esta questão?

APÊNDICE F – AÇÕES EXECUTADAS PELA CEPAM (2017/2014)

Quadro 02 – Ações executadas pela CEPAM (2007/2014)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2007	Participação e realização da II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres	Analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I Conferência e avaliar a implementação do I PNPM	Representantes de instituições, órgãos e entidades, além dos representantes das prefeituras municipais de Minas Gerais	Belo Horizonte	R\$ 185.000,00
2007	Participação na Conferência Nacional de Políticas para Mulheres	Representar o Estado de Minas (183 Delegadas) e apresentar demandas expostas na II Conferência Estadual	Representantes da sociedade civil e do Poder Público dos entes federativos do Brasil	Brasília	-
2007	Serviço Itinerante de Caminhão da Saúde, em parceria com SESC ⁴³	Realizar serviço de atendimento itinerante com exames preventivos de mamografia, papanicolau, ultrassonometria óssea, ultrassonografia e feira da saúde.	Mulheres dos municípios atendidos	Várzea da Palma, Paracatu e Estiva	R\$ 54.015,40
2007	Casa própria COHAB ⁴⁴	Apresentar para a COHAB proposta para pontuação adicional diferenciada para mulheres na aquisição de casa própria ⁴⁵	Mulheres usuárias dos serviços da COHAB, em Minas Gerais.	Belo Horizonte	-

(continua)

⁴³ Serviço Social do Comércio.

⁴⁴ Companhia de Habitação do estado de Minas Gerais.

⁴⁵ A proposta foi acatada e, assim, as mulheres passaram a ter um “plus” na pontuação para aquisição de casa da COHAB.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2007	Reabertura e reestruturação do CERNA	Reabrir e organizar internamente o CERNA	Mulheres de Belo Horizonte e Região Metropolitana	Belo Horizonte e Região Metropolitana	-
2008	Construção de dois Centros de Referência da Mulher	Construir e equipar dois Centros de Referência das Mulheres em Minas Gerais	Mulheres dos municípios atendidos	Buritis e Jequitinhonha	R\$ 500.000,00
2008	Instalação e manutenção de duas Casas Abrigo para Mulheres	Instalar e manter duas Casas Abrigo em Minas Gerais	Mulheres dos municípios atendidos	Poços de Caldas e Governador Valadares	R\$ 150.000,00
2008	Campanha de Prevenção ao Câncer de Mama	Realizar Campanha de Prevenção ao Câncer de Mama, através da exposição “De Peito Aberto”, em parceria com a ALMG e SES ⁴⁶	Mulheres mineiras	Belo Horizonte	R\$ 25.000,00
2008	Campanha de Divulgação para Enfrentamento à Violência contra a Mulher	Realizar divulgação do tema em estações de rádio da capital e do interior e com material informativo, impresso de forma convencional, transcrito em Braille e gravado em Libras	Mulheres mineiras em geral	Todos os municípios de Minas Gerais	R\$ 400.000,00

(continuação)

⁴⁶ Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2008	Elaboração da Proposta de Ações Integradas para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Estado de Minas Gerais	Elaborar projeto ⁴⁷ para obtenção de Recurso Federal, em parceria entre a SEDESE ⁴⁸ e a SPM-PR ⁴⁹	Mulheres mineiras em geral	Belo Horizonte	-
2008	Palestras sobre Lei Maria da Penha, relações de gênero e temas afins	Realizar palestras para informação e conscientização sobre políticas públicas e violência contra as mulheres para profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Belo Horizonte, Itabira, Lavras, Nova Lima, Uberaba, Divinópolis, Extrema, Pouso Alegre, Verdelândia, Governador Valadares	-
2008	Seminário ⁵⁰ Regional “Violência contra a mulher e uma reflexão sobre a implementação da Lei Maria da Penha”	Informar sobre a violência contra as mulheres e os mecanismos de ação da Lei Maria da Penha	Profissionais do Centro	Pouso Alegre	R\$ 7.774,70

(continuação)

⁴⁷ O projeto foi aprovado, com assinatura no final do ano, e início de execução no final de 2009.

As ações previstas foram:

- Reaparelhamento do CERNA e 31 Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, com veículos, motos e equipamentos de informática;
- Capacitação de 400 Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
- Realização de Campanha de Divulgação do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

⁴⁸ Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais.

⁴⁹ Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República.

⁵⁰ Seminário realizado por meio de convênio com o Centro Integrado de Apoio à Mulher (CIAMPAR).

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2008	Capacitação para Trabalhadoras Rurais, junto à Associação da Cavalhada Feminina de Mateus Leme	Capacitar trabalhadoras rurais visando fomento da autonomia econômica	Trabalhadoras Rurais do município atendido	Mateus Leme	R\$ 5.700,00
2008	Serviço Itinerante de Caminhão da Saúde, em parceria com SESC	Realizar serviço de atendimento itinerante com exames preventivos: mamografia, papanicolau, ultrassonometria óssea, ultrassonografia e feira da saúde	Mulheres dos municípios atendidos	Belo Vale, Carmo do Cajuru e Extrema	R\$ 56.972,80
2008	Incentivo ao Empreendedorismo para Mulheres	Confeccionar fraldas descartáveis destinadas à população carente/doente de Pouso Alegre	Mulheres trabalhadoras e mulheres carentes	Pouso Alegre	R\$ 6.949,90
2008	Realização de atividades de Cultura Afro e valorização da autoimagem de mulheres no Presídio Feminino José Abranches Gonçalves	Realizar atividades de teatro, dança afro-brasileira, música, oficinas de história, oficinas de penteado afro, cerâmica, pintura, bijuterias, além de palestras e atividades trabalhadas na escola do Presídio ⁵¹	Mulheres em privação de liberdade e equipe de funcionárias do Presídio	Ribeirão das Neves	R\$ 12.127,50

(continuação)

⁵¹ O projeto foi executado pelo CELEBRAMINAS.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2008	Convênio de Cooperação Técnica com Centro Universitário UNA	Realizar convênio para atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência	Mulheres vítimas de violência	Belo Horizonte	-
2008	Atendimento ⁵² do CERNA	Prestar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres vítimas de violência	Mulheres de Belo Horizonte e Região Metropolitana	Belo Horizonte e Região Metropolitana	-
2008	Parceria com ACASP ⁵³ , de Divinópolis	Realizar atendimento psicossocial às famílias e promover mediação de conflitos e atendimento aos agressores das mulheres	Mulheres, suas famílias e agressores	Divinópolis	R\$ 30.000,00
2008	Parceria com ALEM ⁵⁴ , de Belo Horizonte	Promover o atendimento às mulheres lésbicas vítimas de violência, auxiliar a promoção de sua cidadania, além de adotar medidas integradas de diferentes áreas de serviços públicos para promoção da autonomia das mulheres atendidas	Mulheres lésbicas	Belo Horizonte	R\$ 3.500,00

(continuação)

⁵² Foram contabilizados, neste ano, 619 atendimentos.

⁵³ Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública.

⁵⁴ Associação Lésbica de Minas.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2008	Parceria com IJUCI ⁵⁵ , de Belo Horizonte	Promover atendimento jurídico às mulheres atendidas pelo CERNA	Mulheres atendidas pelo CERNA	Belo Horizonte e Região Metropolitana	R\$ 12.000,00
2008	Parceria com Instituto Albam, de Belo Horizonte	Promover atendimento em grupo diferenciado para homens e mulheres envolvidos em violência doméstica	Mulheres e homens envolvidos em violência doméstica	Belo Horizonte e Região Metropolitana	R\$ 24.572,48
2009	Serviço Itinerante de Caminhão da Saúde, em parceria com SESC	Realizar serviço de atendimento itinerante com exames preventivos: mamografia, papanicolau, ultrassonometria óssea, ultrassonografia e feira da saúde	Mulheres dos municípios atendidos	Pirapora, Monte Sião, Miradouro, Camanducaia, Montes Claros, Santana do Paraíso, Jesuânia, Além Paraíba, Carmópolis de Minas, Borda da Mata, Inconfidentes, Natércia e Piranguçu	R\$ 500.000,00
2009	Atendimento ⁵⁶ do CERNA	Prestar atendimento psicossocial e jurídico a mulheres vítimas de violência	Mulheres de Belo Horizonte e Região Metropolitana	Belo Horizonte e Região Metropolitana	-

(continuação)

⁵⁵ Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania.

⁵⁶ Foram contabilizados, neste ano, 1.380 atendimentos.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2009	Capacitação em bordado e estética, em parceria com CUFA ⁵⁷	Capacitar mulheres idosas em bordado em vagonite e mulheres negras jovens e desempregadas, em técnicas de estética afro	Mulheres idosas e mulheres negras desempregadas	Belo Horizonte	R\$ 15.215,40
2009	Projeto “Mulheres em Construção”, em parceria com Instituto Yara Tupinambá	Capacitar mulheres para atuar no ramo da construção civil	Mulheres dos municípios atendidos	Belo Horizonte, Divinópolis, Itaobim, Manhumirim, Patrocínio, Piranga, Poços de Caldas e Pouso Alegre	-
2009	Palestras sobre Lei Maria da Penha e relações de gênero	Informar e conscientizar profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e público em geral sobre as políticas públicas de violência contra as mulheres	Profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e público em geral dos municípios atendidos	Alfenas, Belo Horizonte, Bonfinópolis, Brasília, Cachoeira de Minas, Cambuí, Carmópolis de Minas, Extrema, Gonzaga, Pirapora, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Várzea da Palma	
2009	Manutenção da Casa Abrigo de Poços de Caldas	Manutenciar funcionamento da Casa, para melhor atendimento às mulheres vítimas de violência	Mulheres vítimas de violência do município atendido	Pouso Alegre	R\$ 60.000,00

(continuação)

⁵⁷ Central Única das Favelas.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2009	Ação junta à ACASP	Realizar atendimento psicossocial de mulheres vítimas de violência	Mulheres vítimas de violência do município atendido	Divinópolis	R\$ 20.000,00
2009	Parceria com Instituto ALBAM	Realizar atendimento psicossocial de mulheres vítimas de violência	Mulheres vítimas de violência	Belo Horizonte	R\$ 12.480,00
2009	Reforma da Casa Abrigo de Montes Claros	Manutenciar funcionamento da Casa para melhor atendimento às mulheres vítimas de violência	Mulheres vítimas de violência do município atendido	Montes Claros	R\$ 30.000,00
2009	Capacitação de profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	Capacitar profissionais de atendimento às mulheres vítimas de violência	Técnicos de Prefeituras, Conselhos Municipais, Centros de Referência e Coordenadorias da Mulher.	Municípios pólo de Minas Gerais	-
2009	Seminário Internacional de Integração da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	Discutir sobre vivências e experiências das Redes de Enfrentamento	Representantes dos municípios pólo de Minas Gerais, ONGS de enfrentamento à violência contra a mulher, técnicos do CERNA e da SEDESE	Belo Horizonte	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2009	Capacitação para o fortalecimento da Lei Maria da Penha	Orientar e sensibilizar agentes	Profissionais de Centros de Referência e Casas Abrigo do Estado de Minas Gerais	Municípios de Minas Gerais ⁵⁸	-
2009	Capacitação dos Técnicos de atendimento do CERNA	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência de atendimento	Assistentes Sociais, Advogadas(o) e Psicólogas(o) do CERNA	Belo Horizonte	-
2009	Capacitação de Conselheiras Municipais de Direito da Mulher e outros técnicos	Orientar e sensibilizar Conselheiras e técnicos de atendimento	127 ⁵⁹ Conselheiras e outros técnicos de atendimento dos municípios atendidos	Ribeirão das Neves e Pirapora	-
2009	Formação em Gênero e Violência Doméstica	Formar e conscientizar agentes e técnicos	117 Técnicos de Prefeituras, Delegacias, Psicólogos, entre outros profissionais	Belo Horizonte	-
2009	Capacitação em Gênero e Intersetorialidade ⁶⁰	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	71 Técnicos do CERNA	Belo Horizonte	-
2009	Pesquisa Sobre Mulheres em Situação de Violência no Estado de Minas Gerais	Compor base de dados da CEPAM	CEPAM	Belo Horizonte	-

(continuação)

⁵⁸ Não foram especificados quais.

⁵⁹ Sendo 50 Conselheiras em Belo Horizonte e 77, em Pirapora.

⁶⁰ Capacitação realizada junto ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, do Instituto ALBAM, à Secretaria de Estado da Saúde e à Polícia Militar.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2010	Parceria com IJUCI e com a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, de Poços de Caldas.	Manutenciar unidades de atendimentos para mulheres e promover atendimento psicossocial e jurídico a mulheres vítimas de violência.	Mulheres vítimas de violência do município atendido	Poços de Caldas	R\$ 70.000,00 ⁶¹
2010	Capacitação de profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres ⁶²	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	1.000 profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Técnicos da Secretaria de Estado de Defesa Social e Guarda municipal de Belo Horizonte	Belo Horizonte	-
2010	Capacitação e Inserção Produtiva para Mulheres	Capacitar mulheres para produção de artesanato	Mulheres dos municípios atendidos	Gonzaga, Divinópolis, Ibiaí e Presidente Bernardes	R\$ 53.284,16
2010	Capacitação e Inserção Produtiva para Mulheres	Promover capacitação profissional para reinserção social de internas do Presídio Estêvão Pinto	Presidiárias internas do Presídio Estêvão Pinto	Belo Horizonte	R\$ 33.625,00

(continuação)

⁶¹ Sendo R\$ 10.000,00 para o IJUCI E R\$ 60.000,00 para a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência.

⁶² Capacitação para cumprimento da Lei Maria da Penha.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2010	Reaparelhamento de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres ⁶³	Melhorar condições de atendimento às mulheres vítimas de violência	Mulheres vítimas de violência dos municípios atendidos	Alfenas, Araguari, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Buritis, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Curvelo, Divinópolis, Formiga, Governador Valadares, Guaxupé, Ibirité, Ipatinga, Itajubá, Itaúna, Janaúba, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Leopoldina, Manhuaçu, Montes Claros, Muriaé, Pará de Minas, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedro Leopoldo, Pirapora, Poços de Caldas, Ponte Nova, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santos Dumont, São João Del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Unaí e Varginha	R\$ 111.324,20 ⁶⁴

(continuação)

⁶³ Realizado reaparelhamento de 48 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, com fornecimento de 25 viaturas, 37 motos, e diversos móveis e equipamentos de escritório.

⁶⁴ Valor Federal investido, de R\$ 954.981,29.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2010	Campanha de Divulgação para Enfrentamento à Violência contra a Mulher ⁶⁵	Conscientizar e alertar a população sobre a violência contra a mulher	População de Minas Gerais	Municípios de Minas Gerais	R\$ 90.354,42 ⁶⁶
2010	Palestras sobre Lei Maria da Penha e relações de gênero ⁶⁷	Informar e conscientizar profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher sobre políticas públicas e violência contra as mulheres.	Profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Belo Horizonte, Betim, Cataguases, Ibirité, Itaúna, Pirapora, Presidente Bernardes, Brasília e São Paulo	-
2011	Participação e realização da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais ⁶⁸	Elaborar políticas voltadas à construção da igualdade, a partir dos eixos do II PNPM.	Representantes de instituições, órgãos e entidades, além dos representantes das prefeituras municipais de Minas Gerais	Belo Horizonte	-
2010	Atendimento às mulheres vítimas de violência, pelo CERNA ⁶⁹	Promover atendimento psicossocial e jurídico às mulheres vítimas de	Mulheres de Belo Horizonte e Região Metropolitana	Belo Horizonte e Região Metropolitana	-

(continuação)

⁶⁵ Realização de campanha de enfrentamento a violência contra a mulher, por meio da divulgação em rádios da capital e do interior e com material informativo, impresso de forma convencional e transcrito em Braille.

⁶⁶ Valor Federal investido, de R\$ 131.524,09.

⁶⁷ Foram contabilizados 3.078 participantes.

⁶⁸ A III CEPM-MG teve participação de 103 instituições, entre órgãos e entidades, além dos representantes das prefeituras municipais totalizando 957 pessoas entre Delegadas(os), Observadoras(es) e Convidadas(os), representando 241 municípios do Estado das 19 regiões administrativas da SEDESE. Todos estes municípios realizaram Conferências Municipais tendo a participação de 10.730 pessoas.

⁶⁹ Foram contabilizados, neste ano, 2.148 atendimentos.

no	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2011	I Encontro Estadual de Gestores de Casa Abrigo	Expor vivências e trocar experiências.	Gestores de Casa Abrigo dos municípios	Belo Horizonte, Contagem, Sabará, Betim, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberaba e Poços de Caldas	-
2011	Atendimento às mulheres vítimas de violência, pelo CERNA ⁷⁰	Promover atendimento psicossocial e jurídico às mulheres vítimas de	Mulheres de Belo Horizonte e Região Metropolitana	Belo Horizonte e Região Metropolitana	-
2011	Palestras sobre Lei Maria da Penha e relações de gênero ⁷¹	Informar e conscientizar profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher sobre políticas públicas e violência contra as mulheres.	Profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher dos municípios atendidos	Alfenas, Andrelândia, Araçuaí, Araguari, Arinos, Belo Horizonte, Betim, Buritis, Carmo do Rio Claro, Cataguases, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Ituiutaba, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Nova Lima, Paracatu, Poços de Caldas, Quartel Geral, Santa Luzia, São Lourenço, Teófilo Otoni, Uberaba, Varginha e Viçosa.	-

(continuação)

⁷⁰ Foram contabilizados 1.115 atendimentos psicossocial e jurídico para mulheres vítimas de violência, no período de janeiro a junho de 2011. A partir de agosto de 2011, o CERNA passou a ser gerenciado por outro setor da SEDESE.

⁷¹ Foram contabilizados 3.078 participantes.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2011	Campanha de Divulgação da Lei Maria da Penha e da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência	Conscientizar e alertar a população sobre violência contra a mulher	População de Minas Gerais	Araçuaí, Botelho, Carmópolis de Minas, Carmo do Rio Claro, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Ouro Branco, Paracatu, Patos de Minas, Salinas, Santa Luzia, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Vespasiano, Almenara, Capelinha, Dolores de Guanhães, Ubá, Sete Lagoas, Tupaciguara, Três Pontas, São Francisco, Teófilo Otoni, São João Del Rei, São Lourenço, São João Nepomuceno, São Gotardo, São Domingos do Prata, Ribeirão das Neves, Sabará, Sabinópolis, Santo Antônio do Monte, Reduto, Raul Soares, Pouso Alegre, Pitangui, Patrocínio, Raul Soares, Porteirinha, Ponte Nova, Alfenas, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2011	Campanha de Divulgação da Lei Maria da Penha e da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência ⁷²	Conscientizar e alertar a população sobre violência contra a mulher	População de Minas Gerais	Mariana, Contagem, Passos, Ouro Preto, Taiobeiras, Francisco Badaró, Pompéu, Santa Maria Suaçuí, Alvinópolis, Muzambinho e Senhora dos Remédios.	-
2011	Capacitação de profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres ⁷³	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Profissionais da Polícia Militar	Juiz de Fora, Governador Valadares, Barbacena, Montes Claros, Ipatinga, Poços de Caldas e da RMBH.	-
2011	Mídia Espontânea ⁷⁴	Divulgar o trabalho da CEPAM a fim de aumentar conscientização e informação sobre direitos das mulheres	População de Minas Gerais	Municípios de Minas Gerais	-

(continuação)

⁷² Exemplos da Lei Maria Penha, em impressão convencional e em Braille, que foram também distribuídos, a pedidos, no Estado de Mato Grosso, Rio Grande Sul, Ceará, Sergipe, Maranhão, Rio De Janeiro, e Distrito Federal.

⁷³ Capacitação de 597 Policiais Militares no programa de Prevenção à Violência Doméstica – PVD, nos municípios citados e de 391 Policiais Militares no Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

⁷⁴ Foram concedidas entrevistas em diversos veículos de comunicação de abrangência estadual e nacional, tais quais TV Assembleia, TV Minas, Rede Globo, TV Bandeirantes, Rede TV, TV Brasil TV Horizonte, TV PUC, TV UFMG, Rádios Itatiaia, Bandeirantes, CBN, Divinópolis AM, Minas AM/FM, Inconfidentes, Estado de Minas, Jornal O Tempo, Jornal Super, Jornal Agora, Jornal Gazeta do Oeste, Jornal Hoje em Dia e TV Integração de Ituiutaba.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2011	Profissionalização de Mulheres Custodiadas das Unidades Prisionais de São Joaquim de Bicas e Estêvão Pinto	Fomentar a autonomia econômica das mulheres, quando soltas	Presidiárias	Belo Horizonte e São Joaquim de Bicas	R\$ 25.000,00
2011	Profissionalização de Mulheres para Setor de Vestuário	Fomentar a autonomia econômica das mulheres	Mulheres do município atendido	Conceição do Pará	R\$ 15.000,00
2011	Capacitação de trabalhadoras rurais para o cooperativismo	Fomentar a autonomia econômica das mulheres	Mulheres rurais do município atendido	Mateus Leme	R\$ 10.000,00
2011	Projeto “Se Cuida”	Informar noções de saúde da mulher e higiene pessoal para detentas das Unidades Prisionais de São Joaquim de Bicas e Estêvão Pinto	Presidiárias	Belo Horizonte e São Joaquim de Bicas	R\$ 10.000,00
2012	Palestras sobre Lei Maria da Penha e relações de gênero	Informar e conscientizar profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher sobre políticas públicas e violência contra as mulheres.	Profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Abre Campo, Belo Horizonte, Caxambu, Cláudio, Divinópolis, Mateus Leme, Moeda, Pará de Minas e São Joaquim de Bicas ⁷⁵ .	-

(continuação)

⁷⁵ Foram feitas também palestras nos Presídios Femininos de São Joaquim de Bicas, Estêvão Pinto, CERESP Centro-Sul e Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, em Vespasiano.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Criação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência ⁷⁶	Promover a discussão da violência contra as mulheres junto à membros da Polícia Civil, Polícia Militar e Ministério Público	Mulheres vítimas de violência	Belo Horizonte	-
2013	Capacitação Presencial de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres ⁷⁷	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Juízes, Promotores, Delegados(as), Policiais Cíveis e Militares, profissionais de Centros de Referência, gestores e técnicos do CRAS ⁷⁸ e CREAS ⁷⁹ (psicólogos, advogados e assistentes sociais), entre outros.	Almenara, Araçuaí, Belo Horizonte, Berilo, Capelinha, Curral De Dentro, Divinópolis, Felisburgo, Francisco Badaró, Itaobim, Mata Verde, Medina, Padre Carvalho, Palmópolis, Salinas, Salto da Divisa, Arinos, Belo Horizonte, Bonfinópolis De Minas, Buritis, Carmo do Paranaíba, João Pinheiro, Lagamar, Paracatu, Patos De Minas, Patrocínio, Presidente Olegário, Riachinho	-

(continuação)

⁷⁶ Este Comitê já realizava informalmente atividades desde 2001.

⁷⁷ Foram capacitados 1.935 profissionais, representando 284 municípios do Estado, em curso presencial com carga horária total de 12 horas.

⁷⁸ Centro de Referência de Assistência Social.

⁷⁹ Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Capacitação Presencial de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Juízes, Promotores, Delegados(as), Policiais Cíveis e Militares, profissionais de Centros de Referência, gestores e técnicos do CRAS e CREAS (psicólogos, advogados e assistentes sociais), entre outros.	Unaí, Vazante, Aguanil, Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Andradas, Araújos, Areado, Belo Horizonte, Boa Esperança, Bom Despacho, Borda Da Mata, Camanducaia, Campanha, Campestre, Campo Belo, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Cássia, Cláudio, Divinópolis, Doresópolis, Elói Mendes, Extrema, Fama, Formiga, Itajubá, Itaú De Minas, Jacutinga, Japaraíba, Lagoa Da Prata, Manhuaçu, Monte Sião, Muzambinho, Nepomuceno, Nova Serrana, Oliveira, Pains, Pará de Minas, Passos, Pimenta, Pitangui, Piumhi, Poço Fundo, Pouso Alegre, Pratápolis, Santa Rita Do Sapucaí, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Sapucaí, São José da Barra, São Lourenço, São Roque De Minas	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Capacitação Presencial de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Juízes, Promotores, Delegados(as), Policiais Cíveis e Militares, profissionais de Centros de Referência, gestores e técnicos do CRAS e CREAS (psicólogos, advogados e assistentes sociais), entre outros.	São Sebastião do Paraíso, Soledade de Minas, Três Pontas, Varginha, Além Paraíba, Alto Caparaó, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Amparo do Serra, Antônio Prado de Minas, Araponga, Barbacena, Barroso, Belo Horizonte, Bias Fortes, Cachoeira Do Campo, Cajuri, Canaã, Caparaó, Carangola, Cataguases, Cipotânea, Coimbra, Congonhas, Desterro do Melo, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ervália, Eugênioópolis, Eugênioópolis, Guaraciaba, Ibertioga, Itabirito, Juiz de Fora, Lagoa Dourada, Laranjal, Lavras, Leopoldina, Luisburgo, Mariana, Miradouro, Miraí, Muriaé, Ouro Branco, Ouro Preto, Paula Cândido, Pedra Do Anta, Pedra Dourada, Piedade De Ponte Nova, Piracema, Piranga	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Capacitação Presencial de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Juízes, Promotores, Delegados(as), Policiais Cíveis e Militares, profissionais de Centros de Referência, gestores e técnicos do CRAS e CREAS (psicólogos, advogados e assistentes sociais), entre outros.	Pirapetinga, Prados, Recreio, Resende Costa, Rio Casca, Santa Rita Do Ibitipoca, Santana de Cataguases, Santos Dumont, São João Del Rei, São Miguel do Anta, São Tiago, Senhora dos Remédios, Teixieras, Tombos, Ubá, Viçosa, Visconde do Rio Branco, Araguari, Araporã, Araxá, Campo Florido, Carmo Do Rio Claro, Claraval, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Curvelo, Fronteira, Frutal, Gurinhatã, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Passos, Patos de Minas, Prata, Rosário, Santa Vitória, São Francisco Sales, Uberaba, Uberlândia, Veríssimo, Uberaba, Belo Horizonte, Brasília De Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Chapada Gaúcha, Coração de Jesus	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Capacitação Presencial de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Juízes, Promotores, Delegados(as), Policiais Cíveis e Militares, profissionais de Centros de Referência, gestores e técnicos do CRAS e CREAS (psicólogos, advogados e assistentes sociais), entre outros.	Corinto, Curvelo, Diamantina, Espinosa, Felixlândia, Francisco Sá, Gameleiras, Inimutaba, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Jequitinhonha, Mato Verde, Montes Claros, Nova Porteirinha, Pirapora, Pompéu, Porteirinha, São Francisco, São João da Lagoa, São João Das Missões, Serro, Sete Lagoas, Taiobeiras, Várzea da Palma, Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Ataléia, Belo Horizonte, Belo Oriente, Bom Jesus Do Galho, Braúnas, Capelinha, Capitão Andrade, Caratinga, Carlos Chagas, Conceição Do Mato Dentro, Conselheiro Pena, Coroaci, Coronel Fabriciano, Divino Das Laranjeiras, Dolores, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Galiléia, Goiabeira	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Capacitação Presencial de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Promover conscientização profissional e atendimento qualificado às mulheres vítimas de violência	Juízes, Promotores, Delegados(as), Policiais Cíveis e Militares, profissionais de Centros de Referência, gestores e técnicos do CRAS e CREAS (psicólogos, advogados e assistentes sociais), entre outros.	Governador Valadares, Guanhães, Imbé de Minas, Inhapim, Ipatinga, Itabira, Itabirinha, Itaipé, Itanhomi, Jequitinhonha, João Monlevade, Malacacheta, Mantena, Marilac, Mathias Lobato, Mutum, Nanuque, Novo Cruzeiro, Periquito, Pocrane, Poté, Resplendor, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santa Bárbara do Leste, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Suaçuí, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São Félix De Minas, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João do Oriente, São José da Safira, São José do Jacuri, Sardoá, Sobrália, Tarumirim, Teófilo Otoni, Tumiritinga, Virginópolis, Virgolândia, Santos Dumont e Paracatu.	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Recebimento de Ônibus para atendimento às mulheres vítimas de violência ⁸⁰	Prestar serviço itinerante às mulheres vítimas de violência no Estado de Minas Gerais.	Mulheres vítimas de violência no Estado de Minas Gerais	Municípios de Minas Gerais ⁸¹	Valor do Ônibus: 547.000,00
2013	Campanha de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres ⁸²	Conscientizar e alertar a população sobre violência contra a mulher	Diretorias regionais, CRAS, CREAS, Coordenadorias da Mulher, Defensoria Pública, Polícia Militar e Polícia Civil de Minas Gerais, Instituto Médico Legal, DEAMS, Centros de Referência da Mulher, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Universidades, entre outras instituições.	Municípios de Minas Gerais	R\$ 61.160,00
2013	Projeto “Se Cuida” ⁸³	Informar noções de saúde da mulher e higiene pessoal para detentas das Unidades Prisionais	Presidiárias	Unidades Prisionais de Estêvão Pinto e Bicas II, CERESP Centro/Sul e Unidade de Gestantes de Vespasiano	Nulo, porque houve parceria com 3º setor

(continuação)

⁸⁰ O veículo doado pela Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República.

⁸¹ Não foram especificados quais.

⁸² Foram produzidas 400.000 cartilhas, sobre a Lei Maria da Penha e Orientação para Enfrentamento à Violência Sexual, sendo distribuídas mais de 200.000 exemplares.

⁸³ Foram realizadas palestras e distribuídos 1.300 kits higiênicos pessoais para mulheres do sistema prisional.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2013	Reaparelhamento de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres ⁸⁴	Melhorar condições de atendimento às mulheres vítimas de violência	Mulheres Vítimas de Violência	Araguari, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Contagem, Diamantina, Divinópolis, Formiga, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itajubá, Janaúba, João Monlevade, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Pará de Minas, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Pirapora, Rib. das Neves, Santa Luzia, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Ubá, Uberaba e Uberlândia ⁸⁵	-
2013	Elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	Responder às demandas da sociedade civil emanadas da 3ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais	Mulheres de Minas Gerais	Belo Horizonte	R\$ 50.000

(continuação)

⁸⁴ Foram doados à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS): 31 veículos, 30 motos, 30 notebooks, 25 computadores, 25 impressoras e estabilizadores.

⁸⁵ Municípios foram contemplados conforme demanda apresentada pela SEDS.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2014 ⁸⁶	Capacitação de profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Curso “Mulheres e Diversidade” ⁸⁷	Capacitar profissionais de atendimento às mulheres vítimas de violência	Técnicas(os) da Rede e público em geral	Belo Horizonte, Bom Despacho, Contagem, Divinópolis, Guanhães, Itajubá, Lagoa Santa, Matias Barbosa, Moema, Paraopeba, Pompéu, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas e Vespasiano.	-
2014	Capacitação de profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres ⁸⁸	Capacitar profissionais de atendimento às mulheres vítimas de violência	Técnicas (os) da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	Juiz de Fora	-
2014	Capacitação de profissionais da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – participação em palestras e eventos ⁸⁹	Capacitar profissionais de atendimento às mulheres vítimas de violência	Técnicas(os) da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	Belo Horizonte, Contagem e Brasília	-
2014	Participação nas reuniões do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher ⁹⁰	Discutir e tirar encaminhamentos sobre ações referentes ao Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	Atores componentes do Comitê	Belo Horizonte	-

(continuação)

⁸⁶ Informações de execução do 1º Semestre de 2014.

⁸⁷ Capacitação de 1444 pessoas.

⁸⁸ Capacitação de 210 técnicas(os).

⁸⁹ Público total de 254 pessoas.

⁹⁰ Participação em 04 reuniões neste período.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local de acontecimento/ atuação	Recurso (Investimento Estadual)
2014	Participação nas reuniões do Conselho Estadual da Mulher	Discutir e tirar encaminhamentos sobre ações referentes às ações para as mulheres	Atores componentes deste Comitê	Belo Horizonte	-
2014	Aquisição de equipamentos e veículos para Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres ⁹¹ .	Fortalecer e qualificar atendimento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Agentes da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Municípios de Minas Gerais	-
2014	Distribuição de material informativo	Informar e conscientizar população sobre violência contra as mulheres	População de Minas Gerais	Municípios de Minas Gerais	-

(conclusão)

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório de principais ações e resultados das políticas públicas para mulheres implementadas pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres – CEPAM, no período 2007-2014.

⁹¹ Aquisição de veículos para equipar 21 Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres e aquisição de veículos, móveis e equipamentos de informática para aparelhamento de 09 Centros de Referência Especializado no Atendimento às Mulheres.

APÊNDICE G – AÇÕES EXECUTADAS PELA SPM-MG (2015)

Quadro 03 – Ações executadas pela SPM-MG (2015)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Capacitações – Videoconferências de Políticas para as Mulheres	Estimular e orientar os municípios para a construção das Conferências Municipais e Intermunicipais, além de instituir uma primeira conexão com todos os territórios.	Mais de 300 pessoas, incluindo Gestoras e gestores de Prefeituras, Câmaras, Servidoras Públicas que tratam diretamente com os serviços de proteção e defesa dos direitos das mulheres, Representantes dos Movimentos Sociais e Movimentos Organizados de Mulheres.	Belo Horizonte	-
2015	Outubro Rosa Unificado	Dialogar com a Secretaria Estadual de Saúde e demais secretarias de governo para a interseccionalidadedas pautas das mulheres nas políticas públicas e campanha do Outubro Rosa no Estado.	Mulheres de todo Estado de Minas Gerais e participantes das 04 atividades realizadas dentro e fora da Cidade Administrativa, além das participantes da Conferência Livre das Servidoras.	Belo Horizonte	

(continua)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Projeto CONE(X)CIDADES: NAS TRILHAS DAS MINAS	Estabelecer uma conexão permanente com todas as cidades e regiões do estado com o propósito de conhecer suas realidades e especificidades, memórias e identidades, suas estratégias de diálogos para articular ações e intervenções que contribuam para a construção da autonomia econômica das mulheres e a desconstrução das desigualdades de gênero.	Mulheres quilombolas, indígenas, circenses, produtoras, mulheres do campo, mulheres com deficiência, jovens, pré-egressas, ciganas. Respeitando a interseccionalidade das diferenças.	Municípios de Minas Gerais	-
2015	Projeto: “Dê uma rasteira no machismo”	Articular com a Rede TV Minas para inserção de campanhas permanentes na sua programação cultural em conexão com o projeto Cone(x)cidades.	Geral	Municípios de Minas Gerais	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça	Disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade no mundo do trabalho nas empresas.	Empresas públicas e privadas de médio e grande porte	Belo Horizonte	-
2015	Seminário: "OPMs – Organismos de Políticas para Mulheres em MG: Gestão pública e participação social."	Capacitar agentes para a instalação dos Conselhos e OPMs nos municípios mineiros, em consonância com o governo federal.	Gestores/as municipais e Representantes do Movimento Social	Belo Horizonte	-
2015	Realização de palestra e apoio na criação de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Varginha.	Orientar gestores na criação deste órgão.	Gestores/as e Movimento Social do município de Varginha.	Belo Horizonte	-
2015	Seminário: "Autonomia Econômica", com Tatau Godinho.	Capacitar e formar equipe da SPM-MG	Equipe SPM-MG	Belo Horizonte	-
2015	Condução do Curso de Direitos Humanos sobre luta e direitos das mulheres, promovido pela SEDPAC.	Capacitar e formar equipe da Sedpac.	Servidoras e servidores da Sedpac.	Belo Horizonte	-
2015	Coordenação de Mesa e Palestra no Seminário: "O Atendimento em Rede e a Autonomia das Mulheres Vítimas de Violência"	Orientar sobre a temática da Autonomia das Mulheres Vítimas de Violência	Técnicas (os) de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e de Organismos de Políticas para as Mulheres	Belo Horizonte	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Lançamento da 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres	Anunciar e divulgar a 4ª Conferência – que ocorreu 4 meses depois	Representantes de instituições, órgãos e entidades, além dos representantes das prefeituras municipais de Minas Gerais.	Belo Horizonte	-
2015	Participação na Audiência Pública sobre Orçamento Mulher	Debater a temática do Orçamento Mulher	Mulheres da Sociedade Civil	Belo Horizonte	-
2015	Participação na Audiência de Articulação com as Mulheres do Campo	Dialogar com mulheres do campo e suas demandas	Mulheres do Campo	Belo Horizonte	-
2015	Participação no Grupo de Estudos Estado, Gênero e Diversidade, da Fundação João Pinheiro	Fomentar discussões sobre gestão e políticas públicas.	Equipe SPM-MG	Belo Horizonte	-
2015	Participação em Oficinas de Formação em Gênero, Políticas Públicas e Planejamento, da Fundação João Pinheiro.	Capacitar e formar equipe da SPM-MG	Equipe SPM-MG	Belo Horizonte	-
2015	Participação em Conferências Municipais – realização de palestras e articulações	Dialogar com municípios sobre 4ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres	Gestoras municipais, representantes dos movimentos de mulheres e sociedade civil.	Municípios de Minas Gerais ⁹²	-
2015	Participação na Comissão Organizadora da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres	Articular, junto à outros atores, a organizações do evento.	Gestoras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil.	Belo Horizonte	-

(continuação)

⁹² Conjunto aproximado de 150 municípios.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Coordenação dos Grupos de Trabalho, da 4ª CEPM: “Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica para as Mulheres” e “Direitos Sexuais e reprodutivos”.	Articular e facilitar discussão das temáticas	Gestoras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil	Belo Horizonte	-
2015	Participação no Prêmio de Direitos Humanos, da SEDPAC.	Articular com prefeitas/os e vereadoras/es para implementação de políticas públicas para as mulheres, OPMs e Conselhos nos municípios.	Prefeitas/os e vereadoras/es de Minas Gerais	Belo Horizonte	-
2015	Palestras e articulações nos Fóruns Regionais	Articular participação dos movimentos de mulheres, incentivando o protagonismo das lideranças femininas.	Gestoras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil	Belo Horizonte	-
2015	Representação e condução do Ciclo de debates: “Mais mulheres na política e nos espaços de poder”. ⁹³	Discutir sobre a temática da ocupação das mulheres na sociedades, causas, consequências e desdobramentos.	Gestoras, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil.	Mantena, Uberlândia, Ibité, Teófilo Otoni, São João Del Rey e Virgem da Lapa.	-

(continuação)

⁹³ O Ciclo de Debates foi promovido em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG).

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Participação no Evento: “Siga Bem Caminhoneiro”	Utilizar espaço para informar e conscientizar caminhoneiros sobre violência contra as mulheres.	Caminhoneiros e público local das cidades visitadas	Municípios visitados	-
2015	Representação e condução de Seminário durante o 6º Fórum de Mulheres do Vale do Jequitinhonha	Apresentar SPM-MG e discutir sobre temáticas referentes às mulheres.	Lideranças e grupos organizados de mulheres do Vale do Jequitinhonha	Vale do Jequitinhonha	-
2015	Participação da Câmara Técnica de Gestão e Monitoramento do Pacto de Enfrentamento a Violência contra a Mulher	Fomentar repactuação do Pacto de Enfrentamento junto ao acompanhamento da Implantação da Casa da Mulher Brasileira.	Gestoras estaduais e federais responsáveis pela temática	Belo Horizonte	-
2015	Instituição do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.	Fomentar desenvolvimento de ações e políticas para as mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, respeitando a diversidade das vivências não urbanas no Estado.	Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas respeitando a diversidade das vivências não urbanas no estado.	Municípios de Minas Gerais	-
2015	Realização do Seminário “Atendimento em Rede e Autonomia Econômica das Mulheres Vítimas de Violência”.	Fortalecer e capacitar a Rede Estadual de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência	Técnicos/as e Gestores/as da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência.	Belo Horizonte	-

(continuação)

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Elaboração e execução do Projeto da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres	Promover a conscientização sobre violência contra as mulheres	Público em Geral	Belo Horizonte	-
2015	Realização da Conferência Livre de Mulheres, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP)	Ouvir demandas das detentas e garantir a participação das mulheres na proposição de políticas e ações, segundo a vivência na unidade prisional, sob quatro perspectivas: educação, saúde e sexualidade, violência e autonomia econômica.	Mulheres presas ⁹⁴	Belo Horizonte	-
2015	Promoção da Mesa Redonda: “Mulheres em Privação de Liberdade”	Favorecer a integração de esforços junto aos órgãos do Sistema de Defesa Social, Sistema de Justiça Criminal, Políticas Públicas de Proteção Social e Direitos Humanos	Público Geral, com foco nas mulheres	Belo Horizonte	-

(continuação)

⁹⁴ Houve também participação de representantes da prefeitura de Belo Horizonte, do Ministério Público, da Defensoria Pública e de outros entes governamentais.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Aulão de formação sobre a Violência Contra as Mulheres, para CRAS e CREAS	Formar e capacitar equipe de agentes	Agentes dos CRAS E CREAS	Municípios de Minas Gerais ⁹⁵	-
2015	Participação nas reuniões mensais do Comitê Estadual HVIS	Discutir ações de melhora do atendimento humanização às mulheres vítimas de violência sexual no Estado de Minas Gerais	Atores envolvidos no Comitê	Belo Horizonte	-
2015	Participação nas reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	Acompanhar e propor ações voltadas para as mulheres	Participantes da Rede	Belo Horizonte	-
2015	Reestruturação do Conselho Estadual da Mulher (CEM-MG) ⁹⁶	Reativar o funcionamento do Conselho, que não estava funcionando.	Equipe do CEM-MG	Belo Horizonte	-
2015	Disponibilização de material de orientação para criação de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher (CMDMs) ⁹⁷	Orientar criação de CMDMs nos municípios	Municípios de Minas Gerais	Municípios de Minas Gerais	-

(continuação)

⁹⁵ Não foram especificados quais os municípios, mas informou-se que foram 90 municípios atendidos.

⁹⁶ Foi feito levantamento e análise de documentação do CEM-MG, desde sua criação – leis, decretos, atas -, com apoio da Assessoria Jurídica da SEDPAC a fim de verificar as possibilidades de reatização do órgão. Posteriormente foi feita elaboração de Edital de Convocação para eleição de representante das entidades não governamentais, conforme regimento do CEM-MG e ofícios, a órgãos públicos estaduais e sociedade civil. Concluído o parecer final da Assessoria Jurídica e Subsecretária de Políticas para as Mulheres, foi feita a publicação do Edital, realizada a eleição e dada a posse às Conselheiras e Presidente do Conselho. A cerimônia de posse aconteceu no dia 8 de março de 2017.

⁹⁷Foi realizada distribuição de um kit com orientações básicas para criação de CMDMs, modelos de lei de criação, regimento interno, indicação de palestrantes sobre a temática, subsídios (power point, material informativo, cartilhas), aos municípios mineiros demandantes.

Ano	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local	Recurso (Investimento Estadual)
2015	Distribuição de folders informativos, cartilhas e exemplares da Lei Maria da Penha, pela Equipe do CEM-MG. ⁹⁸	Divulgar informações referentes à violência contra as mulheres	Municípios de Minas Gerais	Belo Horizonte	-
2015	Levantamento do número de CMDMs ativos no Estado de Minas Gerais.	Atualizar dados referentes às esta variável.	Municípios de Minas Gerais	Belo Horizonte	-

(conclusão)

Fonte: Elaboração própria com base nas Memória de atividades da SPM-MG, no ano de 2015.

⁹⁸ A distribuição ocorreu conforme demandas dos municípios, através dos CMDMs, CRAS e CREAS, das entidades da sociedade civil, da capital e do interior, das universidades, faculdades, empresas e igrejas. Em 2015 foi distribuído um total de 13.721 exemplares de material incluindo folders, cartilhas, adesivos e gibis.

APÊNDICE H – AÇÕES EXECUTADAS PELA SPM-MG (2016)

Quadro 04 – Ações Executadas pela SPM-MG (2016)

Ano	Eixo	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local
2016	1	Criação do Fórum de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Campo, da Floresta e das Águas	Articular os atores dos diversos setores– saúde, segurança pública, educação, habitação, assistência social, entre outros para promover ações conjuntas de prevenção e combate à violência contra as mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, à luz das diretrizes nacionais e estaduais	Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas	Municípios de Minas Gerais
2016	1	Implementação de metodologia de utilização das unidades móveis ⁹⁹ .	Padronizar procedimentos de atendimento das Unidades Móveis	Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas	Municípios de Minas Gerais
2016	1	Reestruturação da Câmara Técnica de gestão do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher em Minas	Pactuar a e monitorar implementação das políticas para as mulheres com Distrito Federal e os municípios.	Mulheres vítimas de violência	Minas Gerais

(continua)

⁹⁹Foram visitadas 10 Comunidades Quilombolas.

Ano	Eixo	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local
2016	1	Realização de videoconferências, via UAITEC'S	Capacitar municípios e auxiliar na construção das políticas para as mulheres, nos municípios.	Técnicos do CRAS e CREAS e agentes de segurança pública	Municípios de Minas Gerais
2016	1	Publicação de novo Decreto novo do CEAHVIS ¹⁰⁰ , com inclusão da prevenção ao assédio sexual na pauta	Promover o direito ao atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, onde os serviços públicos passam a ter uma obrigação ainda maior de oferecer a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência mental, homens e mulheres um atendimento humanizado, respeitoso.	Mulheres vítimas de violência sexual	Minas Gerais
2016	1	Capacitação com o IML e Secretaria de Saúde, para formação dos 87 serviços de saúde do Estado	Capacitar de agentes de saúde e legistas para atendimento humanizado ao casos de violência sexual	Agentes de saúde e médicos legistas	Minas Gerais

(continuação)

¹⁰⁰Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de violência Sexual

Ano	Eixo	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local
2016	1	Projeto 2º Chance – Presídio Feminino José Abranches Gonçalves	Empoderar mulheres e dar condição para que elas realizem prova do ENEM ¹⁰¹ .	Mulheres em privação de liberdade	Belo Horizonte
2016	1	Participação no Plano Socioeducativo da SEDPAC	Contribuir com o processo socioeducativas de meninas, a partir do viés de gênero	Meninas de Minas Gerais	Minas Gerais
2016	2	Projeto Informalidade Zero	Projeto piloto em articulação com o SINE (diretoria de formação profissional) de Montes Claros com foco no trabalho decente para todas as Mulheres	Mulheres de Montes Claros	Montes Claros
2016	2	Criação do Programa Pró Equidade de Gênero e Raça, com as Empresas BDMG, CEMIG, COPASA, Rede Minas	Consolidar o Programa, em Minas Gerais junto às empresas. Iniciar reuniões para construção dos Planos de Trabalho	Empresas voluntárias do Programa	Minas Gerais
2016	2	Gravação do Programa Cone(x)cidades, Expedição Mulheres das Gerais, em parceria com a Rede Minas	Consolidar o Programa e finalizar suas gravações	Mulheres de Minas Gerais	Minas Gerais

(continuação)

¹⁰¹Aulas livres pautando Diversidade Sexual, os 10 anos da Lei Maria da Penha, Gênero e Inclusão Econômica, além de Migração e Refúgio.

Ano	Eixo	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local
2016	3	Lançamento do Observatório de Gênero ¹⁰²	Promover a articulação institucional entre a extensão das Universidades envolvidas e as experiências cotidianas das mulheres para subsidiar os processos de execução de políticas públicas nos diferentes territórios do estado, considerando as especificidades e a interseccionalidade das diferenças de classe, geração, raça e orientação sexual.	Mulheres, Estado e Comunidade acadêmica de Minas Gerais	Minas Gerais
2016	3	Lançamento do Comitê Estadual da Transversalidade ¹⁰³	O objetivo do Comitê é contribuir para a efetivação da transversalidade e da multisetorialidade das políticas públicas para as mulheres.	Mulheres em geral	Minas Gerais
2016	3	Estruturação do CEM-MG	Reorganizar e estrutura internado Conselho e reativá-lo	Mulheres em geral	Minas Gerais
2016	4	Realização de um conjunto de seminários, debates, encontros, videoconferências	Garantir formação e capacitação de públicos diferenciados	Mulheres em geral	Minas Gerais

(continua)

¹⁰² Lançamento com adesão das instituições: UEMG, UNIMONTES, UFMG, PUC MINAS, FJP, UFJF, UFU, CEFET e UFV.

¹⁰³ Articulação com as 20 Secretarias de estado para construção do Orçamento Mulher

Ano	Eixo	Ação	Objetivo	Público Alvo	Local
2016	5	Realização de campanhas de divulgação	Divulgar informações temáticas referentes à políticas para as mulheres	Todos	Minas Gerais

(conclusão)

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório de atividades da SPM-MG, no ano de 2016.